

Infância

Experiências Urbanas na Infância: Uma Análise Comparativa do Uso de Praças no Contexto do Direito à Cidade

Maria Victoria Amado Abud



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

Maria Victoria Amado Abud

Experiências Urbanas na Infância: Uma Análise Comparativa do Uso de Praças
no Contexto do Direito à Cidade

LARANJEIRAS

2024

MARIA VICTORIA AMADO ABUD

Experiências Urbanas na Infância: Uma Análise Comparativa do Uso de Praças
no Contexto do Direito à Cidade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Federal de Sergipe como um dos requisitos
para obtenção do título como bacharel em Arquitetura e
Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. César Henriques Matos e Silva

LARANJEIRAS

2024



O Muro

O menino contou que o muro da casa dele era da altura de duas andorinhas

(Havia um pomar do outro lado do muro.)

Mas o que intrigava mais a nossa atenção principal

Era a altura do muro

Que seria de duas andorinhas.

Depois o garoto explicou:

Se o muro tivesse dois metros de altura

qualquer ladrão pulava

Mas a altura de duas andorinhas nenhum ladrão pulava.

Isso era.

Barros, Manoel de. *O Guardador de Águas*. Record, 1989.

Agradecimentos

Agradeço profundamente a todos que cruzaram meu caminho e permitiram que eu vivesse as experiências que cultivaram a pessoa que me tornei. À minha mãe, Christiane, por sempre ter segurado a minha mão. Por tanta batalha, criatividade e ternura. Ao meu pai, Júnior, meu agradecimento por se dedicar à minha educação e felicidade. Sou grata por todas as oportunidades que me ofereceram e pelo incentivo para enfrentar adversidades. A eles e ao meu irmão Felipe, a quem tenho profunda admiração e privilégio de ter crescido ao lado, meu agradecimento pelo carinho e apoio, que considero essenciais.

Aos meus avós, Iara e José Amado, Sônia e Carlos Abud, e a minha tia Natali sou grata pela participação ativa das memórias mais gostosas da minha infância. Ao meu tio Hélio, pelo cuidado nas minhas fragilidades de adolescência, pelas idas à Universidade, por toda poesia lida, pelas brincadeiras eternizadas em tudo que foi vivido, e à Andrea, pelo diário cuidado, carinho e amor que superam a barreira da distância. A todos os meus familiares, deixo meus sinceros agradecimentos.

A Victor, meu companheiro, sou grata pelo carinho e amor, pelos exemplos que contribuem significativamente para minha formação pessoal e minha visão de mundo. Pelo cuidado, pela cumplicidade, compreensão, apoio e parceria diários. Pelas idas às praças, pelas tardes de leitura desta monografia, pelo cuidado e apoio de cada dia. Sou grata por todos os símbolos que você representa na minha vida. A Leo e Aurorinha, nossos filhos felinos, sou grata pela alegria diária.

Aos meus amigos da vida e música, Natália, Renato e Erick, Gabo e Nathalinha, Igor, Tony, Marcelo, Lucas, Renes, meu agradecimento por fazerem a vida ser mais leve. Sou grata pela presença de vocês em todos os momentos, sejam eles de alegria ou dificuldades, pelas conversas, companhias e memórias que construímos juntos. Aos amigos do curso, que linda e divertida trajetória. Sou grata por todas as risadas e aperreios das entregas de projetos, maquetes e provas de cálculo.

À Universidade Federal de Sergipe, e ao Campus de Laranjeiras pelos anos de crescimento e formação, e aos professores que fizeram parte da minha jornada acadêmica, Pedro Ribeiro, Pedro Murilo Gonçalves, Samira Fagundes, Heloísa Diniz, Sarah França, e ao meu querido orientador César Matos, que inspirou novos olhares e ideias sobre o território em que vivemos.

A todas as pessoas e experiências que contribuíram para minha formação e conhecimento, minha sincera gratidão.

RESUMO

O presente trabalho busca compreender o papel das crianças no espaço público urbano, destacando a diminuição do espaço destinado a elas devido à urbanização, o aumento do tráfego e a violência. O trabalho examina como essa limitação afeta o desenvolvimento infantil, considerando a importância da inclusão na urbanização que reconheça as crianças como participantes ativos na vida urbana. Nesse sentido, é analisado o envolvimento das crianças na cidade e nas praças em Aracaju. A inclusão das crianças no planejamento urbano é essencial para criar cidades mais democráticas e solidárias, alinhando-se com os direitos das crianças a um ambiente seguro e estimulante, conforme estabelecido por convenções e estatutos internacionais e nacionais. O estudo reflete a maior conscientização sobre a importância do direito à cidade para as crianças e a adoção de práticas urbanas centradas no exercício da cidadania na infância.

Palavras-chave: Infância; Praça; Experiência Urbana; Direito à Cidade.

ABSTRACT

The present research seeks to understand the role of children in urban public spaces, highlighting the reduction of areas designated for them due to urbanization, increased traffic, and violence. The study examines how these limitations affect child development, considering the importance of urbanization that includes children as active participants in urban life. In this context, the involvement of children in the city and public squares in Aracaju is analyzed. Thus, the inclusion of children in urban planning is essential to creating more democratic and supportive cities, aligning with children's rights to a safe and stimulating environment, as established by international and national conventions and statutes. The study reflects a growing awareness of the importance of the right to the city for children and the adoption of urban practices centered on the exercise of citizenship during childhood.

Keywords: Childhood; Public Square; Urban Experience; Right to the City.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Colocação da faixa de divulgação do Meu-Pé-de-Calçada-Lima....	49
Figura 02 - Fotografia Equipe de Educação Ambiental da Emsurb colaborando com a produção das Placas.....	50
Figura 03 - Fotografia elaboração de placas por parte das crianças.....	51
Figura 04 - Fotografia das brincadeiras desenvolvidas na praça.....	52
Figura 05 - Irradiação: percurso lúdico realizados pelas crianças no bairro	53
Figura 06 - Nina, 11, e Luiza, 18, respectivamente, no encontro onde narram suas experiências nas diferentes cidades.....	64
Figura 07 - Entrevista de Luiza e Nina com Victoria, autora da monografia	67
Figura 08 - Mapa de localização do estado de Sergipe.....	71
Figura 09 - Mapa de localização de Aracaju.....	72
Figura 10 - Mapa de localização das praças dos bairros Santos Dumont, Jardins e Santa Maria.....	75
Figura 11 - Mapa de Localização da Praça Luciano Barreto Júnior - bairro Jardins.....	77
Figura 12 - Gangorras danificadas do parquinho infantil da praça Luciano Barreto Júnior.....	79
Figura 13 - Balanços do parquinho infantil da Praça Luciano Barreto Júnior em bairro de presente verticalização.....	80
Figura 14 - Brinquedos privatizados locados em praça com iniciativa privada-pública no bairro Jardins.....	81
Figura 15 - Ocupação de pátio livre da praça pelos brinquedos privatizados..	82
Figura 16 - Ocupação do espaço livre da praça pelos brinquedos privatizados.....	83
Figura 17 - Mapa de Localização da Praça Ulysses Guimarães - bairro Santos Dumont.....	85

Figura 18 - Equipamentos públicos e espaço da praça Ulysses Guimarães...	86
Figura 19 - Espaço de lazer da praça Ulysses Guimarães.....	87
Figura 20 - Caminhabilidade da praça, ciclofaixa e quadra.....	87
Figura 21 - Presente apologia à violência e a cultura armamentista próximo ao espaço destinado para pula-pulas.....	88
Figura 22 - Gangorras danificadas presentes no "parquinho" da praça Ulysses Guimarães.....	89
Figura 23 - Cultura armamentista e apologia à violência ao lado de brinquedos privatizados.....	90
Figura 24 - Balanço do parquinho infantil danificado na praça Ulysses Guimarães.....	91
Figura 25 - Placa destinada ao cuidado da vegetação e das árvores presentes na praça.....	92
Figura 26 - Arquibancadas da quadra da praça danificadas, bem como o acesso.....	93
Figura 27 - Rede de proteção da quadra danificada.....	94
Figura 28 - Instalação de pequeno parque de madeira ao lado oposto do equipamento de parque público destinado à praça com a legenda "cuide da praça com a gente".....	95
Figura 29 - Uso do Maps e GPS para encontrar as praças (dia 01).....	100
Figura 30 - Praça destinada à primeira Infância no Santa Maria.....	101
Figura 31 - Praça destinada à primeira Infância no Santa Maria.....	101
Figura 32 - Visão lateral da praça destinada à primeira Infância no Santa Maria.....	102
Figura 33 - Equipamentos públicos do parque da praça.....	102
Figura 34 - Praça abandonada inaugurada como ambiente público destinado à primeira infância no Santa Maria.....	103
Figura 35 - Tijolos que compõem o caminho arrancados sob o parque infantil.....	103
Figura 36 - Caminho de tijolos deteriorados na praça.....	104

Figura 37 - Presença de lixo ao lado de equipamentos públicos destinados ao público infantil.....	105
Figura 38 - Tijolos do caminho da praça arrancados e colocados posicionados nos brinquedos destinados à primeira infância da praça.....	106
Figura 39 - Brinquedos destinados à infância abandonados na praça.....	107
Figura 40 - Falta de infraestrutura (saneamento) na praça inaugurada em 2023.....	108
Figura 41 - Praça abandonada recém inaugurada.....	109
Figura 42 - Terreno baldio próximo à praça de primeira infância.....	110
Figura 43: Mapa de pobreza e desigualdade social de Aracaju.....	116
Figura 44: Distribuição Espacial da População segundo cor ou raça em Aracaju.....	117
Figura 45: Concentração da População Negra/Parda em Aracaju.....	118
Figura 46: Habitantes por gênero em Aracaju.....	119
Figura 47: Perfil etário de Aracaju.....	120
Figura 48: Mapa de concentração de crianças e adolescentes em Aracaju.....	121
Figura 49: Taxa de alfabetização de Aracaju.....	122
Figura 50 e 51: Vista aérea do bairro Santos Dumont e do bairro Jardins	124
Figura 52: Maquete 3D da verticalização ao redor da Praça Luciano Barreto Júnior (700m).....	127
Figura 53: Esquema de visualização da verticalização ao redor da Praça Luciano Barreto Júnior (700m).....	128
Figura 54: Maquete 3D da verticalização ao redor da praça Ulysses Guimarães (a partir de dois pavimentos) (700m).....	131
Figura 55: Esquema de visualização da verticalização ao redor da Praça Ulysses Guimarães (700m).....	133
Figura 56: Mapa de Uso e Ocupação do Solo em 300m do bairro Jardins com o foco na praça Luciano Barreto Júnior.....	135
Figura 57: Mapa de Uso e Ocupação do Solo do bairro Santos Dumont em 300m com o foco na praça Ulysses Guimarães.....	136

Figura 58 e 59: Av. Jorge Amado, Jardins e Rua General Prado, Santos Dumont.....	160
Figura 60: Croqui esquemático para propor a diminuição da largura das vias da Av. Jorge Amado no bairro Jardins, e da Rua General Prado, no Santos Dumont.....	161
Figura 61: Mapa de caminhabilidade - identificação de riscos, sinalização e faixa de pedestre nas vias do entorno da Praça Ulysses Guimarães, bairro Santos Dumont. 680m;.....	163
Figura 62: Mapa de caminhabilidade - identificação de riscos, sinalização e faixa de pedestre nas vias do entorno da Praça Luciano Barreto Junior, bairro Jardins. 850m;.....	164

SUMÁRIO

1. Introdução	15
2. Explorando a Criança no Contexto do Espaço Público	21
2.1 Segurança.....	25
2.2 Participação.....	31
2.3 Influência.....	39
2.4 Liberdade.....	42
2.5 Espaço Público no Projeto Meu-Pé-de-Calçada-Lima: Infância e Comunidade em Aracaju.....	48
2.6 Mobilidade e Autonomia.....	56
2.7 De Aracaju a Ludwigsburg: entrevista com Luiza e Nina sobre percepção das vivências nas cidades.....	63
3. A criança e a sua relação com as praças	70
3.1 Praças.....	75
3.2 Descontinuidade da pesquisa nas Praças I e II do Santa Maria.....	112
4. Dados e Mapografia Urbana do Município de Aracaju: um levantamento 113	
5. Verticalização do Espaço Urbano: o caso do bairro Jardins e Santos Dumont em Aracaju - SE	123
5.1 Verticalização no bairro Jardins e o uso do espaço urbano.....	125
5.2 Baixa verticalização e o uso do espaço urbano no bairro Santos Dumont: o que delega?.....	129
6. Uso e ocupação do solo e aplicação das entrevistas nas praças Luciano Barreto Júnior e Santos Dumont	134
6.1 Para os responsáveis:.....	137
6.2 Para as crianças:.....	149
7. Reestruturação e sugestões para melhoria de infraestrutura urbana	155
7.1 Relatório de problemáticas e sugestões.....	156
7.2 Tabela 1: Problemas Gerais e Soluções - Ulysses Guimarães.....	156
7.3 Tabela 2: Infraestrutura de Trânsito e Mobilidade - Luciano Barreto Júnior.....	158

7.4 Largura das vias do entorno das praças Luciano Barreto Júnior e Ulysses Guimarães.....	159
8. Conclusão.....	166
9. Referências.....	173
Anexos.....	180
Anexo 01 - Entrevista com Luiza e Nina Matos.....	180
Anexo 02: Entrevistas aplicadas nas praças para responsáveis e crianças.....	186
Anexo 03 - Dados disponibilizados por acidentes de trânsito no DATASUS - ABNET / DATASUS pelo Sistemas de Notificação de Estatísticas Vitais.....	189

1. Introdução

No contexto urbano contemporâneo, a questão do lugar das crianças no espaço público emerge como um problema. O presente trabalho busca explorar essa temática, investigando a transição do planejamento à prática no que concerne às experiências urbanas na infância. A importância desse enfoque reside na compreensão do papel crucial que os espaços públicos desempenham no desenvolvimento infantil (Tonucci, 1996)¹ e na construção de uma cidade mais inclusiva e segura para todos os seus habitantes.

Ao longo das últimas décadas, observou-se uma progressiva diminuição do espaço destinado às crianças no ambiente urbano. Diversos fatores contribuíram para esse fenômeno, incluindo a funcionalização e especialização dos espaços (Lefebvre, 1974)², o aumento do tráfego, a urbanização de áreas livres e os crescentes medos dos adultos em relação à segurança dos menores no espaço público (Tonucci, 1996). Essas transformações refletem-se na espacialização da infância, que passou a ser cada vez mais delimitada através de espaços próprios para crianças, como parques infantis, escolas e instalações de cuidados.

No entanto, a especialização desses espaços também levanta questões sobre a limitação da criatividade e da oportunidade de apropriação por parte das crianças (Lima, 1989)³. A criação de ambientes padronizados e funcionalizados pode restringir a diversidade de experiências espaciais necessárias para um desenvolvimento integral (Lefebvre, 1974). Além disso, a segregação entre o mundo infantil e o mundo adulto pode privar as crianças de importantes modelos e oportunidades de interação social.

Ao investigar essas questões, este trabalho visa contribuir para um maior entendimento das experiências urbanas na infância e para o

¹ Francesco Tonucci (1940) é um pedagogo italiano, conhecido por seu trabalho sobre a infância e o brincar. *La ciudad de los niños*, publicado em 1997, é o livro citado. A obra, que se tornou um clássico da literatura sobre a infância, apresenta uma visão inovadora sobre o papel das crianças na sociedade e a importância do brincar para o seu desenvolvimento.

² *A Produção do Espaço*, do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (1901-1991), publicado em 1974.

³ Mayumi Watanabe de Souza Lima (1934-1994) foi uma arquiteta brasileira que se destacou por seu trabalho no planejamento de espaços educativos públicos. O livro *A Cidade e a Criança* (1989), escrito pela arquiteta, é uma obra fundamental para a compreensão da relação entre a infância e o espaço urbano.

desenvolvimento de políticas e práticas urbanas mais inclusivas e sustentáveis. Ao reconhecer o papel fundamental das crianças na vida urbana e analisar quais os espaços públicos promovem inclusão à infância, podemos trabalhar para criar cidades mais seguras, acessíveis e acolhedoras para todos os seus habitantes.

Justificativa

Este estudo visa investigar a relação entre crianças e o ambiente urbano, em duas praças públicas em Aracaju: Ulysses Guimarães e Luciano Barreto Júnior. Um estudo preliminar avaliou a infraestrutura urbana das Praças I e II, no bairro Santa Maria, sem se aprofundar em detalhes específicos. Dentro da perspectiva da construção de uma cidade, analisar essa relação oferece uma estrutura para entender a condição das cidades e da sociedade contemporâneas.

A exclusão das crianças do espaço público, onde se desenvolve a dimensão política do cidadão, é abordada como um fenômeno preocupante. Elas fazem parte do que é descrito como o *Quarto Mundo*, termo que engloba os estratos sociais que são frequentemente negligenciados pelo sistema⁴. Além disso, a criança, "(...) como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos" (Freire, 1997, p. 46)⁵ representa não apenas a si mesma, mas também todas as outras categorias sociais marginalizadas na configuração atual da cidade.

A cidade é vista como uma importante fonte de educação, descoberta e crescimento, fundamental para o desenvolvimento da autonomia, inteligência

⁴ O termo "Quarto Mundo" foi utilizado pela ONU na Convenção sobre os Direitos da Criança (1989): Ratificada por 196 países, estabelece princípios fundamentais para garantir os direitos de todas as crianças, incluindo o direito à vida, à saúde, à educação, à participação e à proteção contra a violência. A CDC estabelece princípios fundamentais para garantir o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças, reconhecendo-as como sujeitos de direitos e não como objetos de tutela.

⁵ Paulo Freire (1921-1997) foi um educador e filósofo brasileiro, considerado um dos mais importantes pedagogos do século XX. A citação é referente ao livro *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

sensorial e habilidades relacionais das crianças (Tonucci, 1996). "A ideia de cidade, a ideia de *polis*, a origem das cidades, surge do princípio da igualdade de diferenças: o fato da cidade se funda na possibilidade de pessoas diferentes poderem viver em conjunto e estabelecer um contrato político entre elas".⁶ A arquitetura urbana desempenha um papel crucial nesse processo, moldando fisicamente o mundo em que as crianças crescem e se desenvolvem.

O planejamento urbano deve ser orientado pelo princípio de permitir que as crianças usem a cidade livremente, reconhecendo sua importância para a governabilidade e vitalidade da cidade como um todo (Lima, 1989). A inclusão das crianças no processo de planejamento e design urbano é fundamental, pois elas oferecem uma perspectiva única e valiosa que contribui para a melhoria do ambiente urbano e das relações humanas (Tonucci, 1996). Ao reconhecer a diversidade que as crianças trazem consigo, garantimos a inclusão de todas as outras diversidades na cidade. Além disso, as crianças desempenham um papel fundamental na promoção de uma sociedade futura mais democrática e solidária, lançando as bases para uma participação cívica mais ampla e informada.

Em suma, as crianças têm o potencial de transformar o espaço urbano e recuperar sua função essencial como um lugar de informação, simbolismo e diversão. Seu envolvimento ativo no planejamento e design urbano é crucial para criar cidades mais inclusivas, seguras e acolhedoras para todos os seus habitantes (Tonucci, 1996). O reconhecimento do direito à cidade para as crianças na primeira infância está alinhado com os princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas, que afirma que todas as crianças têm o direito a um padrão de vida adequado para o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social. Isso inclui o direito a um ambiente seguro e saudável, o acesso a espaços de lazer e recreação, educação de qualidade e oportunidades para interação social.

Além disso, o que está estabelecido no artigo 16, inciso II do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) abrange a capacidade de circular livremente pelos espaços públicos e comunitários, de se

⁶ Rolnik, 2000, p. 3.

envolver em atividades lúdicas, esportivas e recreativas, bem como de participar ativamente da vida familiar, comunitária e política, conforme previsto na legislação vigente (Brasil, 1990).

No entanto, muitas vezes, as crianças na primeira infância são marginalizadas no planejamento e na prática urbana. Espaços públicos inadequados, falta de acesso a creches de qualidade, ausência de áreas de recreação seguras e segregação espacial são alguns dos desafios enfrentados na questão da inserção das crianças pequenas nas cidades. Isso resulta em experiências urbanas que não atendem às suas necessidades e direitos, impactando negativamente seu desenvolvimento e bem-estar (Jacobs, 1961) Ao abordar este tema, estamos contribuindo para aumentar a conscientização sobre a importância do direito à cidade para as crianças na primeira infância, e defendendo uma abordagem mais centrada na criança no planejamento e desenvolvimento urbano.

As praças são espaços de encontro e interação entre pessoas de diferentes idades, origens e culturas. As crianças podem fazer amigos, aprender a se comunicar e a colaborar com outras pessoas, desenvolvendo suas habilidades sociais e emocionais. Além disso, podem ser utilizadas como espaços de aprendizagem informal, onde os pequenos podem aprender sobre diversos temas, como história, geografia, ciências e artes. Através da brincadeira e da exploração do ambiente, as crianças desenvolvem sua curiosidade, seu senso crítico e sua capacidade de aprender (Tonucci, 1996).

Em especial as ruas, praças e parques, tornam-se contextos privilegiados de investigação por apresentarem, de modo visível, os distintos modos de viver a infância e o papel dos espaços na formação, na aprendizagem da cidadania, além do potencial de mudança que encerra, em especial nas cidades grandes brasileiras (Lansky, 2012, p. 287).

Quando bem planejadas e cuidadas, as praças podem ser espaços seguros e inclusivos para todas as crianças, independentemente de suas habilidades ou necessidades especiais. Portanto, o critério de escolha das

praças vem da liberdade da mesma proporcionar o brincar livremente, explorar o ambiente e tomar suas próprias decisões. Essa liberdade contribui para o desenvolvimento da autonomia, da criatividade e da capacidade de resolução de problemas.

Jane Jacobs, em *Morte e Vida das Grandes Cidades*, argumenta que a criminalidade nas praças está diretamente relacionada à falta de "olhos na rua". Segundo ela, para que uma praça seja segura e vibrante, é necessário que haja um fluxo constante de pessoas de diferentes origens e atividades, tanto durante o dia quanto à noite. As praças devem ser permeáveis, com acessos fáceis e visíveis de diferentes ruas e vielas. Isso facilita a circulação de pessoas e inibe a formação de "bolsões" de crime e desordem e com os esvaziamentos urbanos e a forte presença dos muros. Paradoxalmente, os muros podem também contribuir para a insegurança, pois esses "bolsões" de crime são criados e dificultam a vigilância natural das ruas. Assim, o espaço que deveria ser de integração urbana se torna um ambiente hostil e esvaziado.

Objetivos

Considerando os obstáculos presentes, o objetivo principal deste trabalho é investigar a interação das crianças com os espaços públicos em Aracaju, explorando conceitos de segurança, a dinâmica entre cidade e criança, e a autonomia da mobilidade urbana. Dessa forma, evidenciam-se os objetivos específicos deste estudo, abordando os aspectos:

1. Desenvolver uma base teórica sobre a relação entre crianças e ambientes urbanos;
2. Avaliar a infraestrutura e as condições de segurança das quatro praças públicas analisadas em Aracaju (Ulysses Guimarães, Praças I e II do Santa Maria, e Luciano Barreto Júnior);
3. Investigar a relação entre a mobilidade infantil e o entorno das praças Ulysses Guimarães e Luciano Barreto Júnior, selecionadas para uma análise mais detalhada;
4. Elaborar um plano de reestruturação da infraestrutura urbana com foco na acessibilidade infantil;

5. Realizar um mapeamento de caminhos seguros para as praças Ulysses Guimarães e Luciano Barreto Júnior, identificando os principais obstáculos e propondo diretrizes para melhorias.

Metodologia

Para alcançar as metas dos objetivos estabelecidos, o presente trabalho segue teórico-descritivo, de abordagem qualitativa e empírica, utilizando análise de dados e método comparativo. O estudo inicia com uma revisão bibliográfica sobre o papel das crianças na definição dos espaços públicos urbanos, enfatizando sua inclusão no processo de planejamento urbano para criar ambientes mais seguros e acolhedores.

Posteriormente, foi realizada uma análise da infraestrutura das praças Ulysses Guimarães, Luciano Barreto Júnior e Praças I e II do Santa Maria, avaliando elementos, equipamentos públicos, e questões de segurança e acessibilidade. Além disso, foi feita uma análise do perímetro urbano para mapear a mobilidade e a autonomia das crianças nas praças Luciano Barreto Júnior e Ulysses Guimarães, examinando a eficácia da infraestrutura existente para deslocamentos autônomos. Isso inclui a identificação de áreas que afetam a segurança e a acessibilidade, além da avaliação das condições de calçadas, cruzamentos e sinalizações. Também foi realizada uma observação direta das praças para registrar a utilização pelas crianças, a usabilidade dos equipamentos e a segurança geral do ambiente. Adicionalmente, foi conduzida uma entrevista sobre autonomia, espaços públicos e mobilidade urbana com uma jovem de 18 anos e uma criança de 11 anos que residem em Ludwigsburg, na Alemanha, e que já viveram em Aracaju. Além disso, foram realizadas 20 entrevistas com responsáveis e crianças no entorno de 300 metros de raio das praças estudadas para entender a relação das famílias com o espaço público em questão. Dessa forma, é possível traçar um quadro de sugestões de reestruturação urbana para realizar a análise comparativa das duas praças selecionadas - Ulysses Guimarães e Luciano Barreto Júnior -, comparando os resultados das etapas anteriores, e identificando pontos

comuns e diferenças. A partir disso, desenvolver o mapeamento de segurança e riscos de caminhabilidade no entorno das praças.

Resultados Esperados

Através da pesquisa e das abordagens metodológicas propostas, pretende-se estabelecer o diálogo sobre o direito à cidade, ampliando a compreensão sobre o grupo em foco e sua interação com o ambiente urbano. Isso visa aprimorar a relação das pessoas com o espaço ao seu redor. Além disso, busca-se destacar a importância de incluir a infância na vida ativa das cidades.

2. Explorando a Criança no Contexto do Espaço Público

Qual é o lugar das crianças no espaço público? Esta questão não pode ser respondida rapidamente, pois vários aspectos precisam ser considerados. No entanto, na literatura e na pesquisa sobre este assunto, há um consenso de que, desde a segunda metade do século XX, as crianças têm cada vez menos espaço no espaço público (Tonucci, 1996). Isso se deve à funcionalização e especialização dos espaços, ao aumento do tráfego, à urbanização de áreas livres, à espacialização da infância, como a domesticação, institucionalização e pedagogização, e aos crescentes medos dos tutores em relação à segurança de seus menores no espaço público (Lima, 1989).

As características de bons espaços refletidas pelo renomado geógrafo Milton Santos - segurança, acessibilidade, maleabilidade e oportunidades de interação⁷ - têm desaparecido cada vez mais desde os anos 1960. Por essas razões, entre outras, as crianças estão sendo cada vez mais empurradas do espaço público para espaços próprios para crianças (Tonucci, 1996). Esses espaços da infância são caracterizados por serem espaços especializados e funcionalizados, criados especificamente para elas, como parques infantis, escolas e instalações de cuidados.

Embora esses espaços frequentemente sejam concebidos com o

⁷ Santos, 2003, p. 73-92.

propósito de garantir a segurança das crianças, a manutenção e a seleção específica de equipamentos e materiais acabam por restringir a criatividade e a capacidade de apropriação desses ambientes. Essa imposição de padrões comportamentais é discutida pela arquiteta Mayumi Watanabe Lima em seu livro *A Cidade e a Criança*, de 1989,

Se antes as escolas ocupavam os terrenos mais visíveis e altos, passaram a se instalar nas sobras dos loteamentos, naqueles terrenos que a obrigação legal, formal, incluía em seu índice de áreas destinadas a equipamentos públicos. Praças e escolas tornaram-se cada vez menos o símbolo de apropriação e presença do homem no território em contraposição à natureza, mas o retrato de uma sociedade que considera a criança parte da sucata industrial que se aproveita ou não na produção futura, desde que ela não se oxide enquanto cresce. Se isso acontecer, ela deixa de ser criança e passa à categoria de menor, objeto mais insignificante do que a criança. Criança dos bairros de periferia, candidata permanente à condição de menor, recebe professor, escola e merenda de acordo com a distribuição desigual dos direitos na sociedade. [...] O espaço escolar não poderia ser outro: desinteressante, frio, padronizado e padronizador, na forma e na organização das salas, fechando as crianças para o mundo, policiando-as, disciplinando-as (LIMA; Mayumi W. Souza. *A cidade e a criança*. São Paulo, Nobel, 1989, p.38).

Essa especialização também se reflete nos aspectos espaciais das infâncias pós-modernas, como a domesticação, institucionalização e pedagogização (Lima, 1989)⁸. Embora esses aspectos ofereçam a vantagem de facilitar a aprendizagem de habilidades específicas por meio de estruturas criadas especificamente para isso, os espaços especializados não podem fornecer as experiências espaciais diversificadas necessárias para uma apropriação eficaz do mundo. Especialmente devido à separação do mundo dos adultos e das crianças, muitas oportunidades de apropriação são perdidas para as crianças. As crianças precisam de modelos adultos para se tornarem adultos, o que é, em última análise, o objetivo de toda criança.

⁸ Em "A Cidade e a Criança" (1989), Mayumi Lima discute os conceitos de "domesticação", "institucionalização" e "pedagogização" para analisar como a cidade influencia o desenvolvimento infantil. Ela critica a imposição de regras, rotinas e espaços controlados sobre as crianças, limitando sua liberdade, autonomia e criatividade. Lima argumenta que a ênfase excessiva na educação formal e nas instituições restringe as experiências e interações das crianças com o mundo real, defendendo uma infância mais livre e rica em experimentação e interação social. Sua obra convida à reflexão sobre como a sociedade contemporânea molda a infância e sugere uma abordagem mais ampla e inclusiva para o desenvolvimento infantil.

O projeto de equipamentos coletivos, públicos ou privados, é sempre um projeto comprometido: a forma que se dá implica tanto nas referências que oferece à cidade e à sua população, quanto a gama de materiais de que poderá lançar mão e acaba por determinar quem terá condições de realizar, quem e quantos poderão usufruir ou ainda como e onde poderá existir. Nada é abstrato, neutro ou indiferente no ato de produção da arquitetura dos equipamentos coletivos. Nele, o traço nunca é um risco: é um material, é uma dimensão, é um custo, é uma resposta a demandas que são concretas em um tempo histórico (LIMA; Mayumi W. Souza. *Arquitetura e Equipamentos Sociais*. São Carlos: EESC-USP, 1992. pp.57-58). Fonte: Acervo Mayumi Watanabe Souza Lima, caixa 01 in (BUITONI, 2009).

Na política e no planejamento, ainda existe o olhar "limitado" para "espaços infantis" fisicamente limitados (Lima, 2009). Muitas vezes falta uma verdadeira aceitação e abertura para crianças brincarem e, especialmente, para adolescentes no meio da cidade. Isso também pode ser devido ao fato de que os espaços de vida das crianças e os fatores que os influenciam não são claramente definidos e distinguíveis dos espaços de vida da população em geral.

Muitas vezes, o foco está apenas nos *playgrounds* infantis, mas isso está longe de ser suficiente. A falta de cumprimento das normas e regulamentos técnicos e uma orientação política para o tráfego individual motorizado impedem melhorias necessárias no espaço de vida das crianças. Uma função fundamental para o crescimento das crianças, pois corresponde às necessidades que a criança satisfaz ao brincar: aprender, criar um universo simbólico e simplesmente se divertir. As crianças, ao perderem as cidades, perderam a oportunidade de viver experiências necessárias para um desenvolvimento adequado, como brincar, explorar, aventurar-se. As cidades, ao perderem as crianças, perderam segurança, solidariedade e controle social. As crianças precisam da cidade; a cidade precisa das crianças.

Uma cidade onde as crianças estão nas ruas é uma cidade segura, não apenas para elas, mas também para os idosos, os deficientes e todos os cidadãos. Sua presença encoraja outras crianças a saírem e funciona como um freio para carros e outros perigos externos. Por outro lado, uma rua deserta é perigosa para a criança que a

atravessa, porque o motorista não a espera, não a prevê; é perigosa para todos, pois convida ao crime e o torna inevitável (TONUCCI, Francesco. *La ciudad de los niños*. Grao, 2015, p. 31). (Tradução nossa).

Por outro lado, a excessiva especialização do espaço público como esses denominados *playgrounds* restringe as escolhas e limita a imaginação ao designar *lugares para crianças* em vez de permitir que elas próprias façam suas escolhas e expressem suas preferências, respeitando sua autonomia como seres sociais e históricos, conforme expresso por Freire (1997, p. 46), ao descrever a criança como um ser pensante, comunicante, transformador, criativo e realizador de sonhos. Lima (1989) destaca a relação de poder estabelecida em relação aos usuários normalmente marginalizados, como as crianças, que são frequentemente subjugadas ao domínio dos adultos, silenciadas e privadas de uma voz ativa, bem como de espaços adequados. Ele adverte sobre "a tirania do desenho sobre os usuários coletivizados nos processos de produção e distribuição do espaço concebidos pelos arquitetos". De fato, ao determinar e controlar os usos e comportamentos por meio de um excesso de funcionalismo e da entrega de espaços e objetos "prontos", o arquiteto impõe às crianças os limites da própria imaginação.

[...] Os adultos que projetam para as crianças têm de perceber o difícil limite que separa a produção das condições espaciais que permite à criança criar e construir seus projetos e o ato inconsciente do adulto que quer se colocar no lugar das crianças, projetando a priori suas fantasias e sonhos (Lima, 1989, p. 102).

De acordo com o psicanalista austríaco Bruno Bettelheim⁹, a qualidade do relacionamento que o indivíduo estabelece com a cidade depende exclusivamente da forma como esse relacionamento é vivenciado e percebido pelas pessoas com as quais nos relacionamos: a impressão positiva ou negativa que delas se obtém será determinante para a formação da concepção positiva ou negativa de qualquer outra parte da cidade. Portanto, através das pessoas, as crianças muito pequenas encontram o espaço, geralmente através

⁹ **Bruno Bettelheim** (1903-1990) foi um psicanalista austríaco de origem judaica; refugiou-se nos EUA, onde obteve a cidadania. Ele era psicólogo infantil. O livro que Bettelheim discorre sobre o relacionamento da cidade é *O Mundo Encantado: Uso, Importância e Significados - Psicanálise dos Contos de Fadas* (2006).

de seus pais, especialmente a mãe, e a experiência urbana depende de como essas figuras vivem a cidade, com ou sem seus filhos. Segundo Bettelheim, o primeiro fragmento urbano que a criança encontra é a matriz daquilo que será seu patrimônio afetivo e perceptivo.

Conforme com Barros e Silva¹⁰ (2018), o espaço público urbano é, além de tudo, um dispositivo de manifestação dessas alternativas, é uma superfície que torna visíveis (presentes) as experiências que de outro modo estariam ocultas (ausentes):

Podemos aqui inverter as noções comuns de superficialidade e profundidade. No senso comum, por exemplo, dizemos ser necessário "aprofundar" uma reflexão ou discussão, enquanto que "manter-se na superficialidade" de uma questão significa restringir-se aos seus aspectos mais visíveis e não significativos e, assim, não abordar os aspectos mais relevantes. Em se tratando de espaço público, o raciocínio é outro: a visibilidade é relevante. Estar na superfície é importante para que se possa ver, saber e conhecer. No espaço público de nossas cidades podemos de fato ver e comprovar (para que cada um interprete a seu modo) o quanto a criatividade e a necessidade podem gerar novas atividades econômicas (comércio ambulante, por exemplo), mas também o quanto as contradições sociais podem gerar formas precárias de uso e apropriação do espaço (moradores sem-teto). (Barros; Silva, 2018, p.8)

2.1 Segurança

A relação entre segurança e democracia é crucial para compreender o contexto brasileiro (Silva e Silva, 2018).¹¹ No Brasil, o grau de segurança é amplamente considerado um indicador da qualidade democrática do país (Santos, 2000, p.2). Tradicionalmente, a segurança é associada à legalidade e à proteção contra riscos à vida. No entanto, a percepção de segurança tem sido afetada pela crescente preocupação com a microcriminalidade, o que tem levado à diminuição do seu significado para além da proteção contra riscos iminentes. Esse fenômeno semântico tem contribuído para uma compreensão limitada e empobrecida do conceito de segurança.

¹⁰ Silva, Robertha Georgya de Barros e; Silva, César Henriques Matos e. Caminhos da emancipação social e o espaço público urbano. *Arquitextos*, São Paulo, ano 19, n. 220.02, Vitruvius, set. 2018 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/19.220/7124>. Acesso: 27 mar. 2024.

¹¹ Santos, 2000. p. 67-68.

O geógrafo Milton Santos aborda a questão da segurança em relação à globalização perversa, destacando a importância da segurança não apenas como proteção contra riscos iminentes, mas também como um elemento crucial para a qualidade democrática de um país. No contexto brasileiro, essa redução do significado de segurança também resulta na falta de reconhecimento de diversas formas de violência enfrentadas pelos cidadãos em sua vida cotidiana. Essas formas de violência, muitas vezes sutis e menos visíveis, têm um impacto profundo na vida das pessoas e condicionam suas experiências diárias. Portanto, a compreensão e abordagem da segurança devem considerar não apenas os aspectos tradicionais ligados à proteção contra ameaças físicas, mas também as múltiplas dimensões da segurança que afetam a vida dos cidadãos, incluindo questões socioeconômicas, ambientais e de saúde pública. Para aprofundar esse tema e compreender as diversas formas de violência presentes nas cidades, foram utilizados os estudos de Johan Galtung,¹² considerado um dos pais fundadores da Pesquisa pela Paz.

Os estudiosos que se dedicam à pesquisa pela paz (*Peace Research*) entendem a paz não em sua conceptualização negativa de ausência de guerra, mas como uma tensão para a construção de uma sociedade justa e não violenta. Segundo Galtung (1975, p. 10), "a violência direta é apenas a ponta do iceberg; a violência estrutural é a parte principal do iceberg que está submersa; e a violência cultural é a água fria que torna possível a existência do iceberg." As necessidades fundamentais podem ser simplificadas e reconduzidas à sobrevivência, ao bem-estar, à identidade e à liberdade. A negação dessas necessidades se manifesta através da morte, da doença e da insustentabilidade, da alienação e da repressão.

O autor define três tipos de violência estritamente relacionados entre si e simbolizados como os três vértices de um triângulo equilátero: Violência cultural, Violência estrutural, Violência direta.¹³ A violência direta está ligada a um evento e pode ser física ou psicológica. É o tipo mais evidente e reconhecido que encontra amplo espaço na mídia e reúne todas as formas de

¹² Johan Galtung é um sociólogo, matemático e pacifista norueguês, considerado um dos pais fundadores da Pesquisa pela Paz. Nasceu em 24 de outubro de 1930, em Oslo, Noruega. Cunhou o termo "Pesquisa pela Paz" para diferenciar essa área de estudo da ciência política tradicional. Ele é considerado um dos principais pensadores sobre paz e conflito do século XX.

¹³ Galtung, 1975. p. 28-31; 52-80.

crueledade e exploração exercidas pelos seres humanos contra seus semelhantes ou contra a natureza.

A violência estrutural é um processo lento, não é causada pela ação direta, mas está inserida na estrutura; manifesta-se na forma de poder desigual e, conseqüentemente, de diferentes oportunidades de vida. Nesta tipologia estão incluídos alguns fenômenos relacionados ao planejamento urbano, como a gentrificação, ou ações de transformação do território que não levam em consideração o contexto de intervenção. Este tipo de violência tem efeitos dramáticos sobre as crianças.

Por violência cultural, Galtung (1975) entende aqueles aspectos da cultura, da esfera simbólica de nossa existência - exemplificados pela religião e ideologia, linguagem e arte, ciência empírica e ciência formal (lógica, matemática) - que podem ser usados para justificar ou legitimar a violência estrutural e a violência direta. A dramatização da violência direta, através do exercício da violência cultural, como descrito na primeira parte deste capítulo, ajuda a mascarar a violência estrutural da cidade contemporânea e a dar uma primeira forma ao lobo mau, aquela do estrangeiro em seu significado semântico, agora obsoleto, de estranho. Estranho significa: "marginalizado, diferente, mal adaptado em relação a um sistema social dominante".¹⁴

Francesco Tonucci critica veementemente tanto a inadequação dos espaços públicos quanto às ideias de pânico moral que sugerem que a cidade, além das propriedades privadas, é perigosa. Ele argumenta que a casa é vista como o oposto das possibilidades oferecidas pela rua e destaca que até mesmo o ambiente doméstico apresenta seus próprios riscos. "Trancar as crianças em casa significa expô-las ao perigo de acidentes domésticos, confiá-las à televisão e privá-las de experiências fundamentais" (Tonucci, 2015, p.34). O autor observa que, para os pais, os perigos do "mundo real" estão do lado de fora, e a casa é vista como um refúgio onde esses perigos não podem afetar seus filhos.

Lá fora, o perigo, os perversos, o tráfico, as drogas, a violência, a floresta escura e ameaçadora; no interior, segurança, autonomia,

¹⁴ Galtung, 1975. Pg. 28-31, 52-65, 66-80.

tranquilidade, a casa segura dos três porquinhos ou, se preferir, o castelo medieval, rodeado de muralhas e com a ponte levadiça levantada. (Tonucci, 2015, p.10)

A busca acima mencionada demonstra, de fato, como o medo do outro, em tempos de evidente desconfiança, se não intolerância, se manifesta principalmente em relação àqueles que pertencem a uma classe social diferente, culpados por não compartilharem a mesma realidade por terem um acesso diferente aos recursos. A consequência é a marginalização, a exclusão progressiva dessas categorias de indivíduos da vida da comunidade. Eles são negados ao espaço público e várias formas de segregação são praticadas para dar o "lugar certo" aos "fora de lugar" (Lefèbvre, 1974),

A rua, a cada passante, é presumida como um espaço onde não ocorrem ataques; o agressor que transgride essa norma comete um ato criminoso. Este tipo de espaço pressupõe uma "economia espacial", que está interligada com a economia verbal, apesar de ser distinta, e valoriza certas relações e lugares para as pessoas (como lojas, cafés, cinemas etc.), induzindo a discursos conotativos sobre esses locais que geram um "consenso" e uma convenção: nestes lugares, a ideia é evitar conflitos e se movimentar tranquilamente. Por outro lado, os discursos denotativos, ou descritivos, têm um aspecto quase jurídico, também conduzindo a um consenso: não se luta para ocupar o mesmo espaço; espaços vazios são deixados disponíveis, mantendo-se "proxêmios" e distâncias respeitadas. Isso, por sua vez, dá origem a uma lógica e estratégia de propriedade no espaço: "o que é seu não é meu, lugares e coisas". Entretanto, existem lugares comuns, compartilhados, cuja posse e uso não podem ser totalmente privados, como cafés, praças e monumentos. Esse consenso espacial, rapidamente descrito aqui, é parte da civilização, assim como a proibição de certos comportamentos grosseiros ou ofensivos (em relação a crianças, mulheres, idosos e toda a população). Portanto, ele se opõe à luta de classes e a outras formas de violência, com o objetivo de evitar confrontos desnecessários (Lefèbvre, 1974, p. 90).

A estética da segurança parece medir-se pela capacidade e eficácia das medidas adotadas pelos governos. A *nova estética da segurança* decide a forma de cada tipo de construção, impondo uma lógica baseada na vigilância e na distância e estabelecendo também a qualidade das relações humanas (Jacobs, 1961). Isso tem efeitos importantes na vida das comunidades e principalmente nas crianças, sujeitos em crescimento cujo desenvolvimento

cognitivo e de habilidades relacionais pode ser seriamente comprometido: as barreiras físicas se tornam barreiras psicológicas.

Cada espaço é estabelecido antes da chegada do ator, que é um sujeito individual e coletivo, sempre membro de um grupo ou classe social, buscando apropriar-se desse espaço. Essa existência pré-estabelecida condiciona a sua presença, a ação, o discurso desse "sujeito", sua competência e desempenho. No entanto, sua presença, ação e discurso negam essa existência pré-estabelecida, pressupondo-a como um obstáculo, uma objetividade resistente, às vezes implacavelmente dura, como nos casos de muros de concreto difíceis de modificar, ou em excesso de regulamentos draconianos que impedem qualquer tipo de alteração. Dessa forma, a textura do espaço não apenas proporciona lugar para atos sociais sem conexão com ela, mas também influencia uma prática espacial específica, que envolve tanto o uso coletivo quanto individual do espaço. Assim, ocorre um encadeamento de atos que não se limita apenas a uma prática significante, embora ela esteja envolvida (Lefèbvre, 1974, p. 91).

Na década de 1970, o arquiteto americano Oscar Newman finalizou seus estudos elaborando um programa de prevenção ao crime baseado no conceito de "espaço defensável" do criminologista C. Ray Jeffery: "Prevenção ao crime através do design ambiental" (CPTED).¹⁵ A teoria se baseia na hipótese de que é possível prevenir o crime com um cuidadoso planejamento arquitetônico; os pontos-chave são quatro: vigilância natural, territorialidade, imagem e meio ambiente.

A teoria teve um impacto significativo no design de edifícios públicos nos Estados Unidos. As bases dessa teoria se baseiam nos estudos da socióloga americana Jane Jacobs, que afirmava que o desenvolvimento de uma boa *territorialidade* leva a uma maior interação social e ao aumento do senso de comunidade, resultando na diminuição da percepção do medo. Jacobs propunha confiar o controle para lidar com a questão da delinquência juvenil com o objetivo de reduzir a desorganização social e aumentar a coesão comunitária. O projeto previa o envolvimento direto dos habitantes, apoiados por sociólogos, educadores e psicólogos.

¹⁵ Oscar Newman (1930-2013) foi um arquiteto e urbanista americano, conhecido por seu trabalho pioneiro na área de prevenção do crime através do design ambiental (CPTED) com o livro *Defensible Space: Crime Prevention Through Urban Design*. A obra foi publicada em 1972 e se tornou um marco teórico na área.

A primeira coisa a entender é que a paz da cidade - das ruas e calçadas - não é garantida, em primeiro lugar, pela polícia, embora a polícia seja necessária, mas é garantida por uma rede intrincada, quase inconsciente, de controle voluntário exercido pela própria população sobre seus bairros (Jacobs, 1961, p. 32).

A vigilância reafirma os "olhos da rua" de Jane Jacobs. Os habitantes se apropriam do espaço público exercendo um micro-controle sobre ele, recomendando-se o olhar pelas janelas, questionamentos a qualquer estranho que vague pela área; os habitantes nutrem um profundo senso de pertencimento ao local. A radicalização dos conceitos de territorialidade e visibilidade levou ao surgimento da *mentalidade da fortaleza*, o oposto das ideias decorrentes e propostas por Jane Jacobs. um processo facilitado pelo abuso das novas tecnologias de controle. A presença da diversidade degenera em medo e exclusão do estrangeiro; a definição de espaços se transforma em uma delimitação rígida de propriedade, através do reforço das fronteiras (Jacobs, 1961).

A "desordem", ou seja, aquele conjunto de sinais de incivilidade presentes na área em que uma pessoa vive, é de fato outro fator determinante na percepção da insegurança. Esses sinais podem ser de natureza social, portanto determinados pelos comportamentos de certas categorias de pessoas, ou de natureza física, como a degradação urbana.

Esses comportamentos violam as normas compartilhadas pela população sobre o gerenciamento e o uso dos espaços públicos e reduzem a interação entre os membros da comunidade e o sentimento de pertencimento ao seu ambiente de vida. Baseia-se nesta tese a teoria das *janelas quebradas* formulada em 1982 pelos criminologistas James Q. Wilson e George Kelling,¹⁶ segundo a qual se houver janelas quebradas em um prédio e ninguém as substituir, em pouco tempo, todas as janelas sofrerão o mesmo destino. Isso não acontece porque o bairro está sendo invadido por vândalos ou criminosos,

¹⁶ **James Q. Wilson** (1931-2012) foi um cientista político americano conhecido por seu trabalho sobre crime, policiamento e políticas públicas. Ele foi professor da Universidade de Harvard e da Universidade da Califórnia em Los Angeles. **George L. Kelling** (1935-2019) foi um criminologista americano conhecido por seu trabalho sobre crime e desordem urbana. Ele foi professor da Universidade Rutgers e da Universidade da Califórnia em Irvine.

mas porque essas janelas indicam que nenhum dos moradores cuida de seu bairro.

No Brasil, a teoria influenciou diversas políticas públicas de segurança, principalmente a partir da década de 1990, com a implementação de programas como *Tolerância Zero* e *Polícia Comunitária*. Dessa forma, gerou aumento do policiamento nas ruas, com foco em pequenos delitos, com o objetivo de prevenir crimes mais graves. Críticos argumentam que o aumento do policiamento pode levar à criminalização da pobreza e à violação dos direitos humanos. A teoria tende a culpabilizar as vítimas da violência e criminalizar a pobreza.¹⁷¹⁸

2.2 Participação

Paulo Freire, em sua abordagem sobre o processo educativo¹⁹, destaca a importância da participação dos educandos no processo educativo. Ele enfatiza que a participação ativa das crianças é essencial para a construção do conhecimento e para o desenvolvimento da autonomia. Freire acredita que os pequenos devem ser sujeitos ativos no processo de aprendizagem, contribuindo com suas experiências, questionamentos e reflexões. A participação não se resume apenas a seguir instruções do professor, mas sim a se envolver de forma crítica e criativa na construção do saber.

Além disso, ele valoriza a linguagem acessível e significativa para as crianças, utilizando uma linguagem coloquial próxima de seu cotidiano, promovendo assim uma comunicação eficaz e compreensão mútua. Freire também ressalta a necessidade de reconhecer e valorizar as diversas formas de expressão linguística na sociedade, evitando impor uma única forma de linguagem. Além disso, ele enfatiza que a participação ativa dos alunos é essencial para a construção do conhecimento e desenvolvimento da autonomia. Os educandos devem ser sujeitos ativos no processo de

¹⁷ Caldeira, 2000, p. 33.

¹⁸ *Cidade de Muros: Uma Crítica à Teoria das Janelas Quebradas*. Raquel Rolnik. Disponível em: <<https://cebsdobrasil.com.br/quanto-mais-altos-os-muros-e-grades-mais-protecao-certo-errado-desafios-no-mundo-urbano-raquel-rolnik/>>. Acesso em: 16 mar. 2024.

¹⁹ Freire, 1996. p.7. p.31.

aprendizagem, contribuindo com suas experiências, questionamentos e reflexões, e não apenas seguindo instruções do professor²⁰.

Em relação a esse tema, as crianças como sujeitos dentro de processos participativos tendem a destacar a inadequação, ou a adequação parcial, de uma abordagem fechada sobre conhecimentos disciplinares, códigos linguísticos e comunicativos consolidados, enquanto obrigam principalmente ao compartilhamento de formas de interação através das quais todos os sujeitos sejam capazes de argumentar suas posições. Se isso não acontece, o resultado é a interrupção imediata da relação. Muitas vezes, trabalhar com crianças significa, para o profissional, desestruturar seus próprios quadros de referência, colocá-los em discussão e, ao reconfigurá-los, verificar sua adequação.

A participação é uma maneira de combater o referencialismo dos sistemas de produção de serviços, permitindo questionar a relação entre oferta e demanda de bens de maneira mais ampla e não apenas quantitativa. Esse envolvimento ativo dos sujeitos envolvidos descongela os esquemas rígidos das abordagens tradicionais, especialmente onde o mercado não consegue captar adequadamente as preferências dos consumidores.²¹

Dessa forma, a abordagem explícita e desinteressada das crianças em relação aos processos em que estão inseridas facilita uma reflexão crítica sobre os mecanismos presentes em projetos de natureza projetual. A participação também se revela como a estratégia mais apropriada para promover a inovação e evitar a replicação de modelos padronizados²².

Ao criar contextos projetuais nos quais todos os tipos de conhecimento, tanto leigo quanto profissional, interagem, possibilita-se a experimentação e a geração de novas soluções de forma mais eficiente do que as metodologias tradicionais. Além disso, ao reconhecer a eficácia inovadora de uma arena aberta de sujeitos, a contribuição das crianças é valorizada não apenas por sua visão específica sobre questões, mas também como um catalisador para a participação de outros atores envolvidos no processo, como familiares,

²⁰Freire, 1996, p. 12. p. 21.

²¹ Santos, 2000, p. 77.

²² Santos, 2000, p. 75.

professores e educadores. Esse envolvimento das crianças não apenas amplifica os processos nos quais estão inseridas, mas também promove uma participação mais difundida e consciente (Tonucci, 1996). Assim, as experiências das crianças no espaço da cidade são exemplarmente abordadas no trabalho de Mayumi Watanabe.

O trabalho realizado por Mayumi Watanabe de Souza Lima é notável quando se trata das vivências das crianças tanto no ambiente escolar quanto na cidade. A concepção de que "todo espaço que propicie e promova de maneira positiva o desenvolvimento e as vivências do viver, do conviver, do pensar e do agir consequente, é um espaço educativo"²³, e que o ambiente produzido nunca é neutro, já que influencia nossos gestos cotidianos, molda nossa percepção, estimula elementos simbólicos, estabelece pontos de referência^{24 25}, nos leva a refletir sobre a influência do ambiente arquitetônico nos momentos de aprendizado, bem como em como eles afetam as interações diárias e as relações sociais.

A ideia de que "todo espaço que propicie e promova de maneira positiva o desenvolvimento e as experiências do viver, do conviver, do pensar e do agir consequente, é um espaço educativo" (Lima, 1983 apud Buitoni, 2009) e que "o espaço produzido nunca é indiferente na medida em que influencia nossos gestos diários, molda nossa visão, estimula elementos simbólicos, estabelece pontos de referência" (Lima, 1988 apud Buitoni, 2009), nos leva a refletir sobre a influência do ambiente arquitetônico nos momentos de aprendizagem, além de como impactam o dia-a-dia de interações e sociabilidades.

A participação como metodologia (Freire, 1996) para uma reaproximação das necessidades dos beneficiários (cidadãos), das políticas e dos projetos, serve como estratégia de escuta em busca de uma maior eficácia das intervenções. Não se trata de encontrar a resposta certa para um problema dado, mas de interpretar as necessidades impostas pela abertura do diálogo,

²³ Buitoni, 2009. p. 34.

²⁴ Lima apud Buitoni, 2009. p.57-58.

²⁵ "Nada é abstrato, neutro ou indiferente no ato de produção da arquitetura dos equipamentos coletivos. Nele, o traço nunca é um risco: é um material, é uma dimensão, é um custo, é uma resposta a demandas que são concretas em um tempo histórico" (Ibidem, p. 34).

destacar os recursos disponíveis e, em última análise, facilitar o processo coletivo de descoberta da solução mais apropriada.

No trabalho com crianças, Tonucci em *A escuta das crianças: uma metodologia para a pesquisa e a intervenção social*, emerge claramente a possibilidade de uma estratégia de escuta que saiba configurar os problemas. Sua contribuição muitas vezes é fértil onde houver vontade de reconstruir a conexão entre as questões colocadas e os recursos relacionais para enfrentá-las. A participação como uma modalidade técnica específica de construção do projeto, mas também como um processo que alimenta o auto empoderamento dos atores (locais), levam a renunciar à delegação ou à mera reivindicação, para abrir-se ao envolvimento na solução do problema.²⁶

É um requisito constitucional que a população participe livremente do planejamento e ordenamento urbano. No entanto, dado que o Estatuto da Cidade não especifica a natureza dessa participação, cabe às autoridades locais conduzirem o processo de forma a assegurar a legitimidade na elaboração das políticas urbanas. Nesse sentido, é crucial melhorar os métodos de participação, ouvindo todos os setores sociais e demográficos envolvidos. Somente com a implementação da política nacional para a primeira infância é que a escuta das crianças se tornou uma preocupação nos processos de ordenamento urbano.

Dessa forma, podemos refletir que o processo de aprendizagem não só acontece por conhecimentos técnicos, mas também por vivências complementares, como a participação pública. Paulo Freire, em *Pedagogia da Autonomia*, nos apresenta que a instrução focada apenas em conhecimentos técnicos ignora o aspecto essencialmente humano no processo educacional: sua natureza formativa. É crucial respeitar os conhecimentos que os educandos trazem consigo, conhecimentos construídos socialmente na prática, e utilizá-los para abordar questões urbanas, seus direitos e a formação cidadã. A convivência, especialmente entre diferentes classes sociais, gêneros, raças e faixas etárias, representa uma das maneiras de aprender com o outro.

²⁶ Tonucci, 2015, p. 16.

Portanto, pensar de maneira adequada coloca para o professor, ou até mesmo para a escola em um sentido mais amplo, a responsabilidade não apenas de respeitar os conhecimentos que os educandos, principalmente os das classes populares, trazem consigo - conhecimentos construídos socialmente na prática comunitária -, mas também de discutir com os alunos a relevância de alguns desses conhecimentos em relação ao ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que os alunos têm ao viver em áreas da cidade negligenciadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e córregos e os baixos padrões de bem-estar das populações, os aterros sanitários e os riscos que representam para a saúde das pessoas. Por que não existem aterros sanitários no centro dos bairros ricos e mesmo nas áreas puramente comerciais dos centros urbanos? [...] Por que não discutir com os alunos a realidade tangível que deve ser associada à disciplina cujo conteúdo está sendo ensinado, a realidade hostil onde a violência é constante e a convivência das pessoas com a morte é muito mais frequente do que com a vida? Por que não estabelecer uma conexão entre os conhecimentos curriculares essenciais para os alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não debater as implicações políticas e ideológicas dessa negligência por parte dos dominantes em relação às áreas pobres da cidade? A ética de classe embutida nessa negligência? (Freire, 1996, p. 31-32)

Nas diferentes tipologias de processos participativos envolvendo crianças, são evidentes as contribuições tanto no âmbito dos resultados projetuais quanto na abertura do processo a sujeitos geralmente não envolvidos; aqui também fica claro o recurso das crianças como *cola comunitária*, contribuindo para desencadear dinâmicas de (re)construção de laços de confiança.

A participação tem também como estratégia o desenvolvimento de um senso de pertencimento por parte dos participantes em relação ao projeto e, portanto, de criação de condições favoráveis para sua implementação, também através do estabelecimento de canais de comunicação entre os diferentes sujeitos envolvidos que podem permanecer como um patrimônio permanente também para a realização de outras iniciativas. Conforme a teorização de Vygotsky (1986), já que "confere importância aos processos de interação social do sujeito, bem como sinaliza a dupla origem, social e biológica, do desenvolvimento humano"^{27 28}.

²⁷ Teoria Histórico-Cultural (THC) desenvolvida por Lev Vygotsky. A THC foi desenvolvida por Vygotsky na década de 1920, na União Soviética, e se baseia em uma crítica à psicologia tradicional, que considerava o desenvolvimento humano como um processo individual e linear. Vygotsky propôs uma visão alternativa, que considera o desenvolvimento humano como um processo social e histórico.

²⁸ Vygotsky, 1986.

Este é talvez o aspecto mais marcante da contribuição das crianças nos processos projetuais; a função de catalisador de interesse por parte de outros sujeitos e, portanto, de *cola comunitária* - o que parece ser a especificidade de sua contribuição para os processos participativos²⁹. É claro como o envolvimento das crianças pode ser considerado um investimento para o futuro, que a comunidade local trabalha para valorizar o capital social fornecido pelas relações intergeracionais.

A oportunidade de ouvir e estabelecer um diálogo com a infância têm destacado a existência de uma inteligência espacial inata na criança. Essa inteligência não apenas deriva de sua vivência no espaço, mas também incorpora dimensões intuitivas, afetivas e criativas. Mayumi Lima iniciou atividades práticas de diálogo com crianças em um processo participativo já em 1975. Nessa experiência, Mayumi observou que as contribuições desses jovens são valiosas para compreender o que constitui um ambiente propício ao desenvolvimento infantil, e que tais *insights* deveriam ser considerados pelos arquitetos e adultos em geral³⁰.

A construção da criança, isto é, os espaços organizados e realizados pelas próprias crianças podem indicar algumas trilhas para o trabalho dos adultos. Embora a psicologia comportamental venha desenvolvendo pesquisas com animais e crianças pequenas com respeito à percepção de cores, luzes e espaço, pouco conhecimento temos tido em relação à construção do espaço pelas crianças (Lima, 1989, p. 73).

As formas de cidadania insurgentes, incluindo as das crianças, nos últimos anos, têm expressado uma demanda por qualidade do espaço público. Uma qualidade não apenas estética, mas principalmente relacional, e de compatibilidade entre práticas de uso diferentes, que saibam manifestar atenção também ao espaço da aventura, da descoberta e do espanto, como emerge do trabalho com as crianças.

As disciplinas projetuais e as modalidades técnico-administrativas de produção do espaço urbano parecem não ter produzido uma resposta

²⁹ Azevedo, 2015.

³⁰ *Ibidem*, 2015.

abrangente a essa demanda. Parece possível estabelecer uma certa analogia entre a baixa qualidade - estético-funcional, mas principalmente de possibilidades relacionais - dos espaços coletivos e o processo de contração do espaço público entendido como oportunidade de debate social. De acordo com Paulo Freire, a educação não deve ser reduzida a um mero treinamento técnico, pois isso diminuiria o aspecto essencialmente humano do processo educativo, que é seu caráter formador. Portanto, o ensino dos conteúdos não pode ignorar a formação moral do educando, pois educar implica, essencialmente, em formar integralmente o indivíduo³¹.

As experiências de envolvimento das crianças na produção de espaço público chamam a atenção para a necessidade de flexionar os registros consolidados na direção de uma maior atenção a essas demandas, que não podem ser enfrentadas por meio dos mecanismos e estratégias de intervenção que muitas administrações públicas estão seguindo, imitando as lógicas dos operadores privados na realização de grandes intervenções pontuais, consideradas salvadoras em sua suposta excelência. Especialização funcional, trajetos pré-definidos e dirigidos externamente, enclaves protegidos e predeterminação de usos e tempos são elementos evidentes da resposta dada até agora à demanda de qualidade. Os temas emergentes do trabalho com crianças e também do contexto de sensibilidade que as cerca estão expressando uma demanda com uma forte carga de radicalidade, de cenários que prefiguram uma mudança profunda e difícil de registro.

A cena urbana atual é cada vez mais caracterizada por um mosaico de povos e por agregações sociais fluidas, que revelam especificidades de recursos e necessidades, cada vez menos tratáveis em forma agregada. Se as políticas tradicionais pressupunham como destinatário o homem adulto branco trabalhador e, com base em suas características médias, recortaram as intervenções urbanísticas e sociais, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de compreender a articulação das demandas emergentes dos diferentes sujeitos sociais, os desejos, as identidades e as esperanças que os caracterizam e que, em sua justaposição, constroem o capital social. As

³¹Freire, 1996, p. 34-35.

experiências de trabalho com crianças no espaço público e na cidade podem constituir um bom campo de experimentação inovadora nesse sentido.

De fato, as condições de vida nas grandes cidades, principalmente nas metrópoles, têm se deteriorado a olhos vistos configurando o que podemos chamar de crise urbana. De espaço de mobilidade social e lugar de acesso à diversidade cultural, melhores oportunidades de emprego e qualidade de vida, elas têm se tornado aglomerações, em grande parte depósito de pessoas, marcadas pela fragmentação, dualização, violência, poluição e degradação ambiental. (Maricato, Emilia. *Construindo a Política Urbana*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001, p. 3)

Em suma, a criança sintetiza a perspectiva diacrônica aberta pelo conceito de desenvolvimento sustentável, pela sua característica única de ser simultaneamente representante da geração presente e da geração adulta futura. A participação das crianças, portanto, tem um duplo valor: um de natureza ecológica, pois contribui para melhorar a qualidade do ambiente e das relações humanas, e educa os adultos a não priorizarem apenas a si mesmos; outro de natureza educativa e social, que permite, no presente, reconhecer a subjetividade da infância e, portanto, a necessidade de *dar-lhe espaço*, e lança as bases para uma sociedade futura democrática e solidária. Os cidadãos mais jovens são, portanto, capazes de gerar novas dinâmicas no espaço urbano³² e recuperar assim a função que Henri Lefêbvre atribui à cidade, ou seja, informativa, simbólica e lúdica.

2.3 Influência

Las ciudades, al perder a los niños, han perdido seguridad, solidaridad, control social. Los niños necesitan a la ciudad; la ciudad necesita a los niños (Tonucci, 2009).

No contexto da Década das Nações Unidas para a Biodiversidade, com

³² Tonucci, 1996, p. 11.

foco na *natureza urbana social*³³, o valor agregado dos espaços verdes para várias questões fica claro. Com o processo de densificação, é necessário preservar ou criar novos espaços verdes e, ao mesmo tempo, expandir continuamente as oportunidades de participação para crianças e jovens. No entanto, pode-se vislumbrar a falta de importância dos espaços infantis nas comunidades quando nem mesmo um órgão de supervisão controla e sanciona a transformação gradual de áreas de lazer ou *playgrounds* em estacionamentos em propriedades privadas. Isso também é evidente em comunidades que não conseguem manter seus *playgrounds* públicos devido a atrasos significativos nos investimentos e, portanto, dependem cada vez mais de iniciativas privadas.

Com a densificação, permite-se a transformação de áreas de lazer de longa data, mas não seguradas legalmente, ou, no contexto da expansão de creches, o caminho mais fácil é escolhido e os próprios *playgrounds* são utilizados para isso. Os verdadeiros poderes dos planejadores são limitados nesses casos e dependem claramente da margem de manobra que a política e a administração lhes concedem.

No entanto, seria um grande avanço se os planejadores reconhecessem mais claramente sua responsabilidade pelos espaços de ação das crianças e soubessem como aproveitar sua margem de manobra. Até agora, são principalmente os educadores que se envolvem no planejamento urbano favorável às crianças, sem, no entanto, ter a autoridade de decisão necessária. Uma cooperação interdisciplinar e o trabalho em direção a um objetivo comum fortaleceriam a posição de todos os envolvidos. Conforme argumenta Qvortrup, "parece ser um grande dilema para as crianças que elas sejam categorizadas como um grupo privatizado ou familiarizado, cuja importância para a sociedade como um todo é ignorada ou esquecida ou adiada para um futuro mais ou menos distante".³⁴

³³ A Década das Nações Unidas para a Biodiversidade (2021-2030) foi proclamada pela Assembleia Geral da ONU em 2020 como resposta à crise global da perda de biodiversidade. O objetivo principal é deter a perda de biodiversidade e restaurar os ecossistemas degradados até 2030. Disponível em: <<https://www.unep.org/>>. Acesso: 16 mar. 2024.

³⁴ Qvortrup, 2014. p. 40.

Especialistas em espaços infantis, como educadores e também planejadores, devem se engajar com muito mais vigor do que antes para os interesses das crianças e jovens e fortalecer o diálogo intermunicipal e interdisciplinar, bem como iniciar o debate político e público. Somente assim será possível atender às suas demandas por padrões básicos e universalmente aceitos, como diretrizes para procedimentos e responsabilidades, bem como a criação de obrigações.

Portanto, a política para crianças não deve mais ser entendida apenas como política social, mas também como política espacial, que afeta todos os níveis políticos e administrativos de um município e deve considerar toda a cidade (Tonucci, 1996). Os esforços para tornar a cidade o mais amigável possível para as crianças devem, portanto, resultar na formulação de um plano de ação para maior amizade com as crianças - o planejamento urbano favorável às crianças seria um componente importante disso.

Abordar fatores de localização rígidos, como a qualidade do ambiente residencial, com medidas direcionadas levará a sucessos mais duradouros na garantia de espaços do que simplesmente promover mudanças comportamentais em pais e filhos por meio de campanhas e ações lúdicas ou tentar melhorar a situação dos espaços de jogo com medidas fragmentadas e às vezes apenas temporárias.

A responsabilidade pela garantia da qualidade dos espaços de ação, em última análise, não é das famílias, mas dos planejadores e políticos que decidem sobre a configuração dos municípios^{35 36}. Defender os interesses das crianças não deve ser entendido como um obstáculo ao investimento, mas como uma tarefa municipal urgente. Ela permanece, mesmo ou especialmente em condições sociais mutáveis, e não deve ser abandonada. Projetos bons, como fóruns juvenis ou detetives locais, ainda são necessários. No entanto, eles devem ser acompanhados por medidas de planejamento urbano concretas para criar fatos construídos e projetados. Por sua vez, entender finalmente a

³⁵ Maricato, 2010. p. 127.

³⁶ No referido trabalho, a autora argumenta que "a cidade é um produto social, resultado das relações de produção e das lutas de classes. Ela não é um dado natural, mas sim uma construção social que se transforma ao longo do tempo" (Ibidem, p. 300).

política espacial também como política para crianças, conscientizar-se da responsabilidade social e desenvolvê-la de acordo, conta, além de muitos outros desafios, como uma das tarefas mais importantes do planejamento urbano.

Nas experiências de envolvimento das crianças em processos de leitura e planejamento da cidade, emergem pelo menos três formas de considerar a possível contribuição das crianças, que por sua vez remetem a três maneiras de estruturar o trabalho com elas. Obviamente, essas três formas de olhar para as crianças não são necessariamente alternativas entre si; geralmente estão de alguma forma presentes.

A primeira forma de olhar para as crianças é aquela que identifica o princípio da *criança como parâmetro de qualidade* (Tonucci, 1996). Nessa perspectiva, acredita-se que melhorar o ambiente da criança - entendida como alguém que precisa ser protegido e que precisa de serviços de alta qualidade da cidade - signifique melhorar o ambiente para todos. Portanto, projetar para as crianças, com a ideia de que isso resultará em melhorias absolutas nos serviços da cidade. Esta perspectiva remete à possibilidade de se estabelecer como um novo paradigma de qualidade urbana: após o econômico e o ecológico, essa abordagem tende a configurar aquele baseado nas necessidades da infância.

A segunda forma, reconhecendo a existência de um conflito (tipicamente entre uma posição "desenvolvimentista" e uma "ambientalista" de transformação da sociedade e de planejamento do território), trabalha na direção de "construir alianças com as crianças", presumindo que os menores automaticamente apoiem as visões de melhoria da cidade; neste caso, trabalhar com as crianças é uma forma de fortalecer as instâncias contrárias aos caminhos "normais" - considerados deteriorantes - do desenvolvimento da cidade.

A última forma de olhar para as crianças é aquela que, devido à sua radicalidade, poderíamos chamar de "jogar as crianças na rua". É uma posição que observa como nas crianças e adolescentes está se consolidando a adoção de padrões de comportamento que antecipam aqueles da idade adulta, e

interpreta esse processo como uma séria ameaça à complexidade cultural. Isso está associado a outro perigo grave, dado pelo fato de que o chamado *criança urbana* - definições desse tipo são comuns na literatura atual - é cada vez mais uma criança muito *caseira* e cada vez mais *tecnológica*, cujo imaginário espacial é confinado entre o ambiente reduzido e simplificado das paredes domésticas e o ambiente ilimitado e sintético dos jogos eletrônicos. A provocação da *criança na rua* destaca como nas crianças a imagem (e o consumo) dos espaços urbanos está se tornando cada vez mais simplificada.

Essas diferentes formas de olhar para as crianças remetem a formas específicas de sua inclusão nos processos de envolvimento, que podem adotar atitudes mais ou menos radicais em relação aos processos consolidados e em comparação com as opções expressas por outros sujeitos.

2.4 Liberdade

No modelo de cidade, a condição da infância se define em torno de dois fenômenos complementares: a progressiva expulsão das crianças do espaço público e a construção de espaços reservados para elas. Dessa forma, o adulto se apodera do espaço da criança e o transforma em objeto de dominação, numa espécie de "controle para esconder a insegurança do adulto" (LIMA, 1989, p. 11), e reafirma a visão ainda estereotipada de que a criança é ainda um cidadão em formação, sem liberdade de escolha ou capacidade de opinião. A obsessão pela segurança que aflige a sociedade atual, como analisado no primeiro capítulo deste trabalho, ao tentar dar o "lugar certo" aos "fora de lugar", implementou mecanismos de proteção e exclusão em relação a muitas categorias sociais, incluindo as crianças, que assumem características de segregação. Conforme argumento do geógrafo David Harvey (2008), o direito à cidade está diretamente relacionado a uma questão de direitos humanos,

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é,

como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos (Harvey, 2008, p. 74).

Utilizando as tipologias de violência descritas por Johan Galtung, essa atitude em relação à infância é um exemplo de violência estrutural, pois se manifesta como acesso desigual ao poder e às oportunidades de vida. Essa modalidade não é percebida pelos adultos como uma forma de violência contra a infância, mas como uma ação necessária para proteger as crianças do risco de encontrar o *lobo mau na cidade-floresta* (Tonucci, 1996). A ênfase na segurança produz uma cultura que legitima e justifica essa segregação, e os adultos e as crianças são vítimas inconscientes dessa violência cultural.

A perda da experiência do ambiente urbano - consequência da violência estrutural da cidade contemporânea - corresponde a um aumento das experiências vividas através do universo midiático. Uma dimensão que se coloca além da distinção entre real e imaginário, fornecendo experiências mais envolventes e intensas, em comparação com a banalidade e a monotonia da vida cotidiana.³⁷ Bauman em *Modernidade Líquida* (2000) argumenta que as experiências mediadas pelas tecnologias digitais ultrapassam a distinção convencional entre realidade e fantasia.

O sociólogo observa que simulações e interações virtuais, embora não tenham uma existência física, desempenham um papel crucial na formação da identidade, na interação social e na compreensão do mundo, especialmente entre as gerações mais jovens. Além disso, as plataformas digitais oferecem experiências imersivas e interativas, muitas vezes mais vívidas e emocionantes do que a rotina diária. A gamificação, a realidade virtual e a personalização de conteúdos são elementos-chave que contribuem para essa sensação de engajamento e intensidade.

Na cidade e na experiência pós-moderna, o dano não está na adição projetada e calculada das crianças a tipos e graus de violência que ocorreriam em caso de exposição às violências das ruas, mas na lesão incurável da

³⁷ Bauman, 2000, p. 57.

imaginação, que é paralisada pelo consumo em massa de imagens (Sousa L. et al, 2023).³⁸

O aumento da atenção e proteção por parte dos adultos também se deve à realidade da insegurança do espaço público, o que pode aumentar sua vulnerabilidade e isolamento. "Ao superproteger as crianças, os adultos estão criando uma geração de pessoas frágeis e inseguras" (Tonucci, 1996, p. 23).

Essa atitude prejudica o desenvolvimento equilibrado, o crescimento individual e social das crianças: crescer sentindo-se constantemente preocupado e limitado por perigos reais ou supostos; não prepara para a compreensão dos outros, para a tolerância, para a solidariedade. Para aprender a reconhecer as formas que o *lobo mau* pode assumir como consequência da violência estrutural e seus efeitos no desenvolvimento da personalidade das crianças, é necessário entender a importância da interação da infância com o ambiente urbano e as formas pelas quais a criança conhece e se relaciona com o mundo.

As crianças precisam de autonomia, tempo e espaço para brincar, além de uma comunidade local que as faça sentir seguras e livres para experimentarem e construir seu relacionamento com a realidade. O ambiente urbano é uma fonte contínua de conhecimento e crescimento apenas se for capaz de oferecer estímulos ambientais adequados ao desenvolvimento das habilidades infantis. Para fazer isso, como afirmou Tonucci, o ambiente deve ser suscetível a mudanças tanto no nível simbólico quanto nos modos de uso. Portanto, é importante escapar da lógica de espaços isolados e separados no tecido urbano.

O termo *playground*, não por acaso, foi usado na Europa pela primeira vez por Robert Owen no final do século XVIII, para indicar um lugar destinado à educação de crianças com menos de cinco anos de idade. É um espaço que, ao contrário do nome, não é concebido como uma estrutura específica de brincadeira, mas como um laboratório educacional cuja função era formar o

³⁸ Sousa L. L., & Carvalho, J. B. M. de. 2023. Disponível em <<https://doi.org/10.25248/reas.e11594.2023>>. Acesso em: 12 mar. 2024.

caráter e desenvolver um comportamento moral por meio da cooperação e da brincadeira compartilhada.³⁹

O Capítulo II da Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) (Brasil, 1990), versa sobre o Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade das crianças e adolescentes. É estipulado no Art. 15 que eles possuem direito inalienável à **liberdade**, ao respeito e à dignidade, reconhecendo-os como indivíduos em constante desenvolvimento e titulares de direitos civis, humanos e sociais consagrados tanto na Constituição quanto nas leis. O Art. 16 elucida os diferentes aspectos que compõem esse direito à liberdade, abrangendo desde o direito de ir e vir nos espaços públicos até a liberdade de expressão e opinião, a prática religiosa, o **brincar** e a participação ativa na vida familiar, comunitária e política, com a garantia de buscar auxílio e orientação quando necessário, sem qualquer forma de discriminação.

Além disso, reafirmando o Capítulo II da Lei Nº 8.069, o Artigo 31 da Convenção dos Direitos da Criança da ONU (UNICEF, 1990): Os Estados Partes reconhecem o direito da criança ao descanso e ao lazer, ao divertimento e às atividades recreativas próprias da idade, bem como à livre participação na vida cultural e artística. Os Estados Partes devem respeitar e promover o direito da criança de participar plenamente da vida cultural e artística e devem estimular a oferta de oportunidades adequadas de atividades culturais, artísticas, recreativas e de lazer, em condições de igualdade (UNICEF, 1990, p. 22).

As características físicas dessas áreas de brincar são voltadas para o controle e a segurança, e por isso a horizontalidade é privilegiada, de modo que as crianças estejam sempre visíveis (LIMA, 1989). Há respeito pelas normas de segurança, os móveis e equipamentos estão "em conformidade" e são colocados no mercado por empresas especializadas; a variável no nível do design é referenciar diferentes tipos de imaginação na criação das peças individuais e na composição. As experiências de brincadeira propostas neles

³⁹ **Robert Owen** (1771-1858) foi um importante reformista social e industrial galês que viveu no final do século XVIII e início do século XIX. Ele é considerado um dos pioneiros do movimento cooperativista e socialista. O termo *playground* não foi inventado por Owen, mas ele foi o primeiro a construí-lo na Europa para se referir a um espaço específico para as crianças brincarem.

traem e às vezes anulam a espontaneidade do jogo e "usurpam as capacidades criativas das crianças", lembrando as gaiolas de hamsters.

Henri Lefèbvre é um pioneiro socialista na moderna sociologia espacial. Em 1974, sua obra *A Produção do Espaço*⁴⁰ foi publicada, na qual ele incorpora um conceito relacional de espaço em uma crítica ao capitalismo dentro de uma sociologia espacial marxista. Para Lefèbvre, os espaços sociais são produtos sociais. Embora ele diferencie entre espaço social e físico/natural, ele argumenta que o último está desaparecendo cada vez mais, tornando o espaço de hoje sempre um espaço social, que não é apenas um produto do social, mas espaços específicos produzidos pelas respectivas formas de produção. A colonização do espaço e do tempo, ou seja, a mensuração e controle do espaço, são expressões do modo de produção capitalista.

Assim, a produção e controle do espaço e do tempo são para Lefèbvre os instrumentos de apropriação do capitalismo. O capital e o Estado associado garantem sua posição de poder através do acesso ao espaço, dividindo-o e planejando-o. Daí vem o conceito de espaço capitalista, conforme cita o autor⁴¹. Portanto, o espaço é poder e é distribuído de acordo com os interesses dos poderosos. Segundo essa visão marxista, as crianças recebem menos espaço, pois não têm poder. Lefèbvre estabelece uma tripla conceituação do espaço para sua teoria do espaço. Ela é uma relação tripla composta por *prática espacial*, *representações do espaço* e *espaços de representação*⁴². A *prática espacial* refere-se à produção e reprodução do espaço baseado numa quotidiana não reflexiva. Isso é o espaço percebido.

O termo *representações do espaço* refere-se à forma como o espaço é cognitivamente desenvolvido por filósofos, matemáticos, arquitetos, urbanistas e sociólogos urbanos. Este é o espaço concebido. Os *espaços de representação* são espaços vividos com suas complexas simbolizações. Esta tríade mostra as diferentes camadas da produção do espaço, que se penetram mutuamente e são simultaneamente eficazes⁴³. A visão marxista da sociologia espacial pode ser encontrada nos dois primeiros aspectos da tríade.

⁴⁰ LEFÈBVRE, 1991.

⁴¹ Lefèbvre, 1991. p. 300.

⁴² Ibidem, p. 120 -121.

⁴³ Ibidem, p. 66-67.

Na prática espacial, encontramos a prática de produção e reprodução de espaços através de rotas e rotinas, bem como a experiência corporal dos espaços. Esta prática produz e reproduz suas próprias condições, pois é uma prática cotidiana não reflexiva, e é permeada pelas representações do espaço. O terceiro aspecto, o nível simbólico, é importante para a determinação do espaço. Ele é transportado através da sensação física e percepção sensorial. A partir de todos esses três fatores, que se sobrepõem, influenciam e limitam uns aos outros, surgem espaços, de acordo com Lefèbvre. O espaço é o que possibilita a ação e simultaneamente é o campo da ação. Ao contrário da opinião da ciência de sua época, que definia o espaço como um recipiente para as coisas, para Lefèbvre o espaço não é vazio, não é um recipiente, não é homogêneo e não é uma coisa⁴⁴.

Sua concepção de espaço tem hoje uma posição estabelecida na definição moderna de espaço nas ciências sociais. Ele procurou um caminho para a sociologia pensar o espaço de forma diferente, afastando-se da ideia de um espaço contêiner para considerar a formação social e potencialidade própria do espaço. Lefèbvre também considera que espaços surgem no espaço e operam com uma lógica dupla. Isso se manifesta, por exemplo, no fato de que crianças e adolescentes, que já estão no espaço, ao mesmo tempo têm que se apropriar desse espaço. Ele distingue entre espaços dominantes (ruins) e espaços adequados e apropriados (bons).

Espaços dominantes são aqueles transformados pela prática social, ou seja, pela tecnologia, como por exemplo a rodovia que corta a paisagem como uma grande faca. Espaços apropriados e adequados, por outro lado, são aqueles que atendem às necessidades das pessoas. O ambiente (habitacional) deve ser especialmente adaptado socioculturalmente. Para o sociólogo, os conceitos de produção e alienação do espaço também são centrais. Os atores são, por um lado, aqueles que criam espaços através da prática espacial, mas, por outro lado, esses espaços estão capturados na escravidão da cotidianidade, sendo apenas uma réplica da lógica estatal-capitalista. Para Lefèbvre, no final das contas, "é o Estado que produz os espaços e os

⁴⁴ Lefèbvre, 1991, p. 255-256.

cidadãos são as forças reprodutivas”⁴⁵. Este conceito espacial marxista de Lefêbvre é relevante para este trabalho, pois destaca a relação entre poder e espaço, tornando assim a posição das crianças (sem poder) evidente e compreensível.

2.5 Espaço Público no Projeto *Meu-Pé-de-Calçada-Lima*: Infância e Comunidade em Aracaju

O *Meu-Pé-de-Calçada-Lima*, uma iniciativa desenvolvida no bairro São José⁴⁶, próximo à praça Graccho Cardoso⁴⁷, em Aracaju, entre 15 de março e 15 de agosto de 2019, reuniu uma equipe interdisciplinar de pesquisadores da Universidade Federal de Sergipe e a comunidade local em ações que visavam integrar crianças ao espaço público, fortalecendo suas habilidades sociais e laços com a vizinhança. Este projeto não só proporcionou interações lúdicas, mas também promoveu a reintegração social de um bairro tradicional e a ativação da cidadania infantil.⁴⁸

Na etapa inicial do projeto, foram realizadas as seguintes ações concretas: uma reunião com o diretor de operações da Empresa Municipal de Serviços Urbanos (Emsurb) e o envio de um ofício buscando uma parceria. Essa parceria resultou na lavagem da praça Graccho Cardoso, irrigação e corte de grama, bem como na autorização para instalação das placas educativas. Além disso, a equipe de conscientização ambiental da Emsurb se envolveu nas etapas iniciais de sensibilização do projeto e na divulgação através da distribuição de panfletos. Por fim, nesta fase inicial, foi decidido produzir e

⁴⁵ Ibidem, p. 382.

⁴⁶ O bairro é considerado um dos mais tradicionais da cidade e teve sua urbanização iniciada nas primeiras décadas do século XX, sendo que sua consolidação se deu entre os anos de 1950 e 1960. Este período foi crucial para o processo de expansão ao Sul da capital. Na década de 1970, Aracaju passou por um processo intenso de expansão e o São José sofreu algumas mudanças socioespaciais com o deslocamento de parte da população para outros bairros mais ao sul. A partir desse movimento ocorreu um certo “escoamento” da função habitacional do bairro para dar lugar à ocupação mista composta por serviços especializados em consultoria jurídica, serviços de saúde, como hospitais e clínicas.

⁴⁷ Chamada pelas crianças carinhosamente de pracinha, a praça está localizada em frente ao Edifício Graccho Cardoso e ao Colégio Atheneu, e era cotidianamente visitada pelas crianças e suas famílias para brincar. A pracinha não dispunha de equipamentos “formais” de lazer infantil, como escorregadeiras e balanços, por exemplo, mas as crianças se divertiam subindo e descendo bancos e canteiros, correndo nas calçadas. (Barros, 2023, p. 12)

⁴⁸ De Barros, 2023, p. 78.

instalar uma faixa em um dos canteiros da praça para auxiliar na divulgação do projeto. (Barros, 2023).⁴⁹

Figura 01 - Colocação da faixa de divulgação do Meu-Pé-de-Calçada-Lima



Fonte: Robertha Barros - Arquivo do Projeto.

Na segunda etapa do projeto, ocorreu a execução das atividades planejadas, dividida em três fases: Enraizamento, São João na Praça e Irradiação. Estas incluíram a colocação de placas educativas na praça, palestras ao ar livre sobre zoonoses e fezes caninas, brincadeiras e produções artísticas. Todas essas práticas visavam gradualmente envolver as crianças na ocupação da praça. Destacam-se duas práticas específicas: 1) Sensibilização dos donos de cães para recolherem os resíduos fecais, por meio de placas e aulas públicas sobre zoonoses. 2) Instalação de equipamentos lúdicos, como balanços, para atrair mais crianças e famílias para a praça, promovendo um senso de pertencimento e enraizamento na comunidade.⁵⁰

⁴⁹Ibidem, p. 79.

⁵⁰ Informações presentes na dissertação BARROS, R. G. G. de. **Infâncias urbanas e experiências de cidadania a partir do espaço público**. 2023. 227 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023.

Figura 02 - Fotografia Equipe de Educação Ambiental da Emsurb colaborando com a produção das Placas



Fonte: Robertha Barros (arquivo do projeto).

Figura 03 - Fotografia elaboração de placas por parte das crianças



Fonte: Robertha Barros (arquivo do projeto).

Além da participação infantil no “cuidar” da praça, o projeto consistiu em muitas brincadeiras ao ar livre. Dentro delas, as experiências sensoriais e sensíveis das crianças foram estimuladas - bem como a criatividade das mesmas. É válido destacar, dentro das brincadeiras, a caminhabilidade do cortejo proposto nomeado de “Irradiação”.⁵¹ Na Irradiação foram criadas “estações” de brincadeiras ao longo de um cortejo. A partir das caminhadas sem roteiro, foi viabilizado o reconhecimento cartográfico do bairro, além de contribuir para uma percepção geo afetiva do entorno de onde as crianças moravam, estimular o aprendizado na cidade, despertar formas alternativas de divertimento, desvendar novos rumos, estimular a socialização. Explorar outras potencialidades de ser e estar no mundo que não precisasse passar pela perspectiva única do automóvel ou do consumo e diversão *indoor* em shoppings centers, como não raro acontece com as infâncias privilegiadas das classes média e alta.

⁵¹ Ibidem, 2023.

Figura 04 - Fotografia das brincadeiras desenvolvidas na praça



Fonte: Robertha Barros (arquivo do projeto).

O projeto provocou reflexões significativas: a representação simbólica da ocupação de áreas públicas por crianças em um bairro tradicional no coração de Aracaju, onde a maioria da população é composta por adultos e idosos, contrastando com uma realidade urbana caracterizada pela fragmentação funcional. Durante cinco meses, surgiram novas perspectivas a partir de uma observação minuciosa. Além disso, o projeto destacou a importância política de criar novas narrativas e maneiras de enxergar e existir no mundo desde a infância. Demonstrou-se que é possível promover transformações sociais ao desafiar as lógicas predominantes e hegemônicas na concepção e produção da cidade e de seus espaços, reconhecendo sua diversidade e complexidade.⁵²

⁵² Ibidem, 2023, p. 109.

Figura 05 - Irradiação: percurso lúdico realizados pelas crianças no bairro



Fonte: Robertha Barros (arquivo do projeto).

A prática da cidadania se fundamenta no reconhecimento e participação ativa das crianças na sociedade, desafiando a visão de que são meros "quase-cidadãos". As políticas voltadas para o bem-estar infantil e ações comunitárias, em cooperação com instituições acadêmicas, são essenciais para potencializar essa integração. A personalização do espaço ocorre quando as crianças atribuem significados afetivos a ele, transformando locais comuns em espaços de identidade e pertencimento. Isso se reflete nas atividades do projeto, onde o espaço da pracinha, embora sem equipamentos tradicionais de lazer, se torna um cenário de criatividade e interação.

O princípio destaca como o ambiente oferece oportunidades diversas para as crianças, que vão além do uso convencional dos espaços, promovendo

a identidade e a empatia com o entorno. Através do projeto, as crianças puderam explorar e reimaginar o uso da praça e seus arredores, evidenciando a riqueza de perspectivas e a importância da cidade como um espaço de construção coletiva e aprendizado mútuo.

A intergeracionalidade, como princípio, enfatiza a importância das relações entre diferentes gerações para o enriquecimento da experiência urbana. O projeto facilitou encontros e atividades que valorizam a diversidade e a aprendizagem compartilhada, destacando a cidade como um local de convívio e inclusão. A participação ativa é essencial para fomentar a cidadania infantil, permitindo que as crianças se envolvam diretamente na vida comunitária e contribuam para o bem comum. Através do *Meu-Pé-de-Calçada-Lima*, as crianças puderam expressar suas ideias e desejos, participando ativamente da reimaginação e do uso do espaço público.

Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia da Autonomia*⁵³, argumenta que é essencial considerar a *leitura de mundo* das camadas populares, uma vez que esta precede sempre a *leitura da palavra*, que consiste na compreensão dos conteúdos escolares. Essa compreensão está profundamente enraizada na própria visão de mundo do aluno. Especialmente as crianças, que estão em constante processo de formação, desenvolvem sua *leitura de mundo* enquanto aprendem a decifrar a *leitura da palavra*. Freire destaca que os estudantes de classes populares frequentemente possuem conhecimentos adquiridos através da prática comunitária e do cotidiano.

Ele advoga pelo respeito e pela utilização desses conhecimentos em prol do ensino de disciplinas formais, conectando as situações do dia a dia com os conteúdos programáticos. Dessa forma, ele questiona por que não aproveitar a experiência dos alunos que vivem em áreas negligenciadas pelo poder público para discutir questões como poluição de rios e córregos, baixos níveis de bem-estar das populações, a presença de lixões e os riscos que representam para a saúde das pessoas. Por que, questiona Freire, não há lixões no coração dos bairros ricos ou mesmo nos centros urbanos bem cuidados? Esta pergunta é frequentemente considerada demagógica e vista

⁵³ Freire, 1996. p. 12-14.

como reveladora da má vontade de quem a faz, sendo rotulada como típica de um subversivo, de acordo com certos defensores da democracia (FREIRE, 1996, p.15).

Colin Ward⁵⁴, no livro *A Criança e a Cidade* (1978), cita Patrick Geddes,⁵⁵ destacando os limites dos parques estruturados nos quais o jogo das crianças é confinado:

Os parques públicos, cada um com sua própria cerca que os mantém cuidadosamente separados do mundo vulgar, são, em última análise, apenas uma versão ampliada do jardim suburbano; um espaço verde que é aberto ao público e as meninas podem se sentar na grama. Mas as crianças? Elas são cuidadosamente controladas como potenciais selvagens que, ao menor sinal de suas tendências naturais de construir cabanas, escavando cavernas, desviando riachos e assim por diante, são imediatamente expulsas, e é bom para elas se não forem imediatamente levadas para a delegacia. [...] nós até agora esmagamos os germes com uma repressão policial, na escola e fora dela, os instintos vitais de auto aprendizado do menino são naturais e essencialmente construtivos (e ainda se manifestam demais, se apenas os reprimirmos) como toscos e desajeitados, se não até mesmo intrusivos e destrutivos. É principalmente pela falta de um pouco de experiência rural de primeira mão que tantas jovens energias acabaram se transformando em *vandalismo*, se não pior (Ward apud Geddes, 1978, p. 41).

Segundo Mayumi Lima em *A Criança e a Percepção do Espaço*⁵⁶, as crianças, embora sejam mais receptivas a novas ideias, também são facilmente influenciadas pelos padrões e preconceitos dos adultos e de suas instituições, sem oferecer muita resistência à autoridade. A crença de que as crianças conseguem manter sua pureza e criatividade enquanto o ambiente ao seu redor está comprometido é, ao seu ver, uma falsa verdade. Pelo contrário, elas refletem, já na idade escolar, o esquema de repressão, autoritarismo e divisão social presentes na vida dos adultos e que se reflete na escola. Mesmo em ambientes diferentes, as crianças reproduzem em sua construção de espaço o que observam na experiência dos adultos. Isso é evidenciado pelo estudo em um acampamento cigano em São Paulo, que mostra as crianças ciganas

⁵⁴ Ward, Colin. *A Criança e a Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

⁵⁵ Geddes, Patrick. *Cities in Evolution*. London: Ernest Benn, 1915.

⁵⁶ Lima, Mayumi Souza. *A Criança e a Percepção do Espaço*. Cad. Pesqui. 1979, n.31. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-15741979000400010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15 mar. 2024.

construindo tendas de maneira proporcional à ocupação das tendas dos pais e incorporando os mesmos espaços que as tendas verdadeiras, repetindo as soluções de abrigo e moradia.

Concordando com Mendel⁵⁷, Lima destaca que a diferença real entre adultos e crianças reside na desigualdade de força, seja material ou financeira. Desde a primeira infância, as crianças são subjugadas por diferentes formas de autoridade, o que as impede, especialmente na fase escolar, de se expressarem livremente ou de conceber padrões diferentes dos adotados pelos adultos. No entanto, as experiências sugerem que as crianças demonstram uma capacidade maior de responder positivamente a estímulos novos e de transformar os espaços por meio de seu uso próprio, desde que sejam garantidas condições para sua participação.

Na cidade, é um evento raro e difícil de recriar porque exige a condição do encontro casual e espontâneo entre as crianças e o ambiente que as rodeia, entre a fantasia e a realidade, entre o fazer e o pensar, entre a segurança e o risco. Estes são os lugares onde o espaço livre, com suas características físicas, sociais e culturais, forma um evento. Não é, portanto, uma área de brincar restrita, separada e artificialmente fechada, mas um fragmento de cidade, uma peça do tecido urbano, onde as crianças podem brincar sem constrangimentos e, ao fazê-lo, estão continuamente aprendendo, construindo, transformando e fazendo seu próprio mundo.

2.6 Mobilidade e Autonomia

A mobilidade autônoma infantil e a autonomia de deslocamento são temas centrais em debates sobre o urbanismo moderno, especialmente em projetos como "A Cidade das Crianças", idealizado por Francesco Tonucci em 1990. Este projeto, coordenado pelo Laboratório de Psicologia da Participação Infantil do Instituto de Ciências e Tecnologias do CNR⁵⁸ de Roma, busca

⁵⁷ **Gregor Mendel**, o pai da genética, revelou em 1866 como características hereditárias passam através de genes, em seus estudos com ervilhas. A concordância com Mendel se refere ao entendimento entre as características observadas em um indivíduo e as características previstas pelas leis da hereditariedade. No contexto da citação, é ponderada a ideia de que o ambiente influencia a percepção espacial das crianças, mas não de forma totalmente determinística.

⁵⁸ O Conselho Nacional das Pesquisas (em italiano: Consiglio Nazionale delle Ricerche; sigla em italiano: CNR) é a principal instituição pública de fomento à pesquisa na Itália. A sede central fica em Roma. Em março 2020, o CNR inclui 91 institutos em todo o país.

reconfigurar as cidades a partir de um novo parâmetro de governança: a criança. Dessa forma, a proposta é passar de uma política que privilegia os automóveis para uma que favorece os pedestres, com o objetivo prioritário de requalificar a cidade em sua totalidade, impactando a transitabilidade, o pertencimento, a segurança e a sustentabilidade do ambiente urbano.

Esse processo de requalificação urbana não pode prescindir do consenso e do envolvimento daqueles que vivem na cidade, pois essa mudança diz respeito ao seu modo de vida cotidiano; o envolvimento dos cidadãos é buscado através da criança, considerada um agente de mudança, pois traz novas ideias, forçando a consideração das necessidades de quem tem sido subestimado nas políticas de governança da cidade, especificamente idosos, pedestres e deficientes. Em suma, todos que não são motoristas: as crianças têm a capacidade de representar o outro, o diferente, em relação ao decisor adulto e, por isso, podem assumir o valor paradigmático que o projeto lhes atribui. No processo de mudança promovido pelo projeto, as crianças assumem um papel ativo, participando concretamente na governança e no planejamento da cidade e retomando o espaço urbano, através da recuperação da autonomia de deslocamento.

Como visto acima, a cidade não é a mais adequada para responder às necessidades dos cidadãos em geral e das crianças em particular. Segundo Santos (1993) em *A Urbanização Brasileira*, as cidades contemporâneas apresentam uma crescente tendência à separação e especialização de seus espaços, resultando em uma fragmentação urbana. A fragmentação do espaço urbano contribuiu para tornar o automóvel o meio mais eficaz para alcançar, no menor tempo possível, os locais de interesse, diferenciados para as diversas categorias sociais (adultos, crianças, idosos, deficientes).⁵⁹ O predomínio do carro contribuiu para o afastamento das pessoas do espaço urbano, fazendo com que a cidade perdesse seu papel de encontro e troca social. As pessoas não têm mais espaço na cidade e não estabelecem mais contatos com os outros e com o ambiente urbano.

⁵⁹ *A Cidade no Capitalismo Global* (2002) - Neste livro, **Ermínia Maricato** explora como a fragmentação e a privatização do espaço urbano contribuem para o aumento do uso de automóveis e para a segregação social.

O automóvel nas cidades brasileiras têm consequências que vão além da desconexão dos cidadãos com o ambiente urbano. De acordo com a tabela disponibilizada pelo TABNET / DATASUS. Sistemas de Notificação de Estatísticas Vitais (Mortalidade desde 1996 por CID 10)⁶⁰, é possível visualizar que 26.181 mil acidentes ocorrem no Brasil em 2023.

O impacto é ainda mais problemático quando consideramos que os atropelamentos respondem por aproximadamente 23% dessas mortes, com variações regionais significativas—no Estado de São Paulo, por exemplo, esse número chega a 32% (Ferreira, 2018).

Em Aracaju, de acordo com as estatísticas fornecidas pelo Departamento Estadual de Trânsito de Sergipe (Detran/SE)⁶¹, os acidentes de trânsito com vítimas representam 84,18% do total, conforme o cálculo percentual. Esse elevado índice de acidentes com vítimas reflete uma situação crítica onde a probabilidade de estar em acidente grave é significativamente alta. A alta porcentagem indica que a segurança viária em Aracaju é insuficiente para proteger adequadamente os pedestres e motoristas, evidenciando a necessidade urgente de ações corretivas.

O planejamento urbano historicamente favoreceu o tráfego de veículos, marginalizando pedestres e ciclistas, e criando um ambiente urbano fragmentado e perigoso. Essa priorização do automóvel não só contribui para o alto número de acidentes, mas também perpetua uma cultura de mobilidade insustentável, que isola os cidadãos do espaço público e compromete a qualidade de vida urbana.

A mobilidade autônoma das crianças tem sofrido uma redução significativa nos últimos anos, especialmente entre aquelas com menos de 11 anos de idade nas cidades brasileiras.⁶² Essa tendência é observada globalmente e reflete uma mudança nas condições urbanas e sociais que

⁶⁰ Tabela disponível no anexo 03.

⁶¹ Estatísticas de Sinistro de Trânsito - Detran/SE. Disponível em: <https://www.detran.se.gov.br/?pg=estatistica/acidentes/boat_001#gsc.tab=0>. Acesso em: 26 ago. 2024

⁶² Estudo realizado pelo Laboratório de Estudos do Desenvolvimento Infantil da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), publicado em 2022.

afetam a capacidade das crianças de se deslocarem de forma independente. No Brasil, essa questão se torna ainda mais evidente.

O estudo realizado pelo Laboratório de Estudos do Desenvolvimento Infantil da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em 2022 revela que a mobilidade autônoma das crianças no país está muito aquém dos níveis observados em décadas passadas. O estudo aponta que apenas uma pequena fração das crianças brasileiras têm a liberdade de se deslocar sozinhas ou com pouca supervisão para a escola, atividades extracurriculares ou outras tarefas cotidianas. Em comparação com as décadas anteriores, onde as crianças costumavam caminhar ou andar de bicicleta para a escola e outros locais com maior frequência, a realidade é marcada por uma dependência crescente dos pais para transporte.

Entre os fatores que contribuem para essa diminuição estão a falta de infraestrutura segura e acessível, como calçadas inadequadas, cruzamentos perigosos e a ausência de ciclovias bem planejadas. Além disso, a preocupação com a segurança nas ruas e o aumento do tráfego de veículos particulares também desempenham papéis cruciais. O estudo da UFSCar destaca que as cidades brasileiras frequentemente priorizam o tráfego de veículos em detrimento das necessidades dos pedestres e ciclistas, criando um ambiente que não favorece a mobilidade autônoma das crianças. A pesquisa também observa que a crescente urbanização e o desenvolvimento urbano muitas vezes ignoram as necessidades específicas das crianças, o que resulta em uma infraestrutura que não oferece segurança nem incentiva o deslocamento independente.

O aumento da sensação de insegurança entre pais e responsáveis, associado ao tráfego intenso e à falta de áreas seguras, reforça a dependência dos pais para o transporte das crianças. Além disso, o estudo sugere que a promoção de uma infraestrutura mais amigável para crianças poderia não apenas aumentar sua mobilidade autônoma, mas também melhorar sua saúde física e mental, promovendo uma maior independência e habilidades sociais. A implementação de políticas urbanas que integrem a voz das crianças e considerem suas necessidades específicas pode ser crucial para reverter essa

tendência e criar ambientes urbanos mais inclusivos e seguros para as gerações futuras.

No Brasil, dados mais recentes indicam que a situação é semelhante. Segundo a pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)⁶³ e divulgada em 2023, a acessibilidade geográfica é uma barreira significativa, com mais de 30% das crianças de 14 das 20 cidades do estudo tendo acesso insuficiente a creches, considerando um limite de 15 minutos de caminhada. Com um limite mais flexível de 30 minutos de caminhada, a insuficiência de acessibilidade cai para menos de 10% na maioria das cidades.

Um exemplo de programa governamental federal voltado para melhorar o acesso de crianças e adolescentes às escolas de forma autônoma é o programa Caminho da Escola. Esse programa do MEC estabelece parcerias com governos municipais e estaduais para aumentar a disponibilidade de veículos escolares, como ônibus e bicicletas, seja por financiamento subsidiado ou integralmente custeado pelo Orçamento Geral da União (OGU). No entanto, o Caminho da Escola tem foco prioritário em estudantes residentes em áreas rurais. Seria importante em uma futura agenda de pesquisa avaliar o desenho e os possíveis impactos desse programa sobre a permanência e o desempenho escolar dos alunos beneficiados. Uma avaliação rigorosa da efetividade dessa política seria um passo importante para discutir a viabilidade da sua expansão para as comunidades de baixa renda em bairros menos acessíveis em áreas urbanas.

No entanto, é importante destacar que crianças de 0 a 5 anos dependem estritamente dos responsáveis para ir às creches, o que torna o tempo total de deslocamento do adulto responsável significativamente maior, impactando de maneira crucial a rotina das famílias. Além disso, muitos adolescentes podem se locomover sozinhos, inclusive usando transporte coletivo. Porém, mesmo com este transporte, em 7 das 9 cidades analisadas, mais de 40% dos jovens acessam entre zero e três escolas de ensino médio em até 30 minutos de

⁶³ SARAIVA, Marcus; SILVA, Luiz Pedro; BRAGA, Carlos Kauê Vieira; PEREIRA, Rafael H. M. Transporte Urbano e Insuficiência de Acesso a Escolas no Brasil. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). Brasília: Ipea, 2023.

viagem – as exceções são Fortaleza e São Paulo. Na Região Metropolitana de Goiânia, mais de 20% dos estudantes não conseguem acessar nenhuma escola nesse tempo de viagem.

Para reverter as lógicas e os equilíbrios que fundamentam a cidade moderna, a criança precisa reassumir o ambiente urbano, recuperar formas de brincar e de se deslocar autonomamente na cidade, e reconquistar seu espaço urbano. A fragmentação e a periculosidade do ambiente urbano impedem a criança de viver experiências fundamentais para seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Segundo Tonucci (1996), os adultos frequentemente protegem as crianças dos perigos que eles mesmos criam, principalmente através do uso predominante do carro; o principal fator que impede a mobilidade autônoma das crianças é o tráfego automobilístico, fator gerado pelos próprios pais que pedem para limitar a autonomia dos filhos.

A Convenção da ONU sobre os direitos da infância reconhece o direito à brincadeira da criança (art. 31) e o direito a um nível de vida suficiente para permitir seu desenvolvimento físico, mental e espiritual (art. 27)⁶⁴. Segundo Santos (2006), a cidade mais acolhedora para as crianças é aquela que permite maior mobilidade entre os lugares onde passam a maior parte do tempo: casa, escola, locais de lazer. A cidade deve permitir a integração da criança com a vida urbana e as crianças devem ter a possibilidade de criar suas atividades de jogo. O brincar representa a principal atividade através da qual ocorre o desenvolvimento emocional, cognitivo e social das crianças.

Para o desenvolvimento do conhecimento ambiental, a autonomia de deslocamento permite à criança adquirir conhecimento ambiental, que pode ser considerado um processo ativo de “resolução de problemas”, um instrumento para resolver problemas e alcançar objetivos, incentivando a criança a encontrar suas próprias estratégias para enfrentar as dificuldades do ambiente (Rissotto e Tonucci, 2002).

⁶⁴ A Convenção sobre os Direitos da Criança foi adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989. Entrou em vigor em 2 de setembro de 1990. É o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal. Foi ratificado por 196 países. Somente os Estados Unidos não ratificaram a Convenção. O Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança em 24 de setembro de 1990.

Sobre o desenvolvimento da identidade, segundo Jacobs (1961), o ambiente urbano tem uma grande importância para permitir ao indivíduo realizar sua identidade e definir seu lugar na sociedade. Segundo Gergen (2001), a relação com o ambiente e a possibilidade de socialização fora do âmbito familiar têm um papel importante na construção da identidade das crianças e adolescentes. Um estudo de Nogueira (2014), realizado no Brasil com um grupo de jovens adolescentes, demonstrou que, embora as atividades de lazer sejam mediadas pela tecnologia, a rede de amizades construídas localmente e os relacionamentos com os vizinhos parecem ser fundamentais na construção do eu e da identidade.

Em relação a saúde, a OMS Europa desenvolveu o Health Economic Assessment Tools⁶⁵, uma ferramenta para avaliar a economia nos custos socioeconômicos induzidos pela sedentariedade, que poderiam ser obtidos ao envolver a população em atividades diárias de caminhada e bicicleta, por exemplo, nos trajetos casa-escola. É evidente que o crescimento das crianças não pode prescindir da possibilidade de vivenciar a cidade em sua plenitude com seus locais de encontro e confronto.

A cidade deve voltar a ser um lugar de aprendizado e exercício de cidadania ativa, capaz de oferecer estímulos e experiências eficazes para o desenvolvimento das habilidades para a vida, principalmente a autonomia⁶⁶; a OMS identificou um núcleo fundamental de habilidades para a vida, referindo-se às habilidades sociais e relacionais que permitem às crianças enfrentar de forma eficaz as demandas e problemas da vida cotidiana, relacionando-se com confiança consigo mesmas e com os outros. Essas competências são de três tipos: competências emocionais - autoconhecimento, gestão das emoções, gestão do estresse; competências cognitivas – resolução de problemas, tomada de decisões, senso crítico, criatividade; competências

⁶⁵ A Organização Mundial da Saúde (OMS) Europa desenvolveu o *Health Economic Assessment Tools* (HEAT) como uma ferramenta para avaliar os impactos econômicos e de saúde associados à atividade física, especificamente a caminhar e andar de bicicleta. O HEAT é utilizado para estimar os benefícios econômicos de mudanças nos níveis de atividade física em uma população, como a redução de mortes prematuras. Disponível em: <<https://www.who.int/europe/tools-and-toolkits/health-economic-assessment-tool-for-walking-and-cycling>>. Acesso em: 20 out. 2024.

⁶⁶ REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA. Plano Nacional pela Primeira Infância: 2010-2022 | 2020-2030. Brasília, 2020.

sociais – empatia, comunicação eficaz, relações eficazes. Uma mobilidade facilitada e segura ajuda no desenvolvimento da autonomia pessoal e no desenvolvimento individual dos jovens, favorecendo o vínculo com o território e a comunidade.

A devolução da autonomia de deslocamento às crianças também tem efeitos positivos para o ambiente urbano e permite que a cidade se torne mais segura e saudável, pois reduziria o tráfego automobilístico e, conseqüentemente, a poluição atmosférica; pois a solução para o problema da mobilidade das crianças não pode prescindir da mudança nas lógicas de transporte urbano que precisam ser repensadas. Os resultados benéficos para o ambiente urbano, a saúde física e psicológica e as capacidades desenvolvidas pelas crianças são indiscutíveis e demonstram que a solução para uma cidade melhor está na recuperação da autonomia infantil (Tonucci, 1996).

2.7 De Aracaju a Ludwigsburg: entrevista com Luiza e Nina sobre percepção das vivências nas cidades

Na necessidade de compreender a relação entre crianças, autonomia e ambiente urbano, foi realizada uma entrevista⁶⁷ com Luiza Matos, de 18 anos, e sua irmã Nina Matos, de 11 anos, que residem em Ludwigsburg, uma cidade alemã com aproximadamente 90 mil habitantes, desde a mudança definitiva em 2019. Anteriormente, elas viveram em Berlim em 2016 e cresceram na cidade de Aracaju. A entrevista visa comparar suas experiências de vida em diferentes contextos urbanos e como essas vivências influenciam sua percepção sobre a autonomia, a participação nas decisões da cidade, a qualidade dos espaços públicos, o aproveitamento do tempo livre, a segurança no trânsito e a caminhabilidade.

Durante a conversa, Luiza e Nina abordaram vários aspectos relevantes. Elas discutiram a autonomia de ir e vir que possuem em Ludwigsburg, em comparação com suas experiências anteriores em Aracaju. As meninas destacaram a importância da participação das crianças e adolescentes nas

⁶⁷ A entrevista na íntegra está disponível no Anexo 01 do presente trabalho.

decisões relacionadas ao ambiente urbano e como a qualidade dos espaços públicos impacta seu aproveitamento do tempo livre. Além disso, enfatizaram a segurança no trânsito e a caminhabilidade como fatores cruciais para sua sensação de segurança e liberdade na cidade.

Figura 06 - Nina, 11, e Luiza, 18, respectivamente, no encontro onde narram suas experiências nas diferentes cidades.



Fonte: Autora, 2024.

Introdução e Contexto

Transição da residência de Aracaju para a cidade alemã e as primeiras impressões, tanto em 2016 quanto na mudança definitiva há 4 anos

Luiza: Quando Luiza foi pela primeira vez para a Alemanha, ela tinha 9 anos. A mudança foi um marco da autonomia, pois em Aracaju, mesmo morando perto da escola, ela sempre ia de carro. Em contraste, na Alemanha, a maioria das crianças, incluindo seus novos amigos, iam para a escola sozinhas, seja a pé, de bicicleta ou de ônibus. Ela ficou impressionada ao ver que atravessar a rua era seguro, com carros parando para as crianças e botões nos semáforos que facilitavam a travessia. Com essa idade, Luiza também ganhou liberdade para brincar no parque e ir para a casa de amigos, algo impensável em sua rotina anterior no Brasil.

Nina: Na época, Nina tinha 3 anos e ia para a creche com os pais, a pé ou de bicicleta. Em Aracaju, no entanto, ela era levada de carro. Quando voltaram ao Brasil antes da mudança definitiva para a Alemanha, Nina queria repetir a experiência de ir à escola de bicicleta ou de ônibus, mas a infraestrutura de transporte público em Aracaju não oferecia a mesma segurança e qualidade, o que fez com que a rotina da utilização do automóvel fosse retomada. Agora, na Alemanha, Nina, com 11 anos, vai com a mãe para a escola, fazendo uma caminhada de 10 minutos, o que é comum, refletindo uma política local de ter escolas infantis de qualidade próximas às residências e um trânsito seguro.

A entrevista com Luiza e Nina demonstra o contraste entre a vivência urbana na Alemanha e em Aracaju, destacando aspectos fundamentais da infraestrutura, segurança, uso dos espaços públicos e a experiência pessoal das crianças nas cidades. As percepções apresentadas por ambas refletem uma análise crítica e profunda das diferenças entre os dois ambientes urbanos, especialmente no que diz respeito à acessibilidade, segurança e qualidade de vida.

Nina observa que, na Alemanha, há uma abundância de espaços verdes e parquinhos que são acessíveis e bem cuidados, promovendo a autonomia infantil ao permitir que as crianças se desloquem sozinhas. Este comentário sublinha a importância de um planejamento urbano que valorize a criação de espaços públicos seguros e acessíveis, algo que Nina encontra em falta em Aracaju, onde as calçadas quebradas e obstruídas por carros dificultam a mobilidade dos pedestres, particularmente das crianças.

Luiza, por sua vez, destaca a diferença no uso dos espaços públicos. Ela menciona que na Alemanha, as atividades cotidianas, como passeios e encontros com amigos, ocorrem em parques e praças, cinemas de rua, em contraste com a cultura de Aracaju, onde o shopping é o principal ponto de encontro. Essa observação é um indicativo de como a infraestrutura urbana e a segurança percebida influenciam os hábitos sociais e o uso dos espaços públicos, favorecendo ambientes mais inclusivos e interativos quando bem planejados.

A questão da segurança é outro ponto crucial abordado na entrevista. As irmãs se sentem seguras caminhando nas cidades alemãs - uma sensação que contrasta fortemente com a realidade em Aracaju, onde Luiza menciona a dificuldade para atravessar ruas devido à falta de respeito dos motoristas. Esta diferença ilustra a influência da infraestrutura viária e da cultura de respeito às regras de trânsito na experiência urbana, e como isso afeta a percepção de segurança dos cidadãos. Além disso, as entrevistas trazem à tona a diferença no uso de transporte entre as duas cidades. Na Alemanha, o transporte público eficiente e a presença de ciclovias incentivam o uso de bicicletas e trens, promovendo um estilo de vida mais sustentável e ativo. Em contraste, a dependência do carro em Aracaju, em grande parte devido à falta de alternativas seguras e confiáveis, ressalta as limitações de um sistema urbano pouco integrado.

Por fim, a experiência de Luiza e Nina ao longo do tempo revela o impacto duradouro que a vivência em diferentes contextos urbanos tem sobre a percepção das cidades. Luiza, agora com 18 anos, reflete sobre a liberdade e o cuidado com o espaço público que experimentou na Alemanha e expressa frustração com a falta dessas qualidades em Aracaju. Essa comparação sublinha a importância de políticas urbanas que priorizem a manutenção e o uso ativo dos espaços públicos, criando ambientes mais seguros, acessíveis e agradáveis para todos os cidadãos.

Em suma, a entrevista expõe de forma crítica e reflexiva as diferenças marcantes entre as experiências urbanas de Luiza e Nina na Alemanha e em Aracaju. As suas observações revelam a importância de uma infraestrutura

urbana bem planejada, que promova a segurança, acessibilidade e o uso dos espaços públicos, elementos essenciais para melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras.

Figura 07 - Entrevista de Luiza e Nina com Victoria, autora da monografia



Fonte: Autora, 2024.

De acordo com as respostas das meninas na entrevista, é possível tecer uma análise comparativa entre Aracaju e Ludwigsburg que ilustra como a qualidade da infraestrutura urbana pode impactar significativamente a mobilidade e a autonomia de crianças e adolescentes. A experiência em Ludwigsburg demonstra um modelo de planejamento urbano que prioriza a segurança e a qualidade dos espaços públicos, criando um ambiente que facilita e promove a independência dos jovens. Em contraste, as limitações observadas em Aracaju revelam a necessidade de melhorias essenciais para proporcionar uma experiência urbana mais segura e acessível para a população infanto-juvenil.

Em Ludwigsburg, a infraestrutura urbana é planejada para garantir a segurança e a acessibilidade. As calçadas são amplas e bem conservadas, permitindo uma caminhada confortável e segura. A presença de faixas de pedestres bem localizadas e semáforos que priorizam a travessia de pedestres contribuem para um ambiente viário que respeita as necessidades dos cidadãos mais jovens. A cidade também se destaca pela integração de espaços verdes e parques em seu planejamento urbano. Esses espaços são não apenas acessíveis, mas também projetados para atender às necessidades das crianças e adolescentes, oferecendo áreas de recreação diversificadas, bem distribuídas e seguras. A presença de ciclovias e ciclofaixas bem mantidas garante que os jovens possam se locomover de bicicleta com segurança, promovendo um estilo de vida ativo e saudável.

Além disso, Ludwigsburg valoriza a participação das crianças nas decisões sobre o ambiente urbano. Eventos comunitários e iniciativas da prefeitura que envolvem os jovens no planejamento e na preservação dos espaços públicos são práticas que reforçam a importância da infraestrutura urbana na formação da autonomia e no desenvolvimento social dos jovens. Em contraste, a infraestrutura urbana em Aracaju apresenta desafios significativos que impactam a mobilidade e a segurança das crianças e adolescentes. As calçadas frequentemente estão danificadas ou obstruídas por veículos estacionados, dificultando a travessia segura e o acesso a espaços públicos. A falta de faixas de pedestres e a infração das regras de trânsito por motoristas criam um ambiente onde a segurança no trânsito é uma preocupação constante.

Os espaços públicos em Aracaju, como parques e praças, muitas vezes não são tão bem mantidos quanto em Ludwigsburg. A acessibilidade limitada e a presença de áreas menos arborizadas reduzem as oportunidades para atividades ao ar livre e o uso seguro desses espaços. Ao contrário do que foi dito por Luiza, na entrevista, que opta pelo caminho mais agradável para escola, onde é possível atravessar parques, em Aracaju, a insegurança de atravessar uma praça pelo horário da manhã é latente. A infraestrutura de transporte público também é menos eficiente, fazendo com que muitos

dependem do transporte individual, o que pode ser menos seguro e menos acessível.

Adicionalmente, a falta de eventos comunitários e iniciativas que envolvam as crianças nas decisões sobre o ambiente urbano reflete uma ausência de práticas que poderiam promover uma maior sensação de pertencimento e segurança. A necessidade de melhorias na infraestrutura de calçadas, segurança viária e espaços públicos é evidente para garantir uma experiência urbana mais segura e agradável para as crianças e adolescentes.

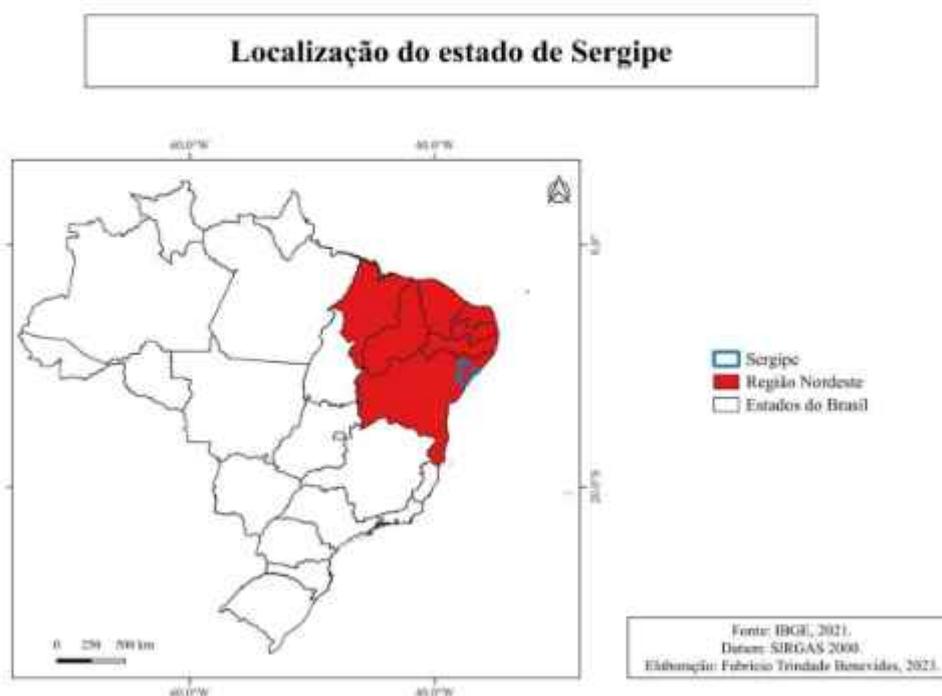
A privatização de espaços públicos, como food parks, tem contribuído para a redução da presença de pessoas, famílias e crianças em praças e áreas públicas, resultando em uma crescente desolação desses espaços e diminuindo sua utilização. A falta de eficiência no transporte público força a população a recorrer a opções alternativas, como carros de aplicativo, mesmo para trajetos curtos. Em uma cidade como Aracaju, onde o tamanho reduzido das áreas urbanas deveria facilitar a mobilidade, a insuficiência da sinalização de trânsito e o desrespeito às normas de trânsito tornam o ambiente muito inseguro para que as crianças caminhem livremente pelas ruas. Essa combinação de fatores contribui para a diminuição da atividade ao ar livre e a criação de um ambiente urbano menos acolhedor e acessível para a população jovem.

3. A criança e a sua relação com as praças

Sergipe, considerado o menor estado da Federação, tem Aracaju como sua capital. A cidade está localizada no nordeste brasileiro e em 2021 tinha uma população estimada em 672.614 mil habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Este contingente demográfico insere Aracaju, de acordo com os preceitos de Milton Santos (1993) no rol das grandes cidades médias brasileiras.

Aracaju é quase equidistante do limite sul com o estado da Bahia e do limite norte com o estado de Alagoas, portanto a "situação geográfica mais precisa situa a capital sergipana na margem direita do rio Sergipe, nas proximidades de sua desembocadura no Oceano Atlântico." (VILLAR, 2000, p. 4). Uma maior concentração da população sergipana é observada na capital, com 28,76%, devido à oferta de infraestrutura, equipamentos, serviços e oportunidades de emprego. Se considerada a Região Metropolitana de Aracaju⁶⁸ (RMA), essa participação amplia-se para cerca de 41,7%. Segundo censo demográfico realizado pelo IBGE em 2022, a população total de Sergipe é de 2.338.474 habitantes. Portanto, enquanto pólo centralizador de Sergipe, Aracaju desenvolveu um crescimento populacional acelerado nas últimas décadas, assim como muitas outras cidades brasileiras.

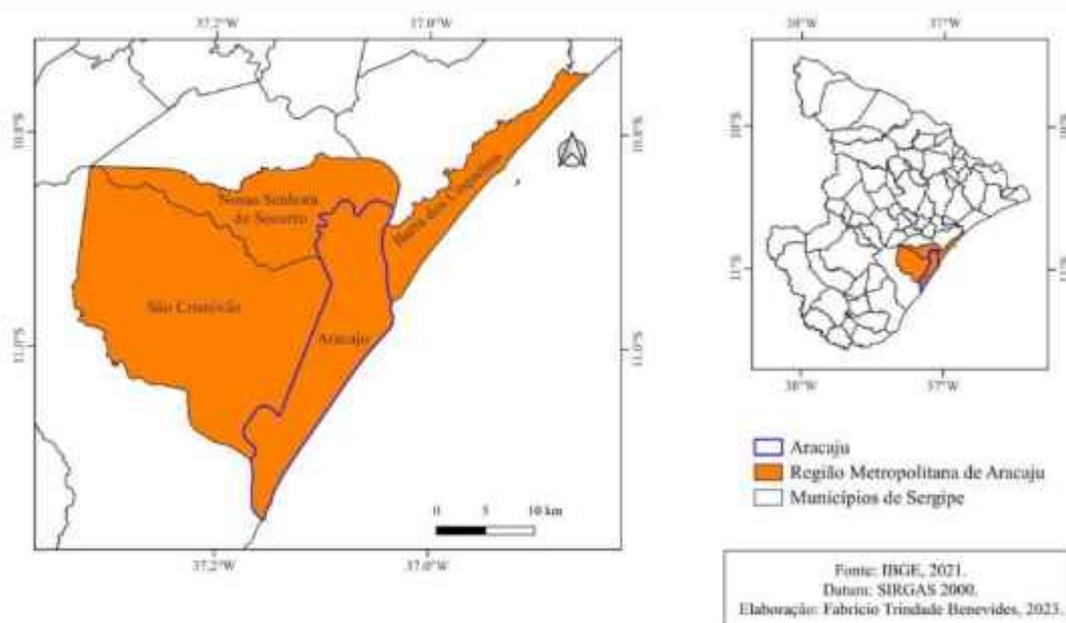
⁶⁸ Criada pela Lei Complementar nº 25 de 29 de dezembro de 1995, a Região Metropolitana de Aracaju é constituída pelo agrupamento dos Municípios de Aracaju, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros, tendo como sede o Município de Aracaju. Foi constituída "com vistas a realização, de forma integrada, das ações de organização, de planejamento e de execução de funções públicas de interesse comum" sob coordenação administrativa do Estado (Lei complementar n. 25/1995).

Figura 08 - Mapa de localização do estado de Sergipe

Fonte: Robertha Barros apud Fabrício Benevides (2023)

A geografia inicial da região, com pântanos, lagos e manguezais, apresentou desafios para a engenharia urbana, resultando em uma configuração mais orgânica ao longo do tempo, com contrastes entre as áreas centrais e periféricas da cidade. Na atualidade, apesar das práticas sociais espontâneas que ocorrem nos bairros populares, há uma escassez de projetos e iniciativas que promovam a interação das crianças com os espaços públicos além do mero entretenimento. Isso se reflete na subutilização das ruas da região central fora dos horários comerciais.

Figura 09 - Mapa de localização de Aracaju



Fonte: Robertha Barros apud Fabrício Benevides (2023)

Para compreender um pouco sobre o desenvolvimento urbano e social de Aracaju⁶⁹ e as consequências na segregação socioespacial do território, é fundamental considerar a intervenção do Estado no que diz respeito às políticas públicas de habitação, especialmente a partir do final dos anos 1980. E essa intervenção teve desdobramentos notáveis na desigualdade da ocupação e uso do espaço urbano devido ao acesso da população a essas políticas.

Nesse período, a construção de grandes conjuntos habitacionais - verdadeiras "cidades-dormitório" separadas da malha urbana de Aracaju - ocorreu principalmente em Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, formando um amplo aglomerado conurbado com a capital. Essa ação estatal esteve intimamente ligada ao favorecimento do mercado imobiliário local e resultou em dois efeitos negativos: uma malha urbana metropolitana fragmentada e uma significativa segregação socioespacial, incentivando não apenas a migração do campo para a cidade, mas também criando bolsões

⁶⁹ Barros, 2023.

sociais marginalizados na periferia e contribuindo para o desemprego, violência e marginalização.

Em contrapartida, em Aracaju, houve uma redução progressiva na construção de novas moradias pelo poder público estadual, pois, de acordo com Santos, houve uma priorização na expansão periférica da Região Metropolitana de Aracaju, caracterizada pela "continuidade da construção de conjuntos habitacionais nos municípios de São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro" (Santos, 2018, p. 5). Nesse sentido, França confirma que "a cidade de Aracaju avança em direção aos municípios vizinhos, principalmente Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros e São Cristóvão, exigindo uma nova compreensão do conjunto urbano-regional" (França, 1999, p. 64)⁷⁰, consolidando assim a formação da Grande Aracaju.

O processo histórico de expansão de Aracaju⁷¹, portanto, continua a perpetuar a produção de espaços socialmente segregados. Villar afirma que, ao lado da consolidação das áreas centrais, muitos locais na cidade se tornaram realidades geográficas fragmentadas:

"A segregação residencial também está presente ao longo da evolução urbana de Aracaju. No entanto, somente nas três últimas décadas esse processo de fragmentação social e diferenciação geográfica se intensificou, solidificando-se em dois espaços contrastantes separados por uma zona de ocupação relativamente antiga de caráter intermediário. Assim, na ausência de uma expressão mais apropriada, denominamos de 'cidade consolidada' os espaços formados por essas áreas de conteúdo social contrastante, constituindo o primeiro grande arranjo espacial de Aracaju." (VILLAR, 2002, p. 5)

Nesse contexto, três espaços distintos nas zonas residenciais da "cidade consolidada" emergiram. O primeiro caracteriza-se por áreas mais elitizadas e sujeitas a um crescente movimento de especulação imobiliária; o segundo,

⁷⁰ França, 1999.

⁷¹ Barros, 2023.

destinado aos bairros de classe média baixa; e por último, espaços mais pobres, localizados na zona noroeste da capital.

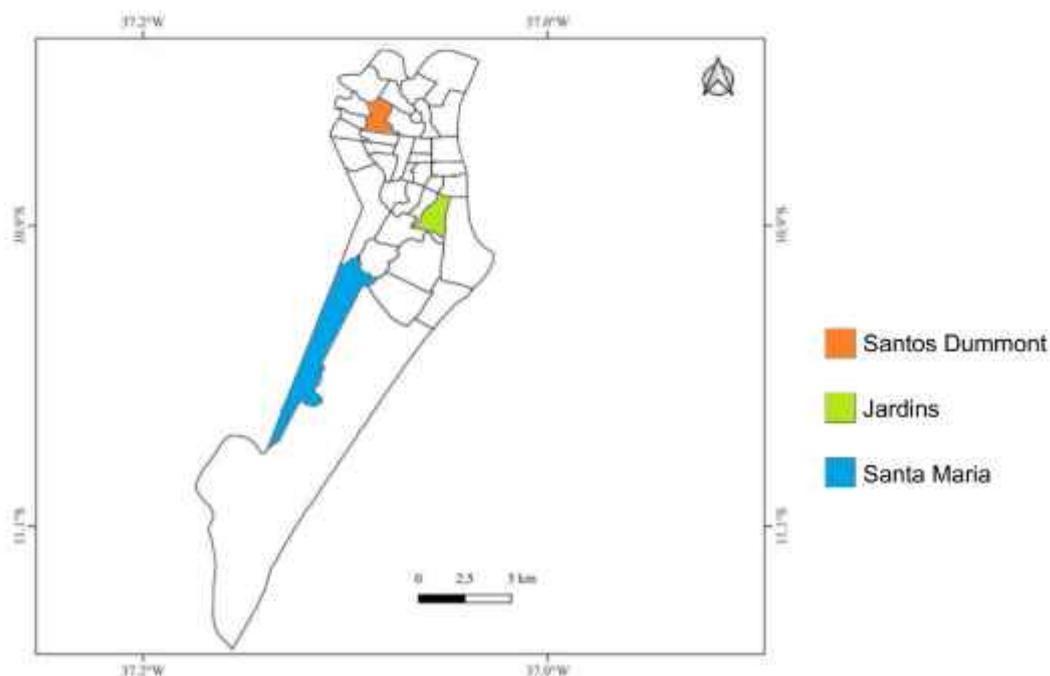
Além dessas mudanças pelas quais Aracaju passou - expansão, crescimento e segregação urbana - também se observa uma reestruturação urbana interna, com o surgimento de novas centralidades urbanas, especialmente ligadas às classes de maior poder aquisitivo, como a inauguração de shopping centers a partir do início da década de 90. Segundo Villaça (1998), os interesses das camadas de alta renda "constituem o principal elemento intra-urbano da estrutura espacial metropolitana", tendo a capacidade de definir as localizações e as características dos demais elementos dessa estrutura: o centro principal, os bairros residenciais das demais classes sociais e os subcentros de comércio e serviços. As camadas de alta renda de Aracaju estão situadas em regiões ao sul do Centro, em direção à orla oceânica da Atalaia, principalmente em bairros como São José, Treze de Julho, Salgado Filho e Jardins.

Diante da necessidade de aplicar, mesmo que em contextos teóricos, as proposições derivadas do trabalho a ser conduzido, tornou-se necessário selecionar áreas de estudo para o tópico em questão. Essa escolha foi guiada por critérios considerados essenciais para garantir o desenvolvimento e a eficácia das análises planejadas. Dada a lacuna no planejamento urbano que negligencia a inclusão das crianças nos espaços públicos, o objetivo é investigar quatro locais que foram "produzidos" para elas e que, ao mesmo tempo, esteja situado em um ambiente onde crianças de diferentes realidades socioeconômicas na disparidade do planejamento urbano de expansão e segregação urbana residem.

Para analisar o acesso e a utilização dos espaços públicos pela infância, o foco foi examinar, dentro do contexto urbano, especificamente em quatro praças, como se desenvolvem as interações entre crianças e espaços, e quais abordagens podem contribuir para fortalecer e aprimorar essas relações, levando em conta as particularidades das áreas em análise. Os principais critérios considerados para a seleção da área de estudo foram: predominância residencial, localização, disponibilidade de equipamentos públicos e embate entre iniciativa pública/privada. Nesse contexto, para o estudo, a escolha das

quatro praças mencionadas - Praça Luciano Barreto Júnior localizada no Bairro Jardins, Praça Ulysses Guimarães no Santos Dumont e Praças Primeira Infância Santa Maria I e II no bairro Santa Maria.

Figura 10 - Mapa de localização das praças dos bairros Santos Dumont, Jardins e Santa Maria.



Fonte: Prefeitura de Aracaju, 2019. Datum: SIRGAS, 2000. Elaboração: Autora.

3.1 Praças

Praça Luciano Barreto Júnior

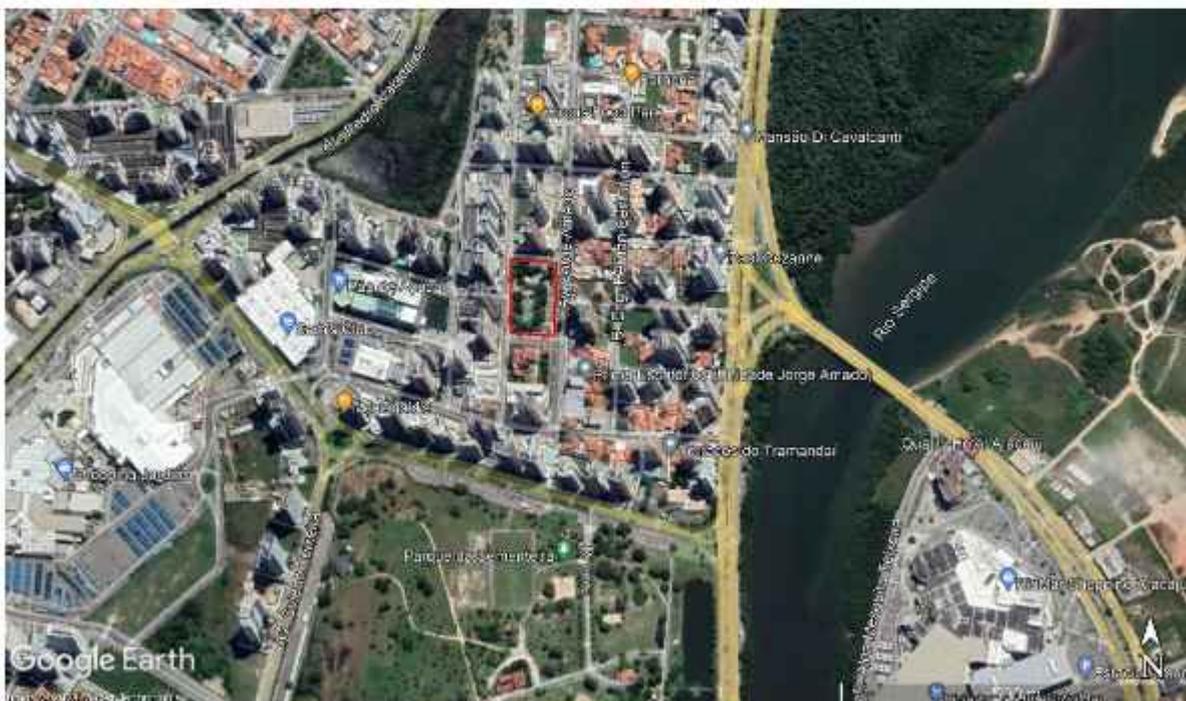
O bairro Jardins, localizado na Zona Sul de Aracaju, é uma área nobre originada do desmembramento do bairro Grageru. Foi projetado como uma nova zona de verticalização após a inauguração do Shopping Jardins em 1997. A construção do shopping impulsionou o lançamento de diversos empreendimentos imobiliários na região, transformando-a em um dos bairros mais recentes de Aracaju. A ideia do bairro surgiu da troca de apartamentos por terrenos pela construtora Norcon, responsável pelo projeto. Foram realizados serviços de drenagem, aterramento e abertura de ruas e avenidas,

além da construção de edifícios residenciais e do próprio Shopping Jardins.⁷² A presença do shopping contribuiu significativamente para a valorização imobiliária na área. Até 2011, a Norcon já havia entregue 30 edifícios no bairro Jardins.

A escolha da Praça Luciano Barreto Júnior como objeto de estudo se deu devido à sua localização em um ambiente de classe média alta em Aracaju, Sergipe. Situada em uma área de alta segurança e vigilância, a praça atrai uma movimentação noturna significativa, sendo considerada o metro quadrado mais caro da região. Rodeada por edifícios e verticalização, a praça se destaca como um ponto de encontro e lazer para os moradores locais. Sua infraestrutura inclui playgrounds e outros equipamentos voltados para atividades recreativas, tornando-a um espaço de convívio social e diversão para famílias e crianças. Além disso, a presença de uma classe média alta na região contribui para a manutenção da praça e seu entorno, garantindo um ambiente limpo, bem cuidado e seguro para os frequentadores. A movimentação noturna também é um aspecto relevante, pois proporciona uma sensação de vitalidade e dinamismo ao local.

⁷² Machado, 2010. p. 1-14.

Figura 11 - Mapa de Localização da Praça Luciano Barreto Júnior - bairro Jardins.



Fonte: Google Earth. Acesso em: 24 de mar. 2024. Elaboração da Autora, raio de 500m (2024).

A observação em campo da Praça Luciano Barreto Júnior demonstra uma interação complexa entre os espaços públicos e privados no bairro Jardins. Apesar da presença de prédios circundantes com brinquedotecas e playgrounds, a praça apresenta uso mesmo que limitado e uma espécie de "privatização" do espaço público, onde pequenas empresas locam brinquedos como pula-pula, tobogãs e ocupam áreas destinadas a atividades recreativas gratuitas. Durante a visita, foi notável a presença da verticalização e prédios "clubes" com playgrounds, além do espaço está próximo de *shoppings centers*.

No entanto, o parquinho infantil da praça, com balanços, escorregadores e gangorras, apresentava-se subutilizado, enquanto pequenas empresas locavam brinquedos como tobogãs e pula-pulas, atraindo mais demanda do público infantil. Assim, além de privatizar o espaço público, compromete a acessibilidade e a inclusão das crianças que não podem pagar pelo uso desses equipamentos.

A presença de barraquinhas de comida e *food trucks* ao redor da praça, juntamente com uma pequena confeitaria, contribui para sua movimentação, que apresenta sinais de abandono. A praça com iniciativa público-privada contém equipamentos destinados ao público infantil danificados, tendo em vista o abandono dessa área e a privatização do brincar. Isso compromete a experiência das crianças, privando-as de movimentações mais orgânicas e criativas no espaço público.

Em relação aos acessos, em torno das 18h00, a praça fica congestionada com carros estacionados, o que compromete a visibilidade da rua e restringe o acesso direto à praça. A necessidade de contornar os veículos estacionados não só dificulta a mobilidade dos pedestres, mas também cria um ambiente potencialmente perigoso e desconfortável. Esse congestionamento de veículos pode levar a situações de insegurança, especialmente para crianças e pessoas com mobilidade reduzida.

Figura 12 - Gangorras danificadas do parquinho infantil da praça Luciano Barreto Júnior.



Fonte: Autora, 2024.

Figura 13 - Balanços do parquinho infantil da Praça Luciano Barreto Júnior em bairro de presente verticalização



Fonte: Autora, 2024.

Figura 14 - Brinquedos privatizados locados em praça com iniciativa privada-pública no bairro Jardins.



Fonte: Autora, 2024.

Figura 15 - Ocupação de pátio livre da praça pelos brinquedos privatizados.



Fonte: Autora, 2024.

Figura 16 - Ocupação do espaço livre da praça pelos brinquedos privatizados.



Fonte: Autora, 2024.

Praça Ulysses Guimarães

O bairro Santos Dumont, localizado na Zona Norte de Aracaju, é um dos bairros mais populosos e tradicionais da cidade. Surgiu a partir de grandes fazendas até o início do século XX, com o nome original de Anipum. Em 1939, foi inaugurado o Aeroclube de Sergipe na região, substituído posteriormente pelo Aeroporto Santa Maria. O bairro recebeu seu nome atual em homenagem a Santos Dumont, patrono da aviação brasileira, reconhecido por lei municipal em 1955. Desde os anos 1950, o Santos Dumont vem se expandindo, tornando-se um importante centro comercial e residencial na zona norte de Aracaju. Apesar disso, ainda enfrenta desafios, como a necessidade de mais investimentos do poder público em segurança, lazer, saúde, transporte e educação, dada a sua grande população.⁷³

A escolha da Praça Ulysses Guimarães⁷⁴ tem como objetivo a análise do ponto central no bairro Santos Dumont, por ser uma das áreas mais significativas da Zona Norte de Aracaju. Inaugurada na década de 1990 e recentemente reformada em 2009, conforme registros da Prefeitura de Aracaju, a praça está localizada próxima à Paróquia São Francisco de Assis e à Escola Pública de Esportes José Gerivaldo Garcia, além de estar cercada por pequenos estabelecimentos comerciais. A praça é bastante utilizada por jovens e crianças, sendo um espaço vital para atividades recreativas e sociais. Sua movimentação é intensa, especialmente no final da tarde e nos finais de semana, quando a população local se reúne nos bancos da praça e nas calçadas das residências próximas, promovendo um ambiente de convívio comunitário. A Praça Ulysses Guimarães é, portanto, um local fundamental para a vida social e cultural do bairro Santos Dumont.

⁷³ Leite, 2010.

⁷⁴ Santos, 2016.

Figura 17 - Mapa de Localização da Praça Ulysses Guimarães - bairro Santos Dumont.



Fonte: Google Earth. Acesso em: 24 de mar. 2024. Elaboração da Autora, raio de 500m (2024).

A experiência de campo na Praça Ulysses Guimarães levantou questões relacionadas à manutenção de espaços públicos e ao uso desses locais pela comunidade. Durante a visita à praça, foi observado um estado de abandono dos equipamentos públicos destinados às crianças. O *playground* apresentava-se danificado e sujo, tornando-se inadequado para o uso seguro das crianças. Além disso, a presença de indivíduos que montam brinquedos como pula-pula, cobrando por seu uso, como também foi observado na praça Luciano Barreto Júnior, revela uma espécie de "privatização" do brincar em espaços públicos, onde atividades recreativas que deveriam ser gratuitas tornam-se uma fonte de lucro para a própria comunidade.

O cenário é agravado pela presença de apologia à violência, evidenciada pelo grafite de pessoas armadas próximo aos pula-pulas. Essa associação entre espaços destinados às crianças e elementos que promovem a violência demonstram como a infância e a violência coexistem nos espaços públicos da periferia, gerando preocupações sobre o impacto psicossocial que isso pode ter nas crianças e jovens locais. A movimentação na praça,

notavelmente, começa a partir das 15h. Indicando uma desertificação do ambiente em determinados horários, ao lado foi percebido também um grande muro que circunda uma igreja da região - gerando uma zona de desconforto em horários para a caminhabilidade do perímetro urbano.

Figura 18 - Equipamentos públicos e espaço da praça Ulysses Guimarães



Fonte: Autora, 2024.

Figura 19 - Espaço de lazer da praça Ulysses Guimarães



Fonte: Autora, 2024.

Figura 20 - Caminhabilidade da praça, ciclofaixa e quadra



Fonte: Autora, 2024.

Figura 21 - Presente apologia à violência e a cultura armamentista próximo ao espaço destinado para pula-pulas



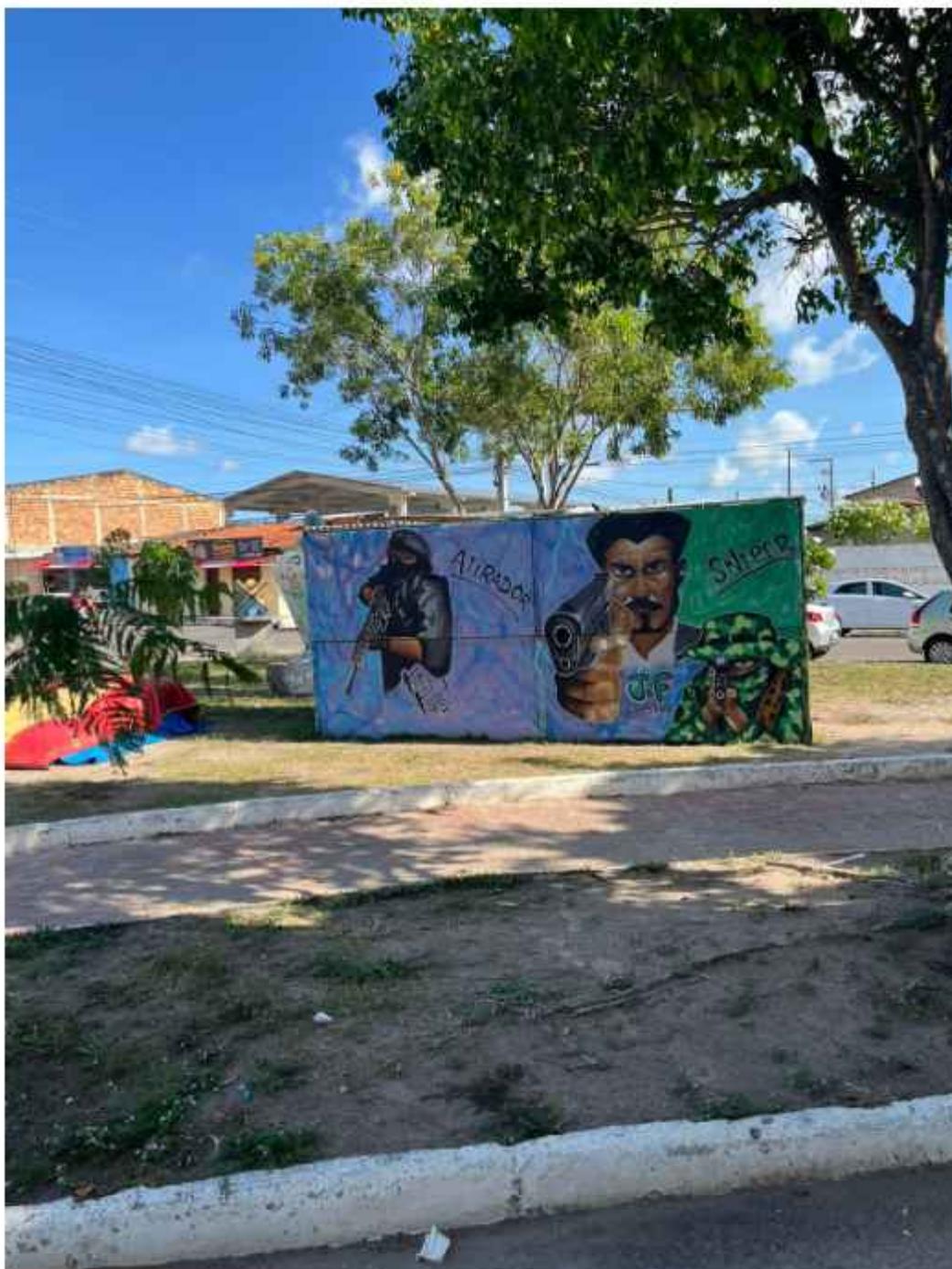
Fonte: Autora, 2024.

Figura 22 - Gangorras danificadas presentes no “parquinho” da praça Ulysses Guimarães



Fonte: Autora, 2024.

Figura 23 - Cultura armamentista e apologia à violência ao lado de brinquedos privatizados



Fonte: Autora, 2024.

Figura 24 - Balanço do parquinho infantil danificado na praça Ulysses Guimarães



Fonte: Autora, 2024.

Figura 25 - Placa destinada ao cuidado da vegetação e das árvores presentes na praça.



Fonte: Autora, 2024.

Figura 26 - Arquibancadas da quadra da praça danificadas, bem como o acesso



Fonte: Autora, 2024.

Figura 27 - Rede de proteção da quadra danificada



Fonte: Autora, 2024.

Figura 28 - Instalação de pequeno parque de madeira ao lado oposto do equipamento de parque público destinado à praça com a legenda “cuide da praça com a gente”



Fonte: Autora, 2024.

Praças Primeira Infância Santa Maria I e II

A Zona de Expansão Urbana de Aracaju - ZEU, definida pela Lei Municipal nº 873, de 01 de outubro de 1982, compreende a porção sul da cidade e tem como limites o rio Vaza Barris e o canal Santa Maria ao sul, o Oceano Atlântico a leste, o município de São Cristóvão a oeste e ao norte, com o bairro Aeroporto⁷⁵. Santa Maria, bairro localizado na Zona de Expansão de Aracaju, é conhecido por seu antigo nome, Terra Dura.

Inicialmente habitado por sítiantes no final do século XIX, destacou-se pelo projeto de construção do Canal Santa Maria, que nunca se concretizou, mantendo o povoado isolado em suas características rurais. Na década de 1980, foi incorporado à Aracaju como parte da Zona de Expansão, após decisões jurídicas controversas. A instalação de uma lixeira em 1988 gerou polêmica, levando ao início da urbanização do local, com a migração de comunidades e a formação de favelas. Em 1999, o bairro foi oficialmente registrado como Santa Maria, buscando romper estereótipos negativos⁷⁶. Desde então, recebeu melhorias públicas, como escolas, postos de saúde e pavimentação, mas ainda enfrenta desafios como transporte insuficiente, pobreza e violência, incluindo o tráfico de drogas. O fechamento da lixeira trouxe questões ambientais e sociais, evidenciando a luta contínua pela dignidade e reconhecimento do bairro.

Atualmente, o bairro Santa Maria foi designado para abrigar duas praças construídas especificamente para atender às necessidades da primeira infância, como parte do Programa de Requalificação Urbana - Construindo para o Futuro, iniciativa da Prefeitura de Aracaju realizada pela Emurb e financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A colaboração com a Urban95, uma iniciativa da Fundação Bernard van Leer dedicada ao desenvolvimento infantil, desempenhou um papel fundamental nesse empreendimento. Desde que Aracaju se juntou a essa rede em 2022, tem se empenhado em planejar políticas e espaços que promovam o desenvolvimento

⁷⁵ França, 2011.

⁷⁶ Santos, 2012.

integral das crianças de 0 a 6 anos. As praças I e II⁷⁷ foram escolhidas para exemplificar o compromisso da prefeitura em criar ambientes seguros e propícios ao desenvolvimento físico, social e cognitivo das crianças, contribuindo, assim, para a promoção da igualdade de oportunidades desde os primeiros anos de vida.

Durante a experiência da visitação, um aspecto que se destacou foi a notável dificuldade de caminhabilidade na região. As ruas, muitas vezes mal pavimentadas e carentes de infraestrutura adequada, tornam-se obstáculos para os pedestres, especialmente em períodos chuvosos. Além disso, a falta de sinalização adequada dificulta ainda mais a navegação, resultando em uma sensação de desorientação para quem visita o local pela primeira vez. Outro ponto que chamou a atenção foi a dificuldade de encontrar espaços públicos. Na ausência desses locais de convívio, as atividades recreativas e sociais tendem a se concentrar nas áreas residenciais, muitas vezes em terrenos baldios ou espaços improvisados. É comum observar crianças brincando na frente de suas casas ou em terrenos próximos, onde instalações rudimentares para práticas esportivas, como traves de futebol, são improvisadas.

A vida comunitária no bairro Santa Maria também foi observada. As redes de dormir, dispostas de maneira dispersa em frente às casas, são um reflexo da cultura local, onde o convívio social acontece de maneira informal. Muitas vezes, esses espaços se tornam pontos de encontro para moradores de diferentes idades, que compartilham histórias, experiências e momentos de lazer. Além disso, o acesso a espaços públicos é crucial para promover a inclusão. No entanto, no bairro Santa Maria, a falta de infraestrutura adequada e a inadequada sinalização dificultaram significativamente a localização e o acesso às praças. Durante o estudo dessas duas praças, um dos principais obstáculos encontrados foi a sua própria localização. A designação genérica de "praça I" e "praça II", juntamente com a referência às ruas "A" e "B", revelou-se

⁷⁷ Os nomes adotados como oficiais para as praças são "I e II" pela prefeitura municipal de Aracaju-SE. Disponível na matéria <https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/101225/prefeito_edvaldo_entrega_duas_pracas_no_bairro_santa_maria_investimos_em_qualidade_de_vida.html>

insuficiente para uma orientação efetiva⁷⁸. Em uma região com várias ruas denominadas "A", como a "A-13", a falta de informações precisas tornou ainda mais desafiador encontrar esses espaços públicos.

Além disso, a ausência de placas ou identificações claras contribuiu para a confusão e a dificuldade de acesso. Mesmo com o auxílio de dispositivos de GPS, ainda foram enfrentadas dificuldades em localizar as praças, impactando negativamente sua acessibilidade. Essa falta de clareza na identificação das praças não apenas prejudica a comunidade local, mas também limita a capacidade de utilização desses espaços por parte de diferentes públicos. Considerando que o projeto das duas praças foi destinado especificamente à primeira infância, é crucial garantir sua acessibilidade para todos os públicos - residentes ou não do bairro em questão. No entanto, a falta de nomeação clara e a inadequada referência no GPS representam obstáculos significativos.

No segundo dia fazendo a busca pelas praças I e II de primeira infância do bairro Santa Maria, foi obtida a informação, através de uma residente do local, de que as praças faziam parte do conjunto 17 de Março, e que a dificuldade em localizá-las através da ferramenta de GPS consistia no fato de que a localidade passou, recentemente, a ser incorporada como parte do bairro Aruana, e não Santa Maria. Desta maneira, a informação circulada pela matéria acerca da inauguração das duas praças como sendo do bairro Santa Maria fica incorreta, e isso também reflete na dificuldade de acesso aos que buscam as praças pela primeira vez, seja para conhecer ou desfrutar do lazer proporcionado.

Adentrando nas imediações do conjunto 17 de Março, ainda não foi obtida com clareza a localização das praças no serviço de GPS, de maneira que foram consultados moradores nas ruas, que deram coordenadas sobre como chegar às localidades. Uma observação digna de ser tratada é que os moradores não compreendem integralmente a proposta de consolidação de localidades voltadas à primeira infância, uma vez que desconheciam a

⁷⁸*Novas praças transformam o visual da cidade e proporcionam lazer e bem-estar à população.* Prefeitura Municipal de Aracaju. Disponível em: <https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/96498/novas_praças_transformam_o_visual_da_cidade_e_proporcionam_lazer_e_bem-estar_a_populacao.html>. Acesso em: 22 mar. 2024.

descrição das praças como tal, e respondiam de maneira mais assertiva sobre a localização quando se perguntava simplesmente das praças que haviam sido construídas no ano anterior. Neste sentido, carece uma conscientização acerca da proposta das duas praças para a população local.

Ao encontrar as duas praças, reiterando a observação de que foram construídas no ano passado, constata-se que a deterioração dos equipamentos e o estado de abandono quase divergem da ideia de duas praças que teriam sido inauguradas em menos de um ano. Os equipamentos a serem utilizados pelas crianças, e os artefatos que proporcionariam lazer e bem-estar se encontram quebrados, abandonados, e não são aproveitados pela população do conjunto 17 de Março, uma vez em que não são observadas pessoas usufruindo do espaço, como ainda pode se observar no contexto da Praça Ulysses Guimarães, no bairro Santos Dumont. Em uma das praças se encontra uma quadra poliesportiva, frequentada pelos jovens habitantes do local, e na outra, que abriga os brinquedos voltados à primeira infância, havia ao lado um terreno baldio, repleto de entulhos e lixo, o que ocasiona mal-estar e risco à saúde dos moradores.

É válido observar que, no momento em que as praças foram visitadas, não se tinha certeza se de fato se tratavam das mesmas, uma vez que a constatação veio através do comparativo de imagens da matéria online encontradas no site da Prefeitura. A incerteza *à priori* se deu pela dificuldade no acesso através do serviço de GPS e, principalmente, devido ao estado de deterioração das praças, visto que não pareciam fazer parte de um projeto que fora inaugurado em tão pouco tempo, ou então que tivessem características específicas voltadas ao projeto que visa observar práticas da primeira infância.

Nota-se, portanto, que a execução projetual das praças I e II do bairro Santa Maria (conjunto 17 de Março) difere das propostas teóricas, visto que conferem dificuldade de acesso para os que não moram nas imediações mas querem fazer uso dos espaços, e não trazem com clareza o conceito das praças e o aproveitamento que pode ser desfrutado pela população local, que não faz uso por não ver segurança para deixar as crianças transitarem, e

através disso, o estado de abandono das praças se torna cíclico. Por se tornarem cada vez menos frequentadas - e menos compreendidas no contexto de utilização das crianças -, se tornam mais inseguras, e a sensação de insegurança consolida ainda mais o vazio urbano.

Figura 29 - Uso do Maps e GPS para encontrar as praças (dia 01)



Fonte: Autora, 2024.

Figura 30 - Praça destinada à primeira Infância no Santa Maria



Fonte: Autora, 2024.

Figura 31 - Praça destinada à primeira Infância no Santa Maria



Fonte: Autora, 2024.

Figura 32 - Visão lateral da praça destinada à primeira infância no Santa Maria



Fonte: Autora, 2024.

Figura 33 - Equipamentos públicos do parque da praça



Fonte: Autora, 2024.

Figura 34 - Praça abandonada inaugurada como ambiente público destinado à primeira infância no Santa Maria



Fonte: Autora, 2024.

Figura 35 - Tijolos que compõem o caminho arrancados sob o parque infantil



Fonte: Autora, 2024.

Figura 36 - Caminho de tijolos deteriorados na praça



Fonte: Autora, 2024.

Figura 37 - Presença de lixo ao lado de equipamentos públicos destinados ao público infantil



Fonte: Autora, 2024.

Figura 38 - Tijolos do caminho da praça arrancados e colocados posicionados nos brinquedos destinados à primeira infância da praça



Fonte: Autora, 2024.

Figura 39 - Brinquedos destinados à infância abandonados na praça



Fonte: Autora, 2024.

Figura 40 - Falta de infraestrutura (saneamento) na praça inaugurada em 2023



Fonte: Autora, 2024.

Figura 41 - Praça abandonada recém inaugurada



Fonte: Autora, 2024.

Figura 42 - Terreno baldio próximo à praça de primeira infância



Fonte: Autora, 2024.

Quadro comparativo:

Característica	Praça Ulysses Guimarães	Praça Luciano Barreto Júnior	Praças Primeira Infância Santa Maria I e II
Área	6.900 m ²	4.606,44 m ²	3.500m ² e 2.800m ²
Equipamentos	Quadra esportiva, playground, bancos, bares, escola de esportes	Academia ao ar livre, playground, espaço pet, bancos, mesas, quiosques de alimentação	Brinquedos coloridos e interativos, equipamentos para atividades físicas, áreas para brincadeiras livres, jardins, áreas sombreadas
Acessibilidade	Rampas, calçadas adequadas	Rampas (5) em todos os lados da praça	Rampas, calçadas

Quadro 1 - Comparativo entre área, equipamento e acessibilidade das praças analisadas.

(Autora, 2024)

3.2 Descontinuidade da pesquisa nas Praças I e II do Santa Maria

A pesquisa enfrentou desafios significativos no que diz respeito ao acesso e à coleta de informações sobre as praças I e II situadas no bairro Santa Maria, em Aracaju, evidenciando problemáticas que vão além da simples falta de dados e se estendem para questões estruturais e sociais mais profundas. Em primeiro lugar, a obtenção de informações precisas sobre esses espaços públicos revelou-se extremamente complexa, uma vez que há uma escassez notável de registros oficiais e documentos públicos que tratem de sua existência, planejamento ou uso atual. Essa ausência de dados formou um entrave para a compreensão das praças como equipamentos urbanos, limitando a capacidade de realizar um diagnóstico abrangente.

Ademais, o próprio acesso físico às praças I e II é dificultado pelas condições precárias de infraestrutura no entorno, refletindo uma realidade cotidiana enfrentada pelos moradores do bairro Santa Maria. Essa situação reforça um ciclo de invisibilidade e abandono, onde a pouca utilização das praças acaba resultando em menor investimento e atenção do poder público.

Outro agravante foi identificado na própria percepção e reconhecimento das praças pela comunidade residente. Observou-se que muitos moradores não reconhecem esses espaços como praças consolidadas, bem como suas propostas voltadas à primeira infância. Isso aponta para uma falha no processo de comunicação entre o planejamento urbano e a população, sugerindo que esses espaços foram implantados sem considerar as necessidades e dinâmicas sociais do bairro, o que reflete uma lacuna no planejamento participativo.

As praças I e II, de fato, carecem de qualquer forma de sinalização que indique claramente sua presença como espaços públicos destinados à convivência e lazer. Além disso, a única referência existente sobre sua criação é um artigo jornalístico isolado, que menciona sua construção, mas não fornece detalhes suficientes para uma análise crítica e aprofundada de sua funcionalidade e impacto na vida urbana local. Devido a essa escassez de informações e às dificuldades de acesso, a pesquisa nesse ambiente foi

descontinuada, considerando as limitações impostas pelo tempo de investigação disponível. Assim, optou-se por redirecionar o foco para uma comparação mais viável e estratégica, analisando como a infância interage com o espaço público em dois bairros com perfis socioeconômicos distintos - Jardins e Santos Dumont -, utilizando as praças Luciano Barreto Júnior e Ulysses Guimarães, respectivamente, como novos objetos de estudo. A permanência do trabalho até o estágio em que foi desenvolvido desempenha o papel de comunicação com a comunidade, ressaltando as situações adversas que ocorrem em bairros carentes e com baixa infraestrutura. Esse acompanhamento não só visa trazer à tona as dificuldades enfrentadas por essas comunidades, mas também busca conscientizar tanto os moradores quanto às autoridades sobre a importância de reconhecer e abordar o desenvolvimento dessas questões.

4. Dados e Mapografia Urbana do Município de Aracaju: um levantamento

Considerando, portanto, como principais objetos de estudo para o presente trabalho as praças Luciano Barreto Júnior e Ulysses Guimarães, nos bairros Jardins e Santos Dumont, faz-se necessário o levantamento mapográfico de características presentes nestas localidades que possam ser refletidas para a observação da população aracajuana, a fim de consolidar o quadro comparativo entre as diferentes realidades sócio-econômicas. Nota-se que o município de Aracaju apresenta uma dinâmica socioespacial complexa, marcada por desigualdades em vários aspectos, como a distribuição de renda, cor/raça e condições de vida. A análise desses fatores, juntamente com a apresentação de gráficos que retratam a população de crianças e adolescentes por bairro, idade e sexo, permite visualizar de forma clara como essas populações se distribuem de forma desigual no território da cidade. Bairros como Jardins e Santos Dumont destacam-se por realidades socioeconômicas distintas, que influenciam diretamente a forma como jovens ocupam e interagem com o espaço urbano.

A Mapografia Social de Aracaju⁷⁹ revela que a pobreza e a desigualdade social são mais acentuadas nas áreas periféricas, como o bairro Santos Dumont, localizado na zona norte da cidade. De acordo com o Mapa da Pobreza e Desigualdade Social, Santos Dumont é uma das regiões com a maior quantidade de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, o que impacta diretamente a mobilidade e o acesso à infraestrutura pública. Crianças e adolescentes que residem nessas áreas periféricas enfrentam dificuldades para acessar serviços públicos essenciais, como escolas e áreas de lazer, devido a fatores como infraestrutura precária, ausência de calçadas adequadas e falta de transporte público eficiente. Além disso, a insegurança e a vulnerabilidade social limitam a autonomia dessas crianças, restringindo suas oportunidades de desenvolvimento.

Em contraste, o bairro Jardins, uma área de renda mais elevada e com maior presença de população branca, apresenta uma dinâmica populacional muito diferente. Com infraestrutura bem desenvolvida, incluindo calçadas acessíveis, ruas seguras e serviços públicos bem distribuídos, as crianças e adolescentes que vivem nesse bairro gozam de maior liberdade de movimento e autonomia. Têm acesso facilitado a escolas de melhor qualidade, praças e parques, o que resulta em oportunidades educacionais e de lazer significativamente superiores às dos bairros periféricos. A diferença entre a qualidade de vida de jovens desses dois bairros reflete a profunda desigualdade de oportunidades que permeia o espaço urbano de Aracaju.

De acordo com o sociólogo Jessé Souza (2022), essas disparidades não se devem apenas a fatores econômicos, mas também a um processo histórico de segregação racial e social que molda as cidades brasileiras. Aracaju exemplifica essa dinâmica, com bairros como Santa Maria, Santos Dumont, e Porto Dantas, onde a população preta e parda é majoritária, refletindo uma marginalização histórica. Essas áreas periféricas, frequentemente deixadas de lado pelas políticas públicas, sofrem com a falta de investimento em infraestrutura, o que resulta em condições de vida precárias e afeta

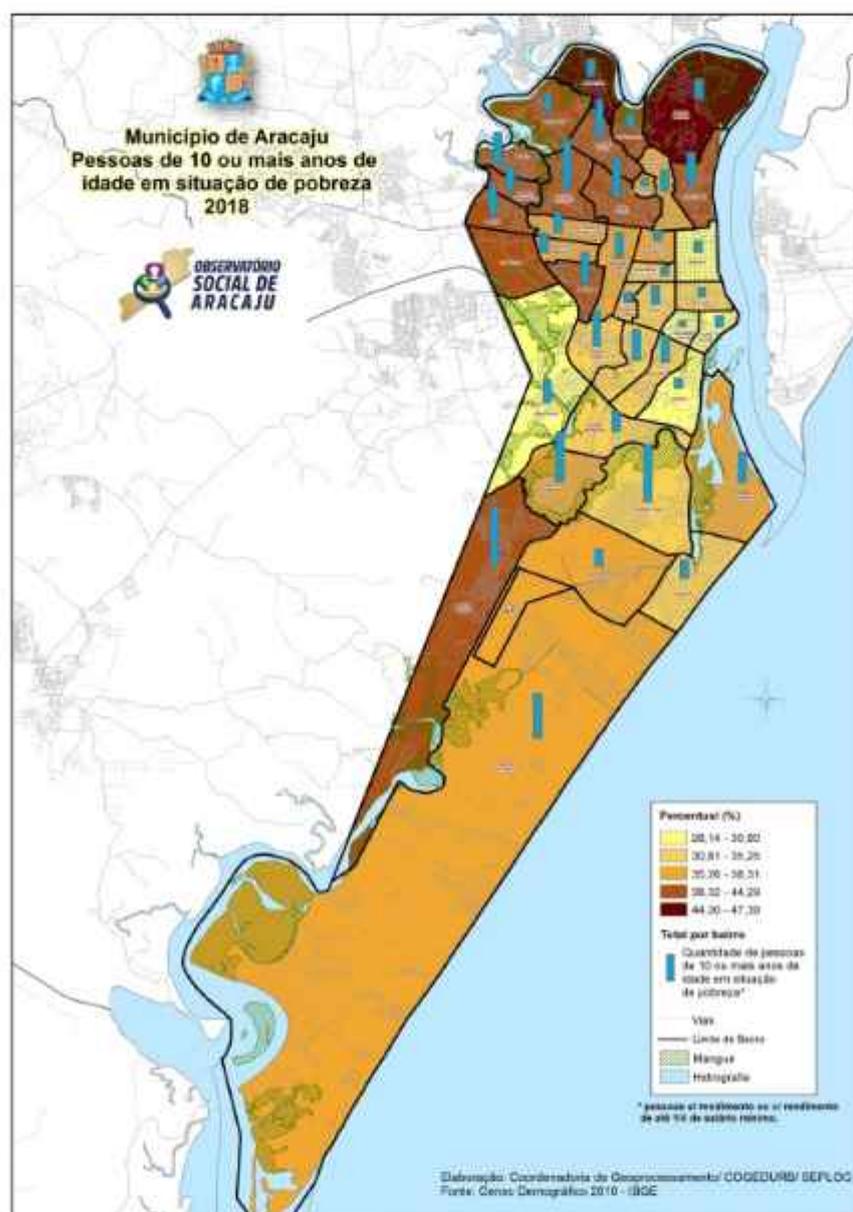
⁷⁹ Observatório de Aracaju. *Mapografia Social do Município de Aracaju 2019*. Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, Prefeitura de Aracaju, 2019.

diretamente a infância e adolescência local. Souza argumenta que as classes mais abastadas se apropriam dos espaços centrais e melhor estruturados da cidade, enquanto os mais pobres, principalmente negros e pardos, são empurrados para as periferias, onde o acesso a oportunidades é mais limitado.

Essa segregação se traduz não apenas na distribuição desigual de infraestrutura urbana, mas também na própria formação de crianças e adolescentes. Aqueles que crescem em bairros como o Jardins desenvolvem-se em um ambiente urbano integrado, com acesso facilitado a transporte, educação e lazer. Em contrapartida, crianças dos bairros periféricos, como o Santos Dumont, enfrentam barreiras de mobilidade que limitam sua autonomia e afetam diretamente suas experiências de desenvolvimento social e educacional.

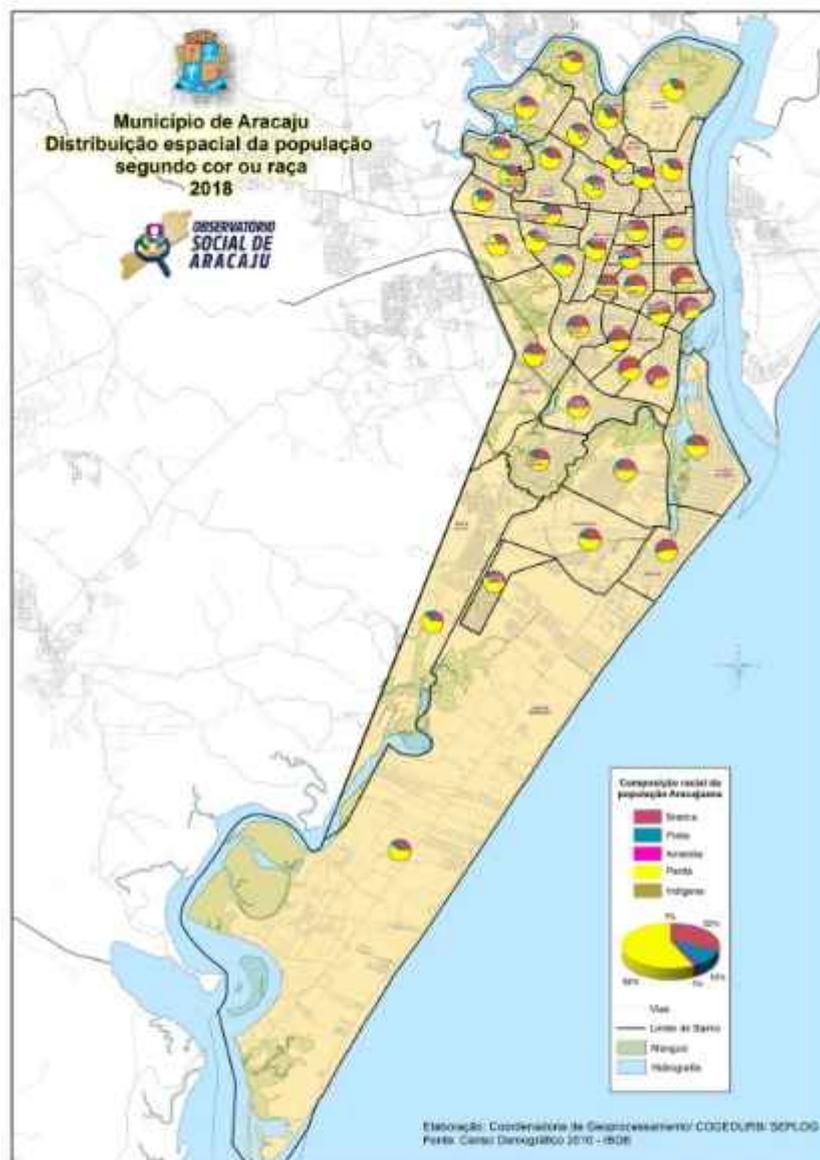
Os gráficos que seguem ilustram essas dinâmicas, detalhando a distribuição da população por idade e sexo nos diferentes bairros de Aracaju. Eles destacam as disparidades socioeconômicas e raciais que impactam a vida das crianças e adolescentes e refletem a forma desigual como ocupam a cidade. Essa análise reforça a necessidade de políticas urbanas que não considerem apenas a distribuição de renda, mas também a questão racial e de mobilidade, visando criar uma cidade mais inclusiva e equitativa para todas as suas populações, independentemente de onde residam.

Figura 43: Mapa de pobreza e desigualdade social de Aracaju



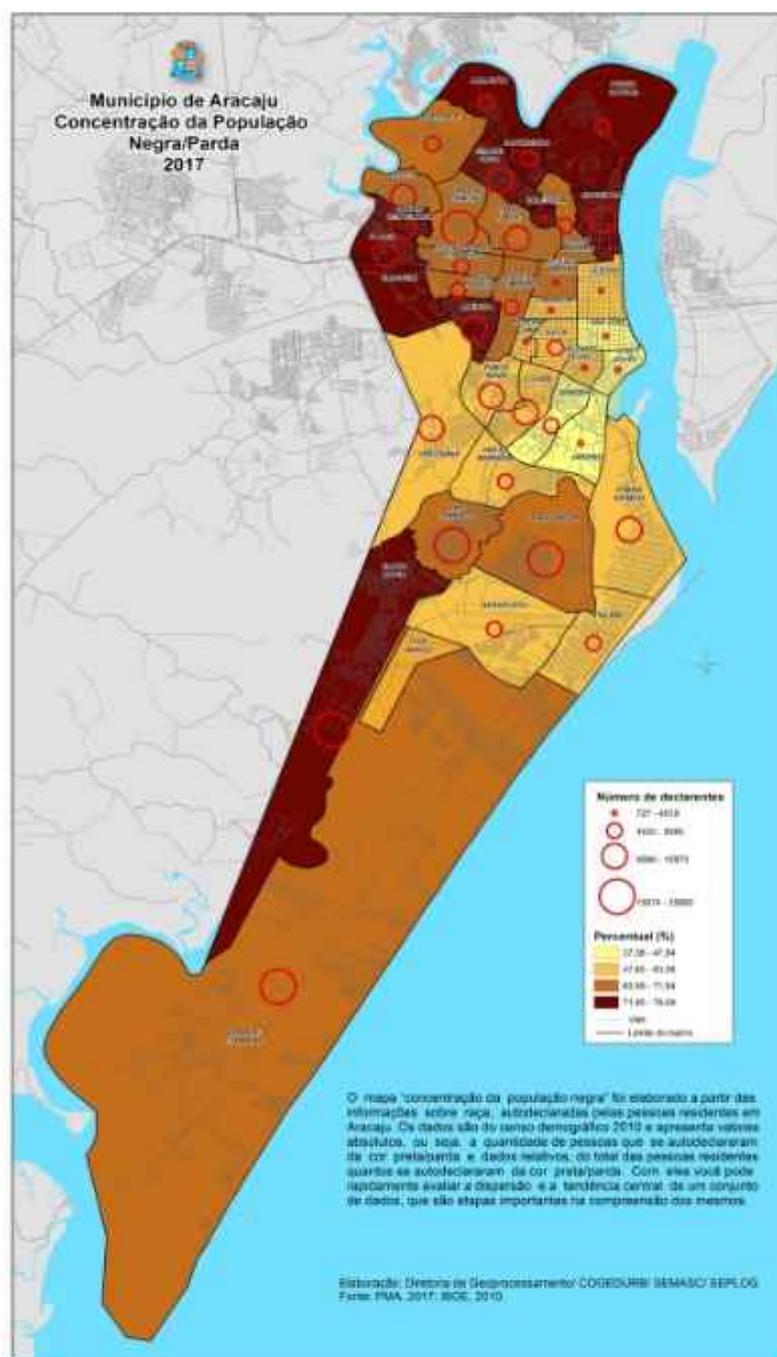
Fonte: Observatório de Aracaju. *Mapografia Social do Município de Aracaju 2019*. Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, Prefeitura de Aracaju, 2019.

Figura 44: Distribuição Espacial da População segundo cor ou raça em Aracaju



Fonte: Observatório de Aracaju. *Mapografia Social do Município de Aracaju 2019*. Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, Prefeitura de Aracaju, 2019.

Figura 45: Concentração da População Negra/Parda em Aracaju

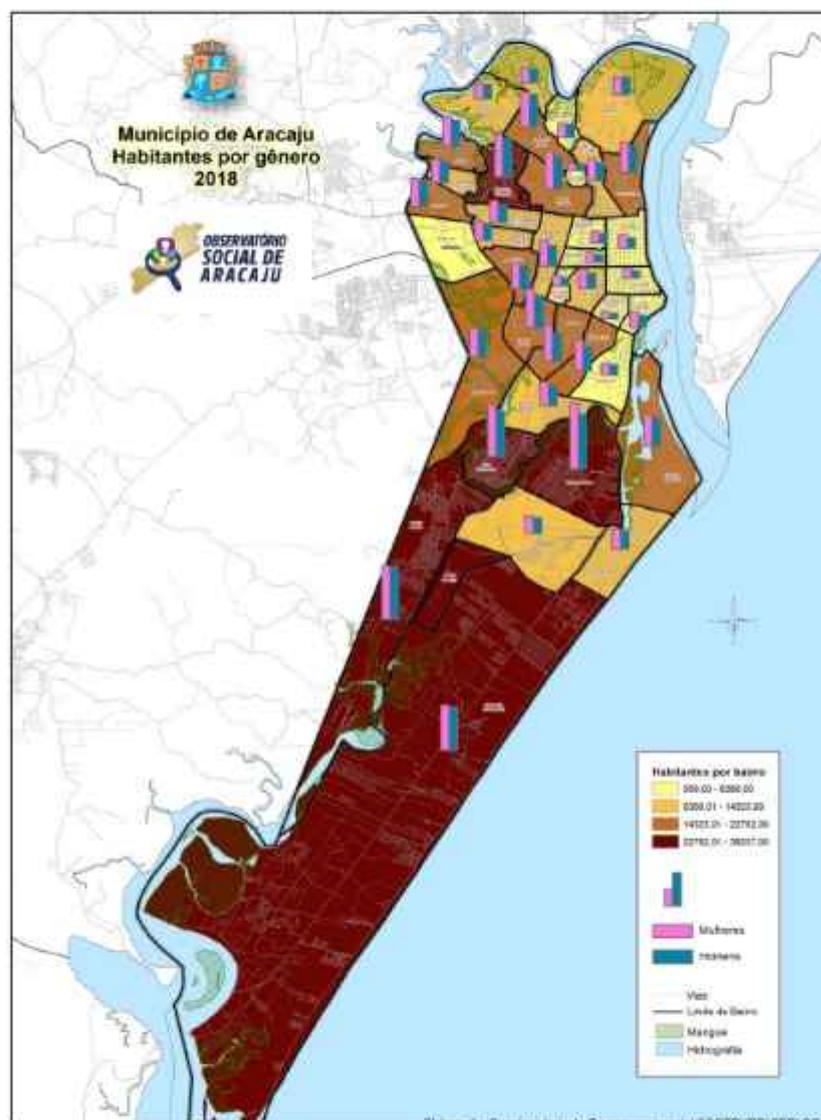


Fonte: Observatório de Aracaju. *Mapografia Social do Município de Aracaju 2019*. Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, Prefeitura de Aracaju, 2019.

A análise da população total e distribuição por sexo em Aracaju, a partir dos dados do censo de 2010, revela uma dinâmica interessante entre diferentes bairros da cidade, especialmente Santos Dumont e Jardins, dois

bairros com características socioeconômicas bastante distintas. Tanto no bairro Santos Dumont, que concentra uma população mais volumosa e de perfil socioeconômico mais modesto, a diferença de gênero não é tão significativa quanto em áreas mais ricas como o bairro Jardins.

Figura 46: Habitantes por gênero em Aracaju



Fonte: Observatório de Aracaju. *Mapografia Social do Município de Aracaju 2019*. Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, Prefeitura de Aracaju, 2019.

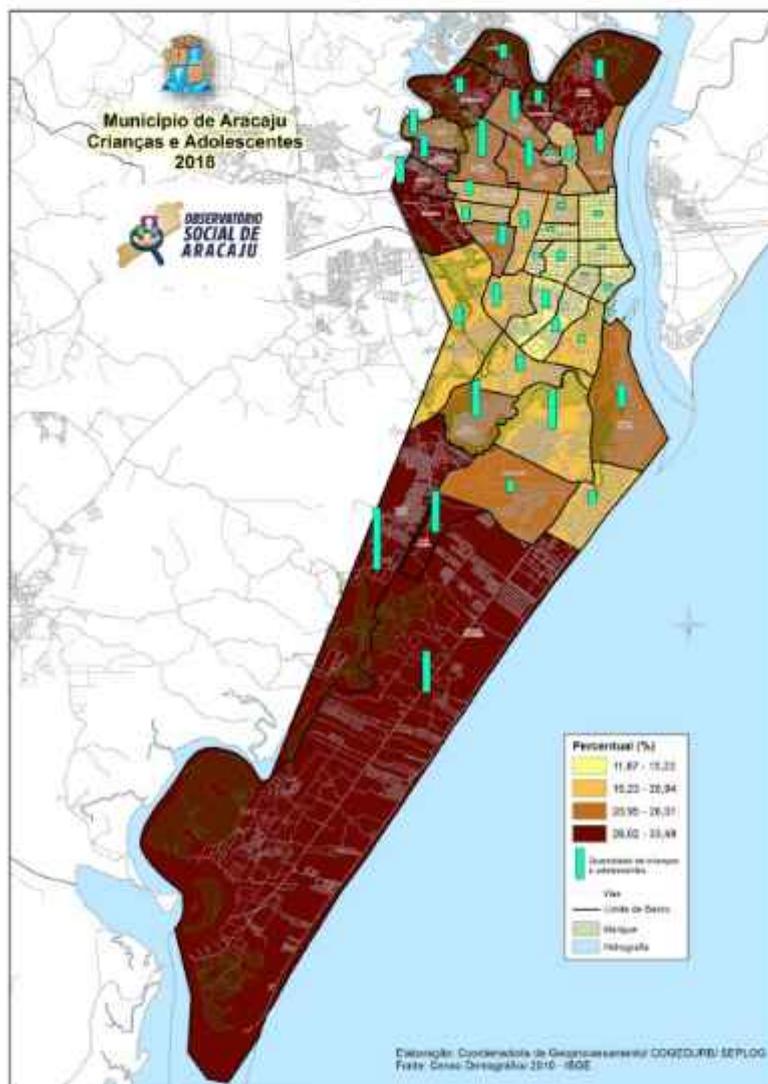
Quando analisamos a presença de crianças e adolescentes (0 a 14 anos) nos diferentes bairros da cidade, fica claro que a proporção desse grupo etário é maior nas áreas periféricas, onde os índices de pobreza são mais

altos. O bairro Santos Dumont, por exemplo, é uma dessas áreas que concentram uma maior quantidade de jovens, enquanto no bairro Jardins a participação relativa dessa faixa etária é significativamente menor. Esse fenômeno está ligado a fatores socioeconômicos, pois regiões com menor nível de desenvolvimento tendem a apresentar taxas de natalidade mais elevadas, resultando em uma população majoritariamente mais jovem.

Figura 47: Perfil etário de Aracaju



Figura 48: Mapa de concentração de crianças e adolescentes em Aracaju

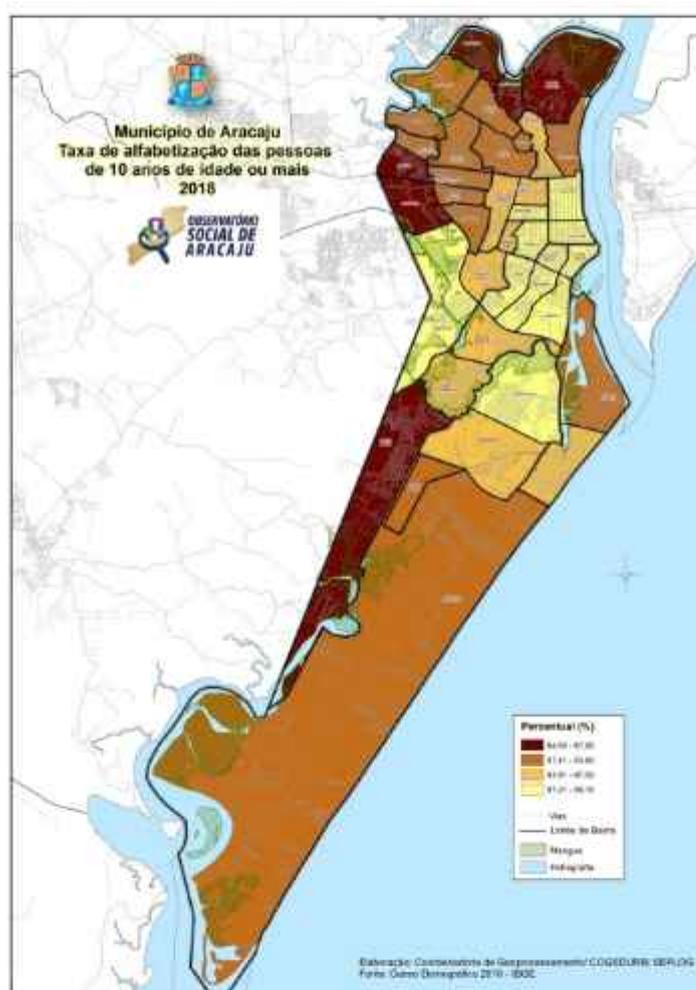


Fonte: Observatório de Aracaju. *Mapografia Social do Município de Aracaju 2019*. Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, Prefeitura de Aracaju, 2019.

Outro fator relevante são as taxas de alfabetização, que refletem as desigualdades educacionais em diferentes áreas da cidade. O bairro Jardins, devido ao seu alto rendimento médio, apresenta taxas de alfabetização superiores à média municipal. Isso contrasta fortemente com o bairro Santos Dumont, onde a taxa de alfabetização é consideravelmente mais baixa. Esses números demonstram a estreita correlação entre condições socioeconômicas e acesso à educação, com áreas mais pobres enfrentando maiores desafios nesse aspecto.

Nos mapas temáticos, as taxas de alfabetização podem ser representadas com uma variação de tonalidades, onde as áreas de maior rendimento e maiores índices de alfabetização, como Jardins, seriam destacadas com cores claras, e os bairros com menores índices de alfabetização, como Santos Dumont, seriam mostrados em tons mais escuros. Essa representação facilita a visualização das disparidades educacionais entre os diferentes territórios.

Figura 49: Taxa de alfabetização de Aracaju



Fonte: Observatório de Aracaju. *Mapografia Social do Município de Aracaju 2019*. Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, Prefeitura de Aracaju, 2019.

5. Verticalização do Espaço Urbano: o caso do bairro Jardins e Santos Dumont em Aracaju - SE

A verticalização, frequentemente promovida como símbolo de progresso e modernidade nas cidades, é um processo que pode trazer uma série de consequências prejudiciais para a vida urbana e a qualidade dos espaços públicos. Embora a construção de edifícios altos e condomínios verticais seja muitas vezes vista como uma solução para o adensamento populacional e a otimização do uso do solo, na realidade, esse fenômeno pode transformar radicalmente a dinâmica das ruas e, em muitos casos, enfraquecer a vitalidade dos espaços urbanos.

A verticalização é um processo intensivo de reprodução do solo urbano, oriundo de sua produção e apropriação de diferentes formas de capital, principalmente consubstanciado na forma de habitação, como é o caso do Brasil. Além da associação junto às inovações tecnológicas, que interferem no processo, alterando a paisagem urbana (MENDES, 1992, p.30).

Uma das principais críticas à verticalização é que ela contribui para a *murificação* da cidade (Caldeira, 2000). O conceito de *murificação* se refere à tendência de construções verticais cercarem-se de muros altos e entradas restritas, criando barreiras físicas que fragmentam o tecido urbano. Esses muros, além de separarem a vida interna do condomínio da rua, geram uma sensação de insegurança e exclusão para aqueles que transitam pelos espaços ao redor. Jane Jacobs, em seu livro *Morte e Vida de Grandes Cidades*, já apontava que a vitalidade das ruas depende da interação entre as pessoas e o espaço público, uma troca que é essencial para a segurança e a sensação de pertencimento no ambiente urbano. No entanto, a verticalização muitas vezes sufoca essa interação, eliminando os pequenos comércios e as fachadas ativas que fazem parte da vida diária de uma rua de intensa movimentação.

Figura 50 e 51: Vista aérea do bairro Santos Dumont e do bairro Jardins



Fonte: Marcos Rodrigues, 2020.



Fonte: Roberta Santana, 2022.

Além disso, a verticalização costuma criar uma segregação socioespacial evidente. Os grandes edifícios funcionam como "fortalezas" na cidade, onde apenas os residentes ou pessoas com acesso podem entrar - o que cria uma separação física e social entre os habitantes dos condomínios e aqueles que vivem ou transitam em seu entorno. A urbanista Raquel Rolnik e o arquiteto Flávio Villaça discutem como a verticalização, associada à especulação imobiliária, produz ilhas de riqueza cercadas por muros e áreas de exclusão, agravando as desigualdades urbanas. Ao invés de contribuir para a inclusão e democratização do espaço urbano, a verticalização reforça um modelo de cidade fragmentada, onde o acesso aos benefícios da vida urbana é restrito a poucos.

A verticalização no Brasil não é sinônimo de democratização do acesso à moradia, mas sim de uma lógica de segregação espacial que intensifica a desigualdade socioespacial. Ela cria áreas de maior valor imobiliário, ao passo que expulsa as populações de baixa renda para locais mais distantes e carentes de infraestrutura. (ROLNIK, 2015, p. 112)

Em contraste, os bairros com edificações de baixa altura, que favorecem a integração entre o espaço público e privado, promovem uma maior diversidade de usos e ocupações, permitindo a coexistência de residências, comércio e serviços. Essa configuração, além de gerar uma sensação de segurança por meio da presença contínua de pessoas nas ruas, também

incentiva a criação de uma vida comunitária mais forte e colaborativa. A manutenção de uma escala humana nas construções preserva a vitalidade das ruas, onde as interações entre vizinhos, comerciantes e pedestres formam o tecido social e urbano de uma cidade verdadeiramente inclusiva.

A verticalização pode ser apontada como um exemplo de materialização das transformações técnicas que atingem as cidades contemporâneas de forma contundente. Tal fato não deve ser considerado como uma consequência natural da urbanização, mas uma das possíveis opções traçadas e definidas pelos diferentes fatores sociais e interesses econômicos que envolvem a estrutura das cidades. (MENDES e MACHADO, 2003, p. 56).

Por fim, a verticalização também transforma o imaginário coletivo da cidade, substituindo as ruas frequentadas pela população e acessíveis por enclaves privados e desconectados do resto do tecido urbano⁸⁰. O espaço público, que deveria ser democrático na vida urbana, é negligenciado em favor de projetos que priorizam o capital privado e o interesse das incorporadoras imobiliárias. Como resultado, a cidade perde sua capacidade de ser um lugar de encontro, troca e diversidade. Ao se fechar em si mesma, cercada por edifícios que funcionam como *fortalezas*, a cidade perde sua essência democrática e plural, transformando-se em um mosaico de enclaves isolados. Portanto, a verticalização, longe de ser um processo positivo e progressista, revela-se profundamente prejudicial para a qualidade de vida urbana.

5.1 Verticalização no bairro Jardins e o uso do espaço urbano

A verticalização no bairro Jardins, em Aracaju, insere-se em um processo complexo de valorização imobiliária e reestruturação urbana, similar ao observado em outras cidades brasileiras. A criação e revitalização de espaços públicos como praças e parques tendem a ser elementos catalisadores de transformações urbanas que, ao mesmo tempo em que promovem melhorias na qualidade de vida, impulsionam processos de especulação imobiliária e segregação socioespacial. Nesse sentido, a praça

⁸⁰ Rolnik, 2015, p. 110

não apenas se configura como um espaço de convivência e lazer, mas também como um motor de adensamento populacional e verticalização, atendendo aos interesses do mercado imobiliário e das elites urbanas.

O processo de verticalização, ao invés de oferecer uma solução de moradia digna para todos, tem sido uma ferramenta para o aumento da especulação imobiliária. A construção de torres de apartamentos de luxo em áreas valorizadas reflete a priorização de um modelo de cidade feito para o lucro, e não para as pessoas (CALDEIRA, 2000, p. 88).

O processo de valorização urbana decorrente da instalação de um equipamento público de grande porte, como uma praça ou parque, atua como um ímã para investimentos imobiliários. No caso da Praça Luciano Barreto Júnior, a presença de uma infraestrutura que inclui espaços de lazer, áreas verdes, e equipamentos voltados para a recreação, eleva o status do bairro Jardins, tornando-o alvo de novos empreendimentos imobiliários de médio e alto padrão. A lógica subjacente a esse processo segue o que Mascarenhas (2006) define como a articulação entre especulação imobiliária e segregação urbana, onde a concentração de investimentos se dá em áreas que já são, ou possuem potencial para se tornarem, zonas nobres da cidade.

Como Serpa (2007) ressalta, os parques urbanos e praças são frequentemente utilizados como instrumentos de requalificação urbana, vendendo uma imagem de qualidade de vida que é fortemente associada ao contato com a natureza e à sensação de segurança. No caso da Praça Luciano Barreto Júnior, essa valorização simbólica e material é visível na expansão do número de empreendimentos imobiliários nas suas imediações. A praça passa a ser utilizada como um diferencial mercadológico, destacando-se como um dos principais atributos dos lançamentos imobiliários ao redor.

A localização privilegiada e a infraestrutura da praça tornam-se elementos centrais nas campanhas publicitárias de novos edifícios residenciais, contribuindo para a elevação dos preços dos imóveis e, conseqüentemente, para o aumento da especulação imobiliária.

Figura 52: Maquete 3D da verticalização ao redor da Praça Luciano Barreto Júnior (700m)



Fonte: Autora, 2024.

Este processo, no entanto, não ocorre sem efeitos colaterais. A verticalização, ao atrair investimentos e valorizar o solo, também atua como um fator de exclusão de classes populares, que são progressivamente deslocadas para áreas mais periféricas da cidade. Conforme discutido por Santos (1981), esse deslocamento decorre diretamente da elevação dos custos imobiliários, o que resulta na criação de "cidades justapostas", onde a acessibilidade a bens e serviços, incluindo o acesso aos espaços públicos requalificados, varia conforme a renda de cada grupo social. No caso da praça Luciano Barreto Júnior, o processo de verticalização tende a beneficiar sobretudo as camadas mais abastadas da sociedade, reforçando a segregação socioespacial no bairro Jardins e arredores.

Ademais, a valorização promovida pela praça também está intrinsecamente conectada à lógica de segurança e status social, como destacado por Martins (2005). A preferência por residências em edifícios verticalizados, especialmente em bairros nobres como Jardins, está fortemente

associada à busca por segurança em um contexto de crescente violência urbana. As novas torres que surgem ao redor da praça não apenas atendem a uma demanda habitacional, mas também a uma necessidade simbólica de ascensão social e distinção, o que, conforme Singer (1979), tornou-se um objeto de desejo para as classes médias e altas.

O capital imobiliário, então em fase de constituição, exige a multiplicação do solo (verticalização) como inovação à subdivisão do solo (loteamento), em uma nova estratégia de valorização do capital. O alto preço da terra e sua otimização não explicam, por si só, a verticalização, mas exatamente essa nova estratégia do capital imobiliário. Além da terra, a forma urbana transforma-se em mercadoria. (SOMEKH, 2014, p. 156).

No caso do bairro Jardins, a presença da Praça Luciano Barreto Júnior e sua consequente valorização podem contribuir para o surgimento de uma nova centralidade, que se estabelece como um polo de atração tanto para residências de alto padrão quanto para o comércio e serviços especializados. Esse processo de transformação urbana é, por sua vez, alimentado pelo capital imobiliário, que se aproveita da localização estratégica da praça para lançar novos empreendimentos voltados a um público de maior poder aquisitivo.

Figura 53: Esquema de visualização da verticalização ao redor da Praça Luciano Barreto Júnior (700m)



Fonte: Autora, 2024.

O adensamento populacional e a transformação da paisagem ao redor da praça refletem a articulação entre mercado imobiliário e políticas de requalificação urbana, que, ao mesmo tempo em que oferecem melhorias na infraestrutura e qualidade de vida, contribuem para a segregação socioespacial e a exclusão de classes de menor renda. Assim, a praça se torna um símbolo do processo de modernização urbana, ao mesmo tempo em que evidencia as contradições inerentes à especulação imobiliária e ao desenvolvimento desigual das cidades.

5.2 Baixa verticalização e o uso do espaço urbano no bairro Santos Dumont: o que delega?

Diferente de bairros de alto investimento como o Jardins, onde o processo de verticalização e especulação imobiliária têm intensificado a transformação do espaço urbano, o Santos Dumont permanece à margem de requalificações urbanísticas, perpetuando uma segregação socioespacial que é característica das áreas periféricas. A praça Ulysses Guimarães, um dos

principais espaços públicos do bairro, apesar de ser bastante utilizada pela comunidade, encontra-se em condições de evidente deterioração. Equipamentos públicos danificados, como bancos quebrados, playgrounds sem manutenção e uma infraestrutura de iluminação deficiente, revelam o abandono e a falta de cuidado por parte da administração municipal.

A heterogeneidade e as desigualdades sociais, que se alastraram com o desenvolvimento econômico e a urbanização, não são consequência necessária ou inevitável do contexto internacional e das regras de funcionamento do sistema mundial, são "obra interna" das lutas, das estratégias, das coalizões e da forma em que as classes dominantes brasileiras exerceram seu poder e o seu permanente autoritarismo antipopular. Entre elas existiu uma espécie de "pacto conservador", cujas raízes últimas remontam ao Brasil agrário e oligárquico, mas cujas "regras básicas" se mantêm vivas durante a modernização industrial da sociedade brasileira. (FIORI, 2001, p. 275).

O conceito de "gentrificação invisível"⁸¹ também se aplica de maneira sutil ao Santos Dumont. Embora não exista um processo direto de expulsão de moradores de baixa renda por conta da especulação imobiliária e verticalização, como observado em áreas ricas da cidade, a falta de investimentos cria uma situação de estagnação e marginalização. A população do Santos Dumont continua a depender de uma infraestrutura deficiente, com serviços públicos precários e a constante negligência dos agentes governamentais.

⁸¹ O conceito de **gentrificação invisível** é discutido por **Raquel Rolnik**, arquiteta e urbanista brasileira. Em seu trabalho, ela menciona que, diferente da gentrificação tradicional — que envolve a expulsão visível de moradores de baixa renda em áreas urbanas valorizadas —, a gentrificação invisível ocorre de maneira mais sutil, sem deslocamentos massivos. Ela se manifesta por meio da deterioração dos serviços públicos, da precarização do espaço urbano e da diminuição da qualidade de vida, fazendo com que os moradores se sintam pressionados a sair, mesmo que não sejam diretamente removidos.

Figura 54: Maquete 3D da verticalização ao redor da praça Ulysses Guimarães (a partir de dois pavimentos) (700m)



Fonte: Autora, 2024.

A ausência de melhorias significativas e a falta de requalificação dos espaços públicos alimentam um ciclo de exclusão urbana, em que a acessibilidade a serviços, equipamentos de lazer e transporte de qualidade é severamente limitada. Isso aprofunda as desigualdades socioespaciais e reforça a noção de "cidades justapostas", como descrito por Santos (1981), onde diferentes grupos sociais vivenciam uma cidade de maneira desigual, de acordo com sua renda e local de moradia. No caso do Santos Dumont, a urbanização desigual é particularmente visível quando comparada a bairros que experimentam uma intensa verticalização e valorização do solo. O bairro Jardins, por exemplo, beneficia-se diretamente da praça Luciano Barreto Júnior, que não só atrai investimentos imobiliários, mas também transforma a paisagem local, promovendo a construção de condomínios de alto padrão, edifícios residenciais e empreendimentos comerciais.

(...) nessa guerra social [entre burgueses e proletários], as armas de combate são o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção, é óbvio que todos os ônus de tal situação recaem sobre o pobre. (...) Nos "bairros de má fama" habitualmente as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgotos, cheias de charcos fétidos. A ventilação é precária, dada a estrutura irregular dos bairros (...) (ENGELS, 2010, p. 69-70).

Essa dinâmica, conforme discutido por autores como Resende (2011), é parte de um modelo de urbanização que privilegia áreas que já possuem infraestrutura consolidada e que, portanto, oferecem maior potencial de retorno financeiro. A praça Luciano Barreto Júnior atua como um motor de valorização, atraindo investimentos e contribuindo para a verticalização do bairro Jardins, enquanto o Santos Dumont, com a praça Ulysses Guimarães, permanece estagnado, sem receber o mesmo tipo de atenção e investimentos. Para Botelho (2007, p. 82-83)

A ação do Estado não é neutra (...) as áreas da população mais rica e as atividades ligadas ao capital monopolista (produção, comercialização e consumo) são privilegiadas no que diz respeito aos investimentos estatais em infraestrutura e equipamentos de uso coletivo, bem como em relação à legislação urbanística.

Essa disparidade revela uma lógica de planejamento urbano que favorece a especulação imobiliária nas áreas mais valorizadas, enquanto deixa as periferias sem os investimentos necessários para seu desenvolvimento. Como discutido por Cano (1992) e Kandir (1983), essa aproximação entre o capital imobiliário e o Estado cria um cenário de urbanização excludente, onde os interesses econômicos das incorporadoras ditam as prioridades do planejamento urbano. A falta de investimentos no Santos Dumont perpetua a segregação espacial, afastando ainda mais a população de baixa renda dos centros urbanos e dos serviços de qualidade.

Figura 55: Esquema de visualização da verticalização ao redor da Praça Ulysses Guimarães (700m)



Fonte: Autora, 2024.

Além disso, o processo de verticalização, como destacado por Almeida (2005), traz consigo não apenas mudanças na paisagem física, mas também profundas implicações sociais e econômicas. O aumento da densidade populacional e a construção de novas centralidades urbanas nas áreas nobres reconfiguram a cidade, empurrando as populações mais vulneráveis para áreas ainda mais afastadas e precárias. Esse processo gera um ciclo de exclusão, em que os bairros periféricos como Santos Dumont permanecem em uma posição de subdesenvolvimento, sem acesso adequado a serviços básicos, transporte público eficiente e espaços públicos de qualidade.

Portanto, o Santos Dumont ilustra um dos muitos casos em que a urbanização desigual é uma manifestação da exclusão social e espacial que caracteriza grande parte das cidades brasileiras. A praça Ulysses Guimarães,

que deveria funcionar como um espaço de integração e valorização urbana, torna-se, na realidade, um símbolo do abandono e da negligência do poder público, perpetuando um cenário de desigualdade urbana e social.

6. Uso e ocupação do solo e aplicação das entrevistas nas praças Luciano Barreto Júnior e Santos Dumont

Com base nos levantamentos de estudos urbanos realizados no município de Aracaju e nas características demográficas dos bairros Jardins e Santos Dumont, foi possível desenvolver uma análise detalhada do uso e ocupação do solo em um raio de 300 metros no centro das praças Luciano Barreto Júnior (Jardins) e Ulysses Guimarães (Santos Dumont).

O bairro Jardins, com aproximadamente 7.126 habitantes, apresenta uma distribuição populacional onde 46,31% são homens e 53,69% são mulheres. A maior parte da população encontra-se na faixa etária de 15 a 64 anos. Já o bairro Santos Dumont tem uma população estimada em 25.808 habitantes, com uma leve predominância feminina (13.451 mulheres contra 12.357 homens). A maioria dos moradores também se concentra entre 15 e 64 anos (69%), sendo 26% jovens de até 14 anos e 5% idosos com mais de 65 anos. Essa análise do entorno das praças possibilitou uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e espaciais, fundamentais para o acesso e frequência a esses espaços públicos.

Figura 56: Mapa de Uso e Ocupação do Solo em 300m do bairro Jardins com o foco na praça Luciano Barreto Júnior



Fonte: Plano Diretor de Aracaju Autodesk, Google Earth Pro, 2024. Adaptação da autora.

Figura 57: Mapa de Uso e Ocupação do Solo do bairro Santos Dumont em 300m com o foco na praça Ulysses Guimarães



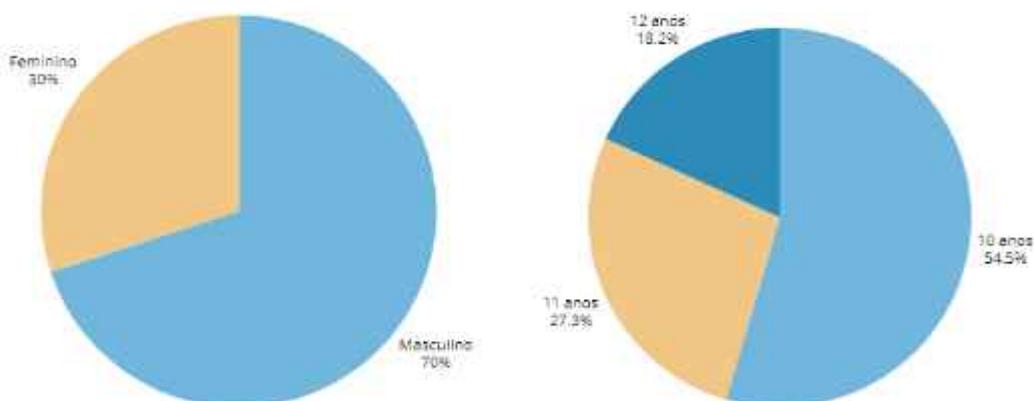
Fonte: Plano Diretor de Aracaju Autodesk, Google Earth Pro, 2024. Adaptação da autora.

Com base na metodologia traçada a partir desse raio de influência, foram definidas 20 entrevistas e questionários a serem aplicados para a coleta de dados sobre como as crianças e suas famílias utilizam esses espaços. O desenho da pesquisa foi cuidadosamente elaborado para captar uma das experiências e perspectivas, assegurando que a amostra representasse a diversidade da população local.

6.1 Para os responsáveis:

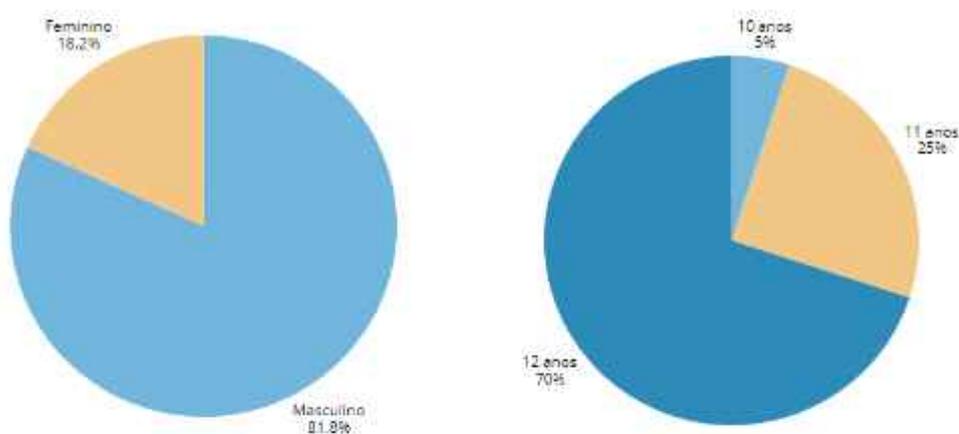
Luciano Barreto Júnior

1. Idade e Sexo da Criança: Qual é a idade e o sexo da criança?



Ulysses Guimarães

1. Idade e Sexo da Criança: Qual é a idade e o sexo da criança?



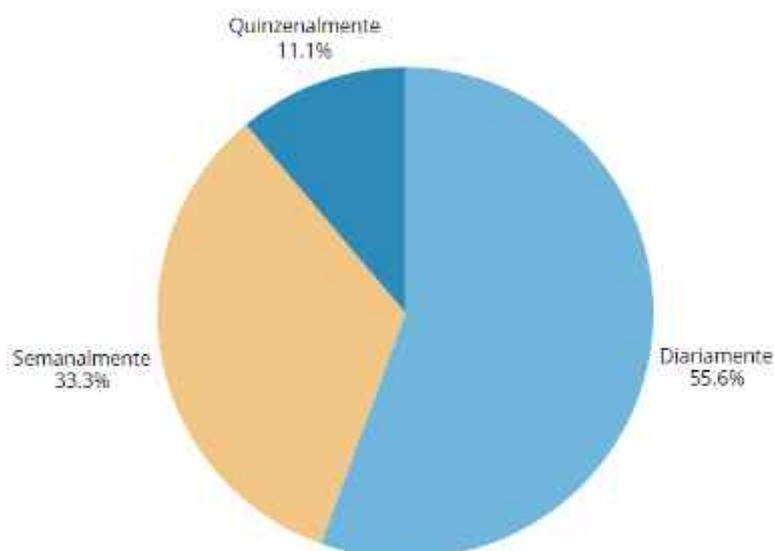
Na Praça Luciano Barreto Júnior, 70% das crianças são meninos, enquanto na Praça Ulysses Guimarães essa porcentagem sobe para 81.8%. Essa diferença acentuada levanta questões sobre como o espaço público é percebido e utilizado por crianças de diferentes gêneros. A predominância masculina pode estar relacionada a um contexto sociocultural onde os meninos

têm maior liberdade para explorar o espaço urbano, enquanto as meninas podem ser desencorajadas a frequentar certos locais devido a preocupações com segurança, ou pela falta de atividades que as atraiam especificamente. Isso sugere a necessidade de políticas e projetos que busquem tornar esses ambientes mais inclusivos e acolhedores para crianças de todos os gêneros, promovendo a igualdade de oportunidades de uso do espaço público.

Em termos de faixa etária, há uma diferença marcante entre as duas praças. Na Praça Luciano Barreto Júnior, a maioria das crianças é mais nova, com 54.5% tendo 10 anos. Já na Praça Ulysses Guimarães, 70% das crianças têm 12 anos. Essa variação pode refletir a percepção de segurança e adequação das atividades oferecidas em cada local. Por exemplo, é possível que a Praça Luciano Barreto Júnior ofereça uma infraestrutura mais voltada para brincadeiras e jogos que atraem crianças mais novas, enquanto a Praça Ulysses Guimarães pode ter características que proporcionem maior autonomia e liberdade para crianças mais velhas, como um maior espaço para circulação ou equipamentos voltados para atividades esportivas.

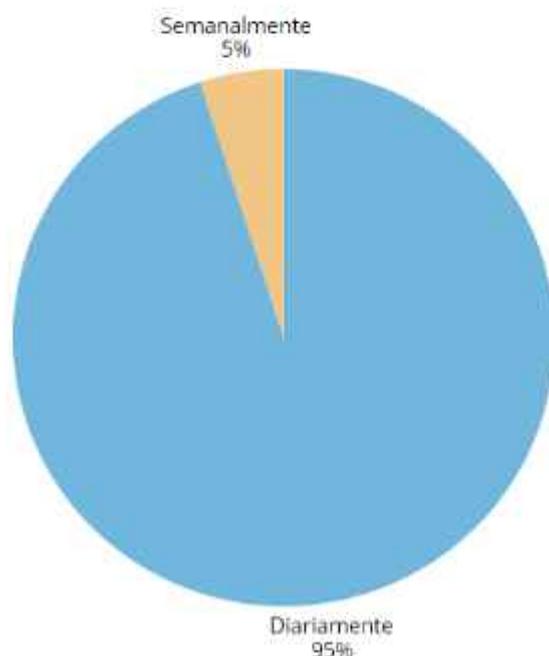
Luciano Barreto Júnior

2. Frequência de Uso da Praça: Com que frequência a criança frequenta a praça?



Ulysses Guimarães

2. Frequência de Uso da Praça: Com que frequência a criança frequenta a praça?

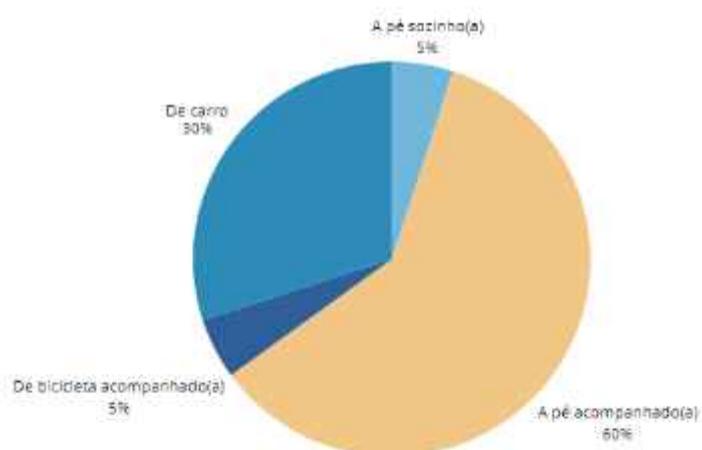


A comparação entre as duas praças indica que ambas possuem uma importância significativa para as crianças, mas de formas diferentes. Na Praça Ulysses Guimarães, o uso diário dominante sugere uma relação de dependência e rotina, possivelmente pela praça ser uma extensão da casa, tendo em vista a baixa infraestrutura nas residências e no lazer estar voltado na ocupação da rua. A alta taxa de visitação diária sugere que esse espaço desempenha um papel central no cotidiano das crianças, servindo tanto como ponto de encontro quanto de recreação.

Por outro lado, a Praça Luciano Barreto Júnior, embora também tenha uma boa frequência diária, mostra uma distribuição um pouco mais diversificada no uso semanal e quinzenal. Isso pode indicar que a praça é utilizada não apenas por moradores próximos, mas também por crianças que vêm de outras áreas para atividades específicas ou nos finais de semana. A presença de um terço de crianças que a frequentam semanalmente sugere que a praça atrai não apenas um público cotidiano, mas também visitantes ocasionais, possivelmente devido a eventos específicos ou atividades esportivas e recreativas.

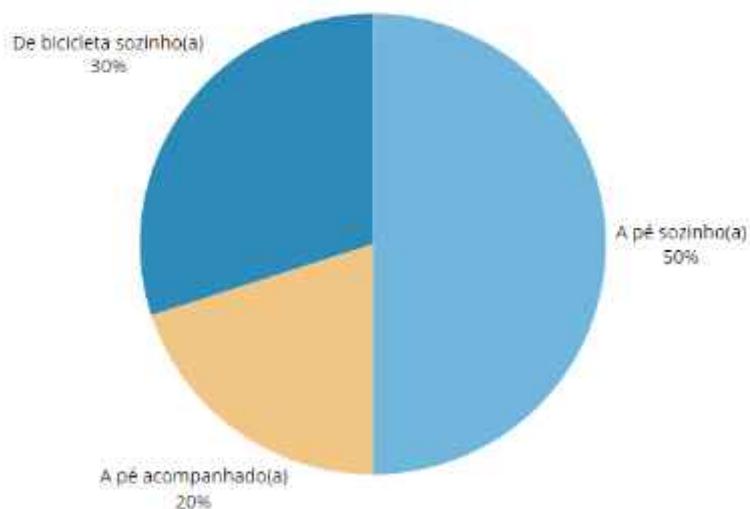
Luciano Barreto Júnior

3. Meios de Deslocamento até a Praça: Como sua criança normalmente se desloca para a praça?



Ulysses Guimarães

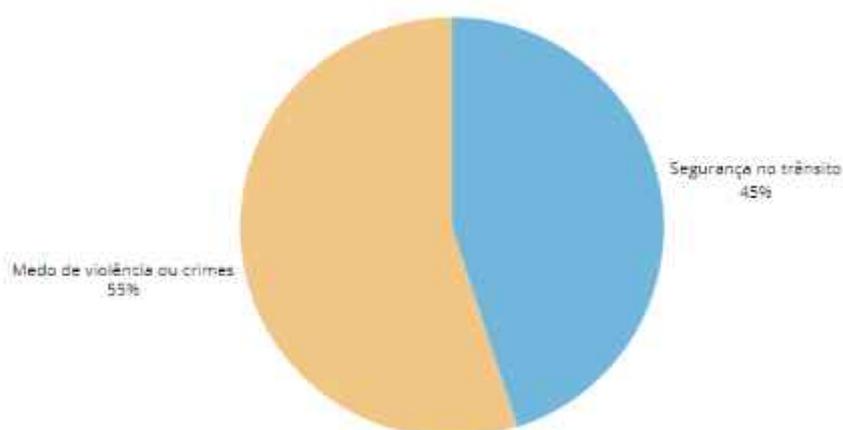
3. Meios de Deslocamento até a Praça: Como sua criança normalmente se desloca para a praça?



As diferenças observadas entre as duas praças são indicativas de realidades distintas em termos de infraestrutura urbana, segurança e cultura local. Na praça Luciano Barreto Júnior, a predominância de crianças acompanhadas a pé e de carros sugere uma percepção de insegurança e dependência para as crianças se locomoverem sozinhas. Por outro lado, na praça Ulysses Guimarães, os dados revelam uma necessidade para o deslocamento sob autonomia infantil, onde as crianças têm a liberdade de se deslocar sozinhas, tanto a pé quanto de bicicleta.

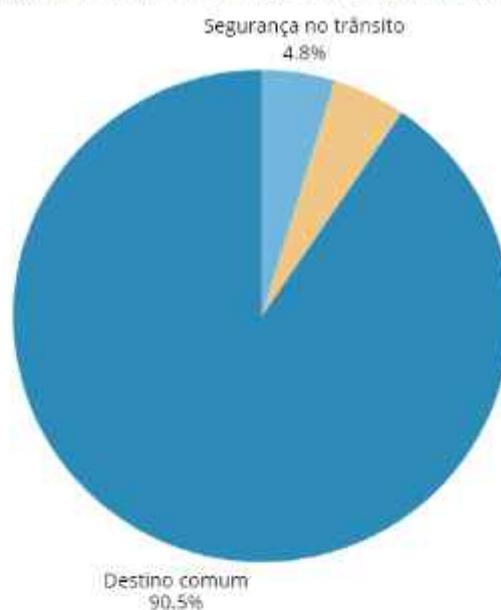
Luciano Barreto Júnior

4. Motivo de Acompanhamento: Se a criança vai acompanhado(a), qual é o motivo principal?



Ulysses Guimarães

4. Motivo de Acompanhamento: Se a criança vai acompanhado(a), qual é o motivo principal?



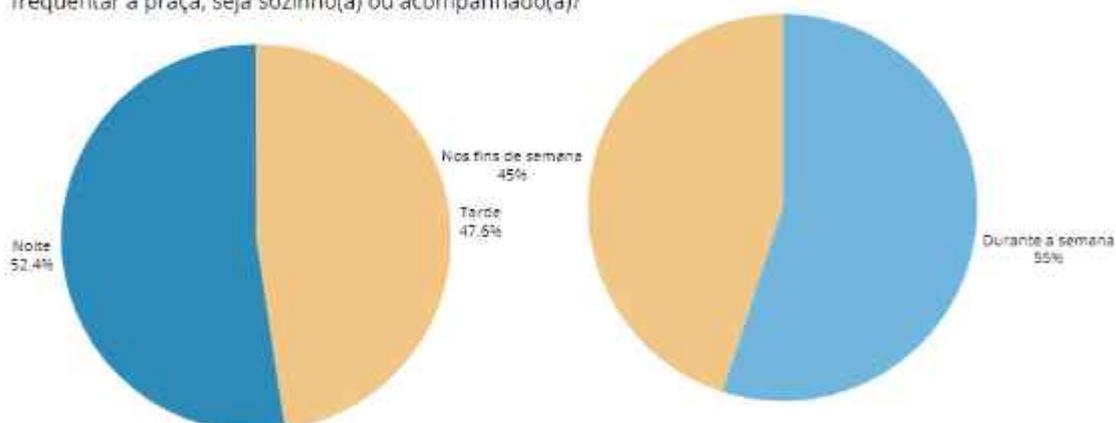
Na Ulysses Guimarães, a principal razão para acompanhar as crianças é o "destino comum" (90,5%), ou seja, as crianças acabam indo juntas com os responsáveis por compartilharem trajetos similares. Esse dado reflete um

contexto em que, apesar das dificuldades de infraestrutura e possíveis perigos, as crianças precisam se deslocar mais cedo e de forma independente, aprendendo a navegar o espaço urbano com mais autonomia.

Por outro lado, na Luciano Barreto Júnior, a principal preocupação é o "medo de violência ou crimes" (55%), o que mostra um ambiente em que, apesar do bairro ser mais seguro, há uma vigilância mais presente e uma preocupação constante. Isso faz com que as crianças sejam mais supervisionadas e menos encorajadas a se deslocarem sozinhas, possivelmente por uma cultura de proteção excessiva e menos necessidade de deslocamento autônomo.

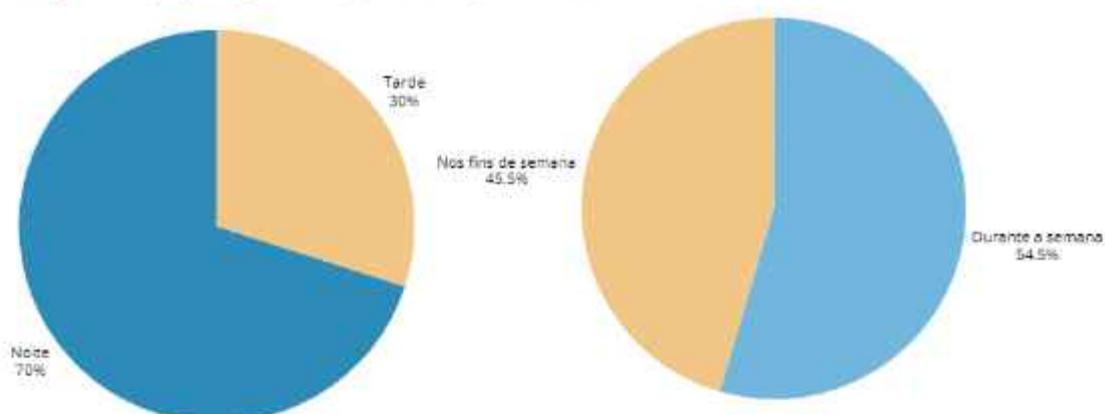
Luciano Barreto Júnior

5. Horários Mais Comuns de Visitas à Praça: Qual o horário e dia mais comuns para seu filho(a) frequentar a praça, seja sozinho(a) ou acompanhado(a)?



Ulysses Guimarães

5. Horários Mais Comuns de Visitas à Praça: Qual o horário e dia mais comuns para seu filho(a) frequentar a praça, seja sozinho(a) ou acompanhado(a)?

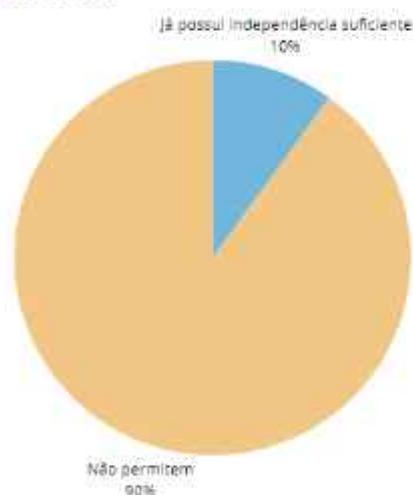


Na Luciano Barreto Júnior, o gráfico mostra que as visitas à praça ocorrem principalmente à noite (52,4%) e durante a semana (55%). Isso sugere que as crianças deste bairro tendem a usar a praça em momentos em que há mais supervisão familiar, o que reflete uma dependência maior dos adultos. Tais informações também sugerem que essas crianças têm menos necessidade de se locomover de forma independente, reforçando a ideia de que a segurança e o controle são prioritários em ambientes de classe média alta.

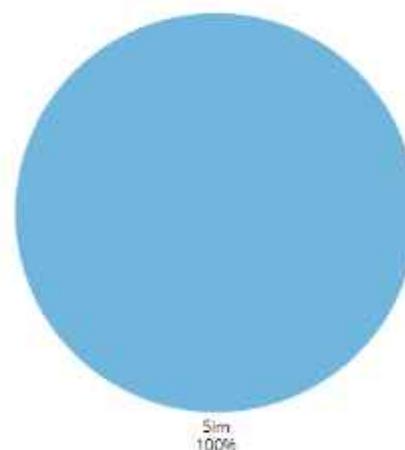
Corroborando, na Praça Ulysses Guimarães, os dados indicam uma maior frequência durante a noite (70%), e também durante a semana (54,5%). Isso pode ser explicado pelo fato de que, em bairros com menos infraestrutura, as crianças têm que lidar com a mobilidade de forma mais autônoma e em horários em que há menos supervisão. Enquanto na Praça Luciano Barreto Júnior os pais das crianças têm a disponibilidade de observá-los à noite durante a semana, por possuírem tempo livre juntos, neste mesmo horário as crianças que frequentam a Praça Ulysses Guimarães se vêm na condição de irem sozinhas - portanto, esta autonomia já lhes é dada - sendo um fator que contribui para a observação do contraponto entre as duas praças. Essa rotina durante a semana reflete a necessidade de se adaptarem às dificuldades urbanas, com as crianças assumindo responsabilidades de deslocamento mais cedo.

Luciano Barreto Júnior

6. Autonomia no Deslocamento: Se seu filho(a) vai sozinho(a) à praça, por que você permite essa autonomia?

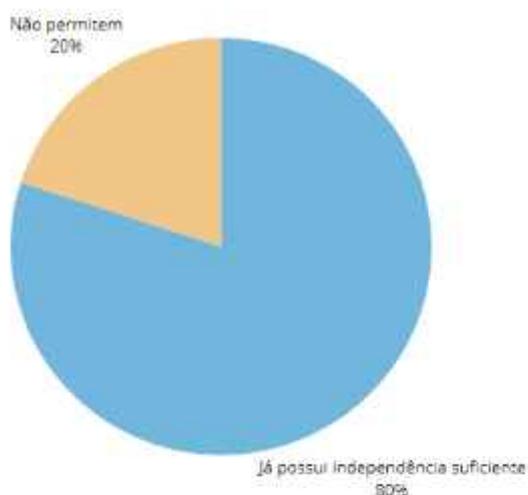


7. Opinião sobre a Praça: Você considera a praça adequada em termos de infraestrutura para seu filho(a)?

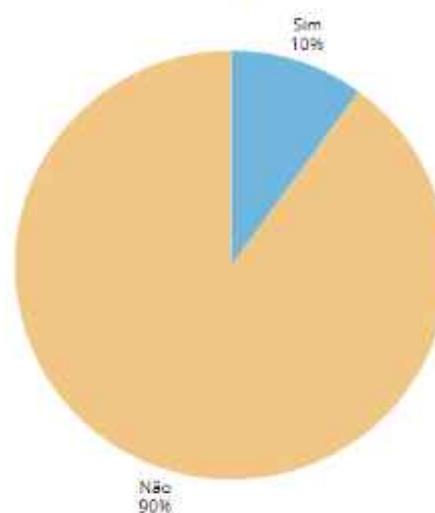


Ulysses Guimarães

6. Autonomia no Deslocamento: Se seu filho(a) vai sozinho(a) à praça, por que você permite essa autonomia?



7. Opinião sobre a Praça: Você considera a praça adequada em termos de infraestrutura para seu filho(a)?



No bairro Luciano Barreto Júnior, 90% dos pais não permitem que seus filhos se desloquem sozinhos para a praça, indicando uma forte dependência da supervisão. Apenas 10% acreditam que seus filhos possuem independência suficiente. Este dado reflete o que já foi observado anteriormente: em áreas de classe média alta, mesmo com boa infraestrutura e baixos índices de criminalidade, há uma cultura de supervisão constante e menor incentivo à

autonomia infantil. A superproteção está muito presente, provavelmente associada ao medo de violência percebido ou a uma cultura de controle, onde as crianças não são incentivadas a explorar sozinhas o espaço urbano.

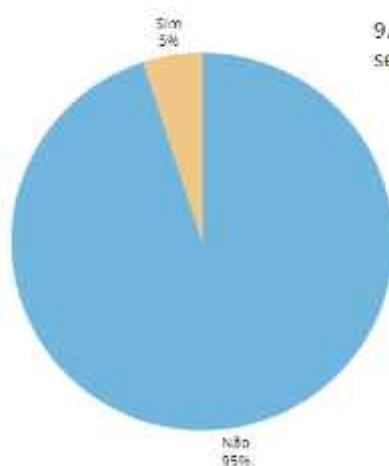
Por outro lado, na Ulysses Guimarães, 80% dos pais permitem que seus filhos se desloquem sozinhos para a praça, reconhecendo que já possuem independência suficiente. Isso reflete um contexto em que a autonomia infantil é uma necessidade, dada a realidade de vida em um bairro com infraestrutura danificada. As crianças neste contexto são obrigadas a aprender a lidar com os desafios urbanos desde cedo, e os pais, por sua vez, precisam confiar que elas têm capacidade para enfrentar esses desafios. Apenas 20% dos pais não permitem que seus filhos frequentem a praça sozinhos.

No quesito infraestrutura, os pais do bairro Luciano Barreto Júnior estão completamente satisfeitos, com 100% afirmando que a praça é adequada. Esse resultado é coerente com a realidade de bairros ricos, onde os espaços públicos geralmente são bem mantidos, seguros e com todas as facilidades necessárias para o lazer infantil. Isso também reforça a ideia de que, mesmo com uma infraestrutura impecável, as crianças ainda são mais dependentes da supervisão.

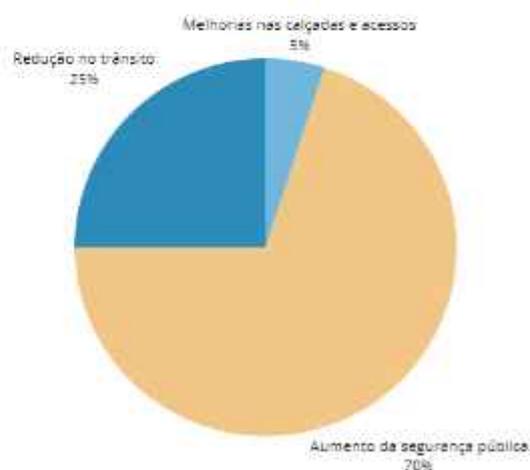
Já no bairro Ulysses Guimarães, a percepção é completamente oposta: 90% dos pais afirmam que a infraestrutura da praça não é adequada para seus filhos. Apenas 10% consideram a praça adequada, o que evidencia o impacto da infraestrutura deficiente nas experiências e no desenvolvimento das crianças. Apesar disso, como mostrado no gráfico anterior, as crianças ainda frequentam a praça, muitas vezes de forma independente, o que sugere uma adaptação à falta de infraestrutura e uma realidade urbana mais complexa, onde as crianças precisam se adaptar às circunstâncias, mesmo que as condições não sejam ideais.

Luciano Barreto Júnior

8. Segurança no Deslocamento: Você acha seguro seu filho(a) se deslocar a pé ou de bicicleta para a praça?

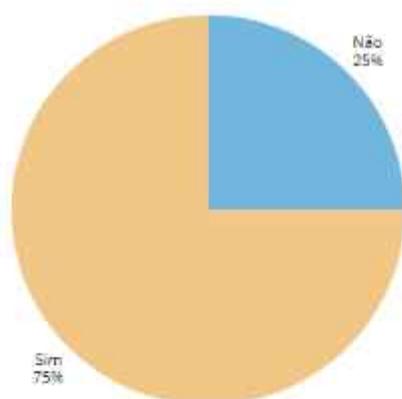


9. Melhorias para Autonomia: O que poderia ser feito para que seu filho(a) pudesse ir à praça sozinho(a) com mais segurança?

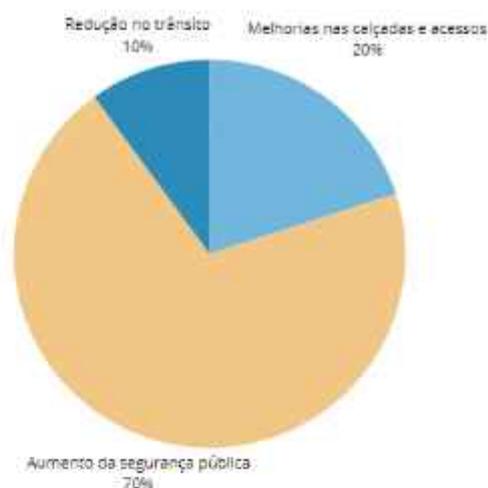


Ulysses Guimarães

8. Segurança no Deslocamento: Você acha seguro seu filho(a) se deslocar a pé ou de bicicleta para a praça?



9. Melhorias para Autonomia: O que poderia ser feito para que seu filho(a) pudesse ir à praça sozinho(a) com mais segurança?

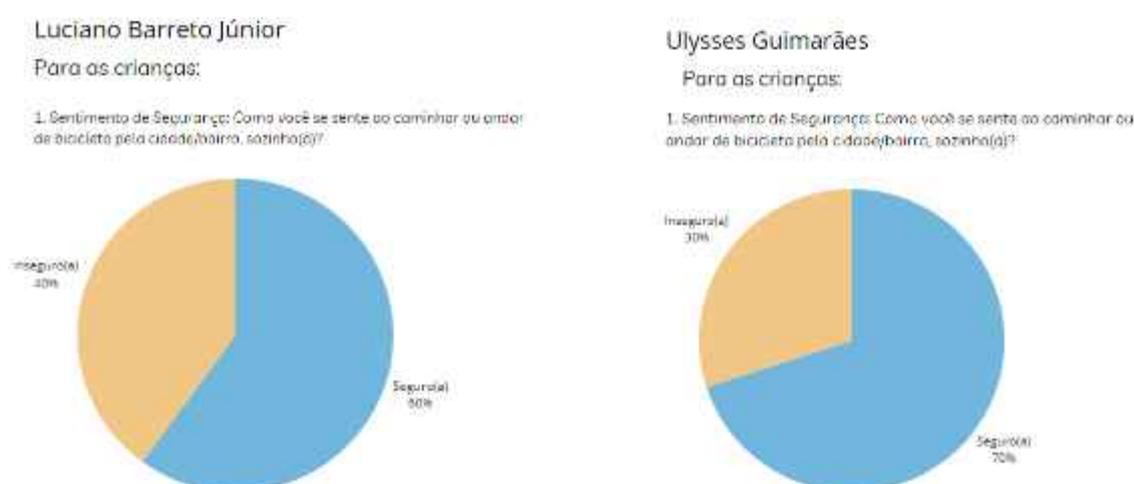


Na Praça Ulysses Guimarães, a maioria das pessoas (75%) acha seguro que seus filhos se desloquem a pé ou de bicicleta, mesmo com a infraestrutura danificada. Esse dado pode ser explicado pela necessidade de independência das crianças nesses ambientes, onde elas começam a se deslocar sozinhas

desde cedo devido à falta de alternativas e de supervisão constante. As famílias, por conta das dificuldades econômicas, acabam incentivando a autonomia desde cedo, e as crianças se adaptam à precariedade da infraestrutura.

Por outro lado, na Praça Luciano Barreto Júnior, apenas 5% dos pais se sentem seguros em relação ao deslocamento dos filhos, demonstrando uma dependência maior de supervisão. As famílias que vivem em bairros de classe média alta, como o Jardins, tendem a manter seus filhos sob constante vigilância e controle, o que pode ser atribuído à percepção de risco e à oferta de alternativas mais seguras, como transporte privado e atividades supervisionadas.

6.2 Para as crianças:



A análise dos dados apresentados no gráfico revela como crianças de diferentes contextos socioeconômicos percebem e ocupam os espaços públicos, refletindo as desigualdades estruturais entre os bairros. Ao comparar as respostas de crianças da Praça Ulysses Guimarães, situada em uma área de classe baixa, com as da Praça Luciano Barreto Júnior, localizada em um bairro de classe média alta, emergem diferenças significativas na sensação de segurança e, possivelmente, no uso cotidiano desses espaços.

Na praça Luciano Barreto Júnior, 60% das crianças afirmam se sentir seguras ao caminhar ou andar de bicicleta sozinhas pelo bairro, enquanto 40%

relatam insegurança. Essa divisão mostra que, embora a maior parte das crianças tenha uma percepção positiva, ainda existe uma parcela significativa que não se sente totalmente à vontade ao circular sozinha. Esse sentimento de insegurança pode estar associado à maior supervisão parental e à sensação de que as crianças devem ser constantemente monitoradas, mesmo em ambientes aparentemente seguros.

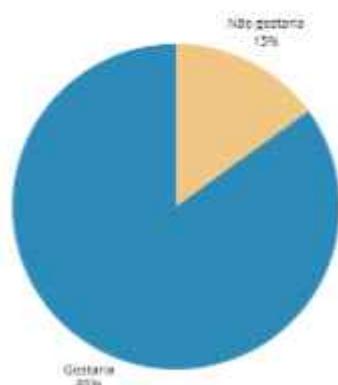
Já na Praça Ulysses Guimarães, localizada em um bairro mais vulnerável economicamente, 70% das crianças afirmam se sentir seguras, enquanto apenas 30% relatam insegurança. Esse dado, à primeira vista contraditório, sugere que, apesar das dificuldades enfrentadas, as crianças desenvolvem uma maior independência e resiliência ao ocuparem espaços públicos desde cedo, seja por necessidade ou por falta de alternativas supervisionadas. No entanto, essa sensação de segurança pode não refletir a realidade objetiva do bairro, mas sim uma adaptação à situação vivida diariamente, em que as crianças se acostumam a circular em áreas com menor infraestrutura e segurança pública.

A discrepância entre esses dois grupos também revela a diferença na forma como a autonomia infantil é percebida e exercida. Nas áreas mais ricas, as crianças têm menos oportunidades de circular sozinhas, pois são mais protegidas, o que pode gerar um senso de insegurança relativo, enquanto nas áreas de classe baixa, essa independência é adquirida mais cedo, devido à necessidade.

Luciano Barreto Júnior

Para as crianças:

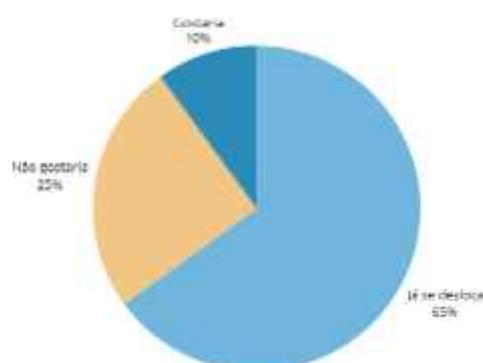
2. Desejo de Deslocamento Independente: Você gostaria de se deslocar sozinho(a) pela cidade ou bairro?



Ulysses Guimarães

Para as crianças:

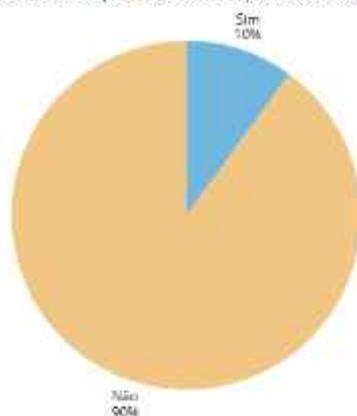
2. Desejo de Deslocamento Independente: Você gostaria de se deslocar sozinho(a) pela cidade ou bairro?



Luciano Barreto Júnior

Para as crianças:

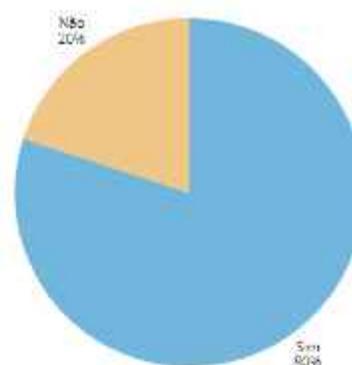
3. Atividades com Amigos: Você costuma se encontrar com amigos em locais públicos sem a supervisão de adultos?



Ulysses Guimarães

Para as crianças:

3. Atividades com Amigos: Você costuma se encontrar com amigos em locais públicos sem a supervisão de adultos?



Na Praça Luciano Barreto Júnior, 85% das crianças expressaram o desejo de se deslocar sozinhas pela cidade ou pelo bairro, o que demonstra uma vontade latente de autonomia. Apesar disso, a realidade para muitas dessas crianças, devido ao ambiente de classe média alta e à cultura de supervisão constante, tende a ser marcada por restrições quanto à liberdade de circular sem a supervisão de adultos. Já na Praça Ulysses Guimarães, a realidade é bastante diferente. Apenas 10% das crianças expressaram o desejo de se deslocar sozinhas, o que pode refletir uma adaptação à rotina, já que 65% delas já circulam de maneira independente. Essa diferença pode

estar associada à necessidade de autonomia em bairros com menor infraestrutura e menos opções de lazer supervisionado. A independência é algo que surge mais cedo para as crianças de classes populares, seja por necessidade ou por hábitos culturais do local.

Quando questionadas sobre a frequência de encontros com amigos em locais públicos sem a supervisão de adultos, as respostas também revelam o contraste entre os dois contextos sociais. Na Praça Luciano Barreto Júnior, 90% das crianças disseram que não costumam se encontrar com amigos sem supervisão. Este dado reflete uma forte cultura de controle e supervisão em bairros de classe média alta, onde os pais geralmente estão mais presentes e vigilantes no cotidiano dos filhos. Por outro lado, na Praça Ulysses Guimarães, 80% das crianças disseram que se encontram com amigos sem a supervisão de adultos. Isso demonstra uma independência maior em bairros de classe baixa, onde as crianças passam mais tempo nas ruas e nos espaços públicos, socializando de forma autônoma, devido, em parte, à menor disponibilidade de recursos para atividades supervisionadas.

Esse levantamento revelou padrões que impactam diretamente a mobilidade autônoma das crianças, além de destacar as diferentes formas de utilização das praças pelos moradores. A Praça Ulysses Guimarães encontra-se com sérios problemas estruturais, o que contribui para a sensação de insegurança entre as crianças que a frequentam. Apesar dessa insegurança, muitas ainda utilizam o espaço sem a companhia de adultos. A praça, por sua vez, é um ponto bastante movimentado da região, atraindo um fluxo constante de pessoas. Embora não haja registros significativos de criminalidade dentro da área da praça em si, a preocupação com a segurança nas imediações é alta, especialmente devido à ocorrência de episódios violentos nos arredores. Ainda assim, a praça continua a ser um local de convívio ativo para crianças dentro da faixa etária investigada no estudo.

Nas entrevistas conduzidas com moradores e frequentadores ao longo da semana, surgiram diferentes relatos sobre o uso do espaço: desde lazer e atividades físicas ao ar livre até a utilização da praça como rota de passagem ou como local de descanso e relaxamento. Em todas as conversas, a violência

foi um tema central, sendo apontada como uma desvantagem significativa. Nos dias da semana, além dos usos já mencionados, foi observada a prática comum de pais e responsáveis levarem seus filhos para passear no local, o que reforçou novamente as preocupações relacionadas à violência e ao tráfico de drogas, temas abordados unanimemente pelos entrevistados.

Apesar das adversidades, a maioria dos moradores expressou uma visão positiva sobre viver nas proximidades da praça, destacando uma série de benefícios, como a conveniência e o acesso ao espaço público. Mesmo com as dificuldades enfrentadas, os aspectos positivos de morar perto da praça parecem superar as desvantagens para muitos dos entrevistados.

Ao longo do caminho até a praça, percebe-se uma grande movimentação de pessoas nas ruas, especialmente à noite. No entanto, a infraestrutura da região está visivelmente deteriorada, o que não apenas compromete a experiência de quem circula pelo local, mas também intensifica a sensação de abandono e insegurança urbana, influenciando a percepção de decadência e contribuindo para o ambiente desfavorável que muitos relatam.

A Praça Luciano Barreto Júnior, situada em um bairro de classe média alta, apresenta um contraste claro em relação à Praça Ulysses Guimarães, tanto na infraestrutura quanto na utilização pelas crianças e seus moradores. Trata-se de um espaço bem cuidado, fruto de uma parceria público-privada, que garante equipamentos modernos, manutenção frequente, boa iluminação e áreas seguras para a prática de esportes e lazer. A praça oferece um ambiente esteticamente agradável, onde a comunidade pode usufruir de uma infraestrutura de qualidade, incluindo áreas verdes preservadas, espaços recreativos, ciclovias e pistas de caminhada, o que faz dela um ponto de encontro atrativo para os moradores.

No entanto, apesar da qualidade e segurança oferecidas pela praça, as crianças que a frequentam demonstram um nível maior de dependência em relação à supervisão adulta. Conforme revelado nos gráficos e na pesquisa com os próprios frequentadores, uma parte significativa das crianças não se desloca sozinha para a praça e depende de adultos para usufruir desse espaço

público. Essa supervisão constante pode estar associada à cultura de maior controle sobre o tempo livre das crianças em bairros de classe média alta, onde a presença de babás, pais e outros responsáveis é comum. A segurança percebida, embora elevada, é complementada por uma vigilância atenta, o que limita o desenvolvimento da autonomia infantil.

A percepção de risco é, muitas vezes, subjetiva e está intimamente ligada à dinâmica social dos bairros mais abastados. Mesmo em um ambiente seguro, com baixo índice de criminalidade, a preocupação com a segurança e o bem-estar das crianças é alta, o que se reflete na restrição à liberdade para que explorem o espaço sem supervisão. Nesse contexto, as crianças de classe média alta têm menos contato com os desafios de mobilidade urbana que outras em bairros de classes populares enfrentam diariamente. Ao contrário das crianças da Praça Ulysses Guimarães, que experimentam uma independência forçada desde cedo, as crianças da Praça Luciano Barreto Júnior são mais protegidas, e a autonomia surge de forma tardia, muitas vezes cercada por regras e limites impostos pelos próprios cuidadores.

Essa dinâmica reflete um paradoxo interessante: enquanto a infraestrutura da praça proporciona um ambiente seguro e convidativo, a forma como esse espaço é utilizado revela uma proteção que restringe o desenvolvimento de habilidades de mobilidade autônoma nas crianças. A relação entre infraestrutura de qualidade e autonomia infantil, portanto, não é direta. Embora o ambiente físico seja favorável, a independência das crianças está mais relacionada às práticas culturais e aos níveis de supervisão familiar do que à qualidade do espaço público em si.

Apesar dessas limitações, a Praça Luciano Barreto Júnior continua sendo um espaço amplamente valorizado pelos moradores. Sua boa iluminação e equipamentos íntegros a tornam um local ideal para atividades físicas, encontros familiares e momentos de lazer. Para muitos, a praça representa um benefício significativo, promovendo uma convivência comunitária positiva e oferecendo um refúgio de qualidade no meio urbano. Mesmo que a autonomia infantil ainda seja limitada, o ambiente seguro e

bem-cuidado garante que a praça continue a ser um local essencial na vida cotidiana das famílias que ali residem.

7. Reestruturação e sugestões para melhoria de infraestrutura urbana

A partir da análise das entrevistas realizadas na Praça Luciano Barreto Júnior e nos arredores, foi possível identificar aspectos fundamentais sobre o uso da praça e o impacto da infraestrutura no desenvolvimento da autonomia infantil. A partir dessas percepções, foi elaborado um plano estratégico de reestruturação e requalificação urbana, visando aprimorar a infraestrutura existente e criar um ambiente que promova o desenvolvimento autônomo das crianças. Esse plano busca, principalmente, integrar melhorias no entorno da praça e ampliar as condições para que as crianças possam se deslocar com maior independência e segurança. Um dos pilares desse projeto é o redesenho urbano das áreas adjacentes, com foco na criação de vias seguras para pedestres e ciclistas, maior acessibilidade, e a inclusão de travessias adequadas e sinalização eficiente para garantir que o espaço ao redor da praça seja tão seguro quanto o interior dela.

A requalificação também abrange melhorias nos acessos, como calçadas ampliadas e bem pavimentadas, iluminação adequada em todo o trajeto até a praça, além da implantação de medidas de moderação de tráfego, como faixas elevadas e áreas de baixa velocidade, para minimizar os riscos de acidentes. Esses elementos têm o objetivo de promover uma maior circulação de crianças sem a necessidade de supervisão constante, incentivando sua mobilidade autônoma pelo bairro e pelo espaço público. Além disso, o plano inclui a instalação de mobiliário urbano que atenda tanto às necessidades das crianças quanto dos adultos, como bancos, áreas de descanso e zonas sombreadas, promovendo um ambiente mais acolhedor e atrativo para diferentes faixas etárias. Também se propõe a criação de espaços de convivência que estimulem interações entre as crianças e atividades de lazer que incentivem o uso livre e autônomo da praça.

Esse quadro de reestruturação e requalificação urbana visa, em última instância, não apenas melhorar a infraestrutura da praça em si, mas criar um ecossistema urbano que apoie o desenvolvimento da autonomia infantil, equilibrando a segurança necessária com a liberdade para que as crianças possam explorar o espaço ao seu redor. Assim, o projeto busca transformar a praça e seu entorno em um local que promova, de maneira integrada, a convivência, o lazer, e o crescimento autônomo das crianças e dos moradores da região.

7.1 Relatório de problemáticas e sugestões

7.2 Tabela 1: Problemas Gerais e Soluções - Ulysses Guimarães

Categoria	Problemas Identificados	Soluções Propostas	Justificativa/Impacto
Problemas de Infraestrutura	Falta de manutenção e investimento na área pública, espaços abandonados.	Investir em requalificação urbana e manutenção constante dos espaços públicos.	Recupera o uso social da praça, oferecendo mais segurança e bem-estar aos moradores.
Baixa Iluminação	Iluminação insuficiente nas ruas e na praça, aumentando a insegurança noturna.	Melhorar a iluminação pública, com lâmpadas LED nas áreas mais escuras.	Aumenta a segurança noturna e reduz a sensação de abandono e insegurança.
Marginalidade	Aumento de atividades ilícitas devido ao abandono e falta de vigilância.	Aumentar a presença de patrulhas e vigilância, além de promover ações comunitárias.	Reduz a criminalidade e promove um ambiente mais seguro para a comunidade.
Equipamentos Públicos Quebrados	Equipamentos de lazer, como bancos e brinquedos, estão	Restaurar ou substituir os equipamentos danificados,	Melhora a qualidade de vida ao proporcionar espaços de lazer seguros e funcionais.

	danificados ou inutilizáveis.	priorizando áreas de lazer.	
Calçadas Danificadas	Calçadas quebradas e irregulares dificultam a mobilidade dos pedestres.	Reparar e requalificar as calçadas, garantindo acessibilidade para todas as pessoas.	Facilita a circulação de pedestres, especialmente de idosos e pessoas com deficiência.
Quadra Esportiva Danificada	A quadra esportiva está sem manutenção, limitando seu uso.	Realizar a manutenção da quadra esportiva e instalar cercados alambrados.	Oferece um espaço esportivo adequado para jovens e moradores, incentivando o esporte.
Asfalto Danificado	Asfalto ao redor da praça em mau estado, com buracos e rachaduras.	Recuperar o asfalto ao redor da praça, garantindo vias mais seguras.	Melhora a segurança viária, reduzindo acidentes e promovendo a mobilidade urbana.
Condições de Travessia Ruins	Travessias ruins entre vias e calçadas. Falta de faixas de pedestres, dificultando o acesso seguro.	Implementar faixas de pedestres e restaurar travessias nas áreas ao redor da praça.	Aumenta a segurança dos pedestres, reduzindo o risco de acidentes.
Acessos à Praça Obstruídos por Carros	Carros estacionados bloqueiam os acessos à praça, dificultando a entrada e saída de pedestres, especialmente crianças.	Reorganizar o estacionamento, garantindo que não bloqueie os acessos e criar recuos para pedestres.	Melhora o fluxo de pedestres e a segurança dos frequentadores.

7.3 Tabela 2: Infraestrutura de Trânsito e Mobilidade - Luciano Barreto Júnior

Categoria	Problemas Identificados	Soluções Propostas	Justificativa/Impacto
Condições de Travessia	Avenida Jorge Amado é uma via movimentada e perigosa, dificultando a travessia de pedestres, especialmente crianças. - Falta de semáforos e travessias seguras.	Instalação de faixas de pedestres elevadas nas interseções com a Avenida Jorge Amado. - Semáforos com temporizador para pedestres em pontos estratégicos.	As faixas elevadas desaceleram o tráfego, facilitando a visibilidade e segurança dos pedestres. - Semáforos temporizados organizam o fluxo de veículos e pedestres.
Sinalização Educativa	Motoristas não respeitam sempre os limites de velocidade e não estão cientes da presença frequente de pedestres, especialmente crianças.	Colocar sinalização educativa, como placas e faixas alertando sobre a presença de crianças e pedestres. - Instalar lombadas nas ruas adjacentes para reduzir velocidade.	Aumenta a conscientização dos motoristas, promovendo uma cultura de respeito e segurança no trânsito local.
Ciclovias e Mobilidade Sustentável	Falta de ciclovias na Avenida Jorge Amado e no entorno da praça, o que desincentiva o uso de bicicletas.	Criar ciclofaixas ao longo da Avenida Jorge Amado e conectá-la à praça, incentivando a mobilidade sustentável e segurança dos ciclistas.	Promover o uso de bicicletas diminui o fluxo de veículos, melhora a saúde pública e contribui para um ambiente mais sustentável.

Estreitamento de Vias	Vias largas próximas à praça incentivam a alta velocidade de veículos, aumentando o risco para pedestres.	Estreitar as faixas de rolamento nas vias ao redor da praça, liberando espaço para calçadas mais largas e ciclovias. - Implantar áreas verdes adicionais.	O estreitamento das vias reduz a velocidade dos veículos, melhora a segurança dos pedestres e humaniza o espaço urbano.
-----------------------	---	--	---

Com base nas informações das tabelas e nos esquemas apresentados, foi desenvolvido um estudo voltado para o estreitamento das vias ao redor das praças Luciano Barreto Júnior e Ulysses Guimarães. Coincidentemente, ambas as duas praças possuem vias principais no entorno — Avenida Jorge Amado e Rua General Prado — que possuem mais de 15 metros de largura, o que favorece a alta velocidade dos veículos e prejudica a segurança dos pedestres e ciclistas.

7.4 Largura das vias do entorno das praças Luciano Barreto Júnior e Ulysses Guimarães

Os esquemas apresentados ilustram diferentes estratégias para a reorganização do espaço viário, com o propósito de tornar o ambiente mais seguro e acessível para pedestres e ciclistas. A primeira estratégia consiste na redução da largura das pistas de rolamento, onde o espaço destinado aos veículos seria diminuído. Essa medida visa evitar altas velocidades, promovendo um tráfego mais calmo e seguro, especialmente em áreas próximas às praças.

Além disso, está prevista a criação de faixas para pedestres e ciclovias nos pontos de maior circulação, como nas interseções e ao redor das praças. A implementação dessas ciclofaixas e travessias elevadas garantirá uma mobilidade mais segura e acessível, incentivando o uso de bicicletas e aumentando a segurança dos pedestres. Por fim, com o estreitamento das vias, o espaço liberado será aproveitado para requalificar calçadas, ampliar

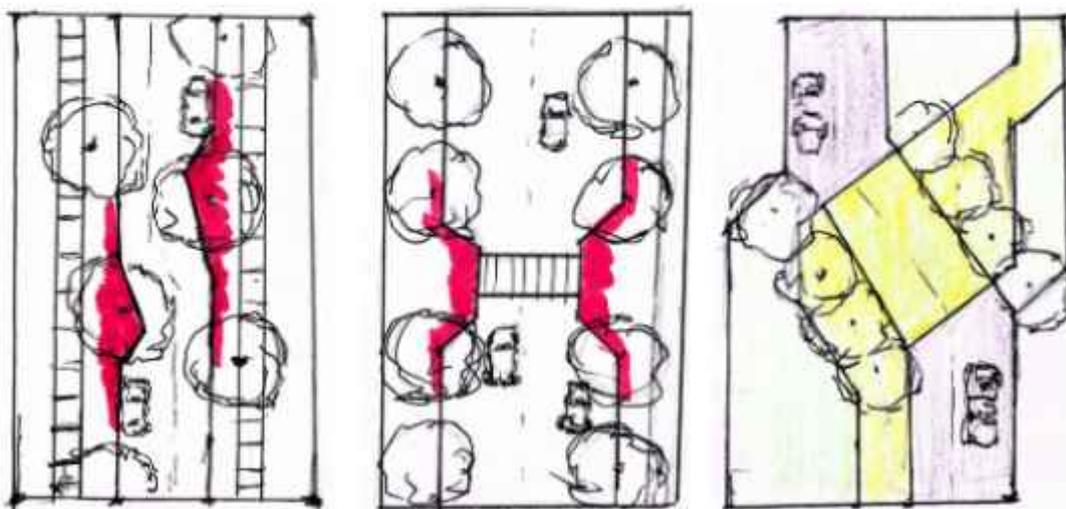
áreas verdes e criar zonas de convivência pública. Essas intervenções buscam não apenas melhorar a acessibilidade para pedestres, mas também incentivar o convívio comunitário, promover um ambiente mais acolhedor e humanizar o espaço urbano, alinhando-se aos princípios de mobilidade sustentável.

Figura 58 e 59: Av. Jorge Amado, Jardins e Rua General Prado, Santos Dumont



Fonte: Google Earth Pro, 2024. Adaptação da autora.

Figura 60: Croqui esquemático para propor a diminuição da largura das vias da Av. Jorge Amado no bairro Jardins, e da Rua General Prado, no Santos Dumont



Fonte: Autora, 2024.

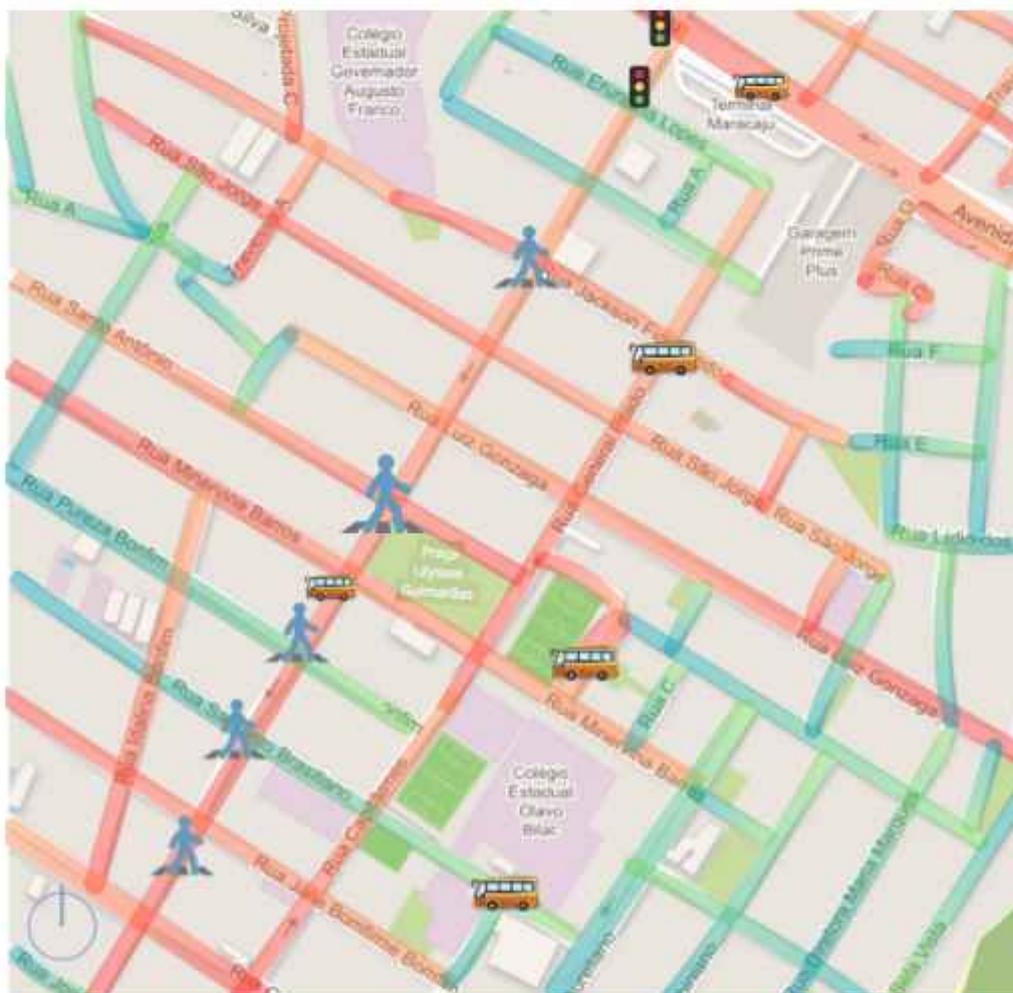
A partir da análise dos problemas de infraestrutura e mobilidade urbana na região, constatou-se que as lacunas existentes não afetam apenas a qualidade de vida geral dos moradores, mas também comprometem a segurança e autonomia das crianças em seus deslocamentos cotidianos. Embora desafios estruturais como vias amplas e mal sinalizadas, calçadas irregulares e ausência de ciclovias estejam presentes, é essencial reconhecer que o direito de ir e vir das crianças deve ser assegurado. Garantir um ambiente urbano seguro não é apenas uma questão de facilitar o trânsito ou melhorar a paisagem pública, mas um passo fundamental para promover a cidadania desde a infância, incentivando o uso consciente e independente dos espaços urbanos por todas as faixas etárias.

Nesse contexto, foi desenvolvido um mapeamento detalhado das proximidades do bairro, identificando em **vermelho** os pontos críticos que podem representar riscos para crianças e outros pedestres vulneráveis, em **verde** as vias mais seguras. O levantamento considerou tanto a periculosidade das vias — incluindo fatores como a ausência de faixas de pedestre, semáforos

ou sinalização adequada — quanto a existência de rotas alternativas mais seguras, que podem ser priorizadas para deslocamentos escolares ou atividades recreativas. A proposta vai além da simples identificação de problemas: trata-se de construir um entendimento coletivo do espaço urbano, reconhecendo as oportunidades para requalificação dos trajetos.

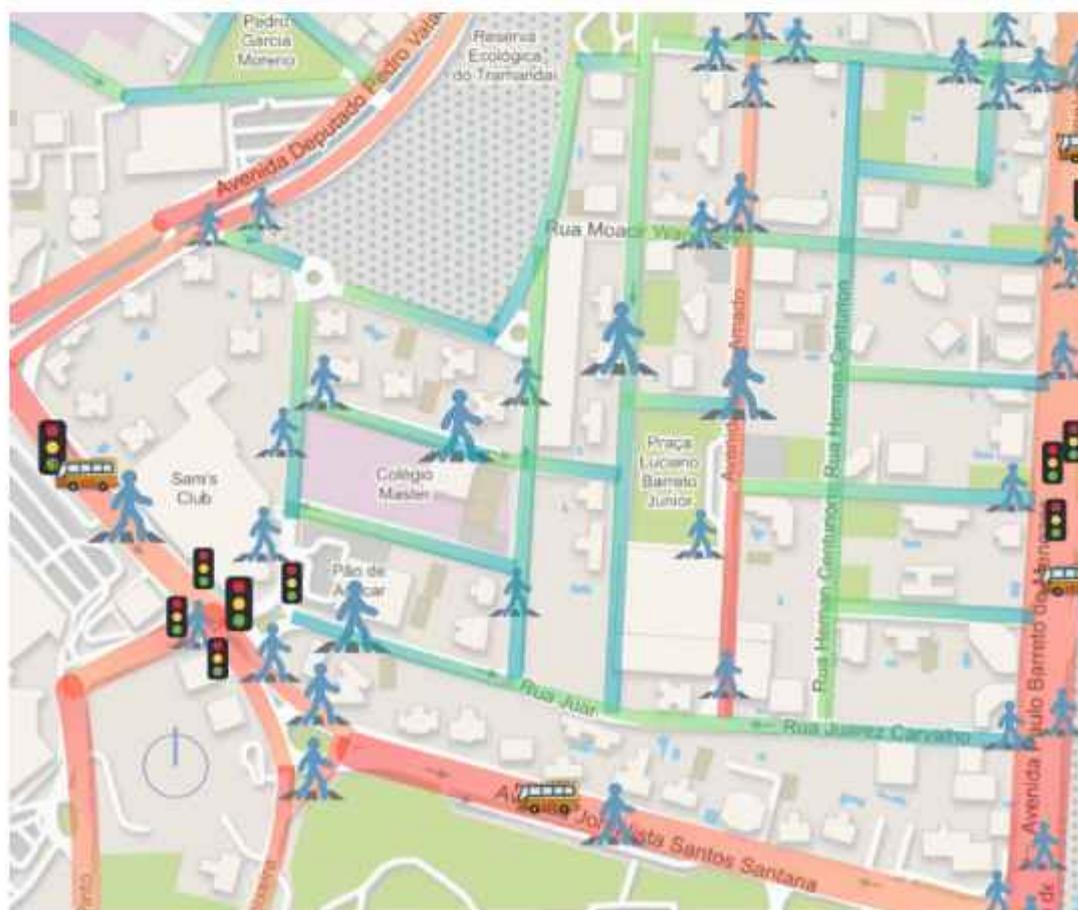
Além de identificar os riscos, o mapeamento integra a localização de faixas de pedestre, pontos de ônibus e semáforos para avaliar a efetividade da infraestrutura existente e orientar intervenções futuras. A presença (ou ausência) desses elementos revela onde a infraestrutura de mobilidade atende — ou falha em atender — as necessidades das crianças e de outros pedestres. Com essas informações em mãos, torna-se possível priorizar melhorias estratégicas, como a instalação de novos dispositivos de segurança, a criação de travessias elevadas e a inclusão de sinalização educativa para motoristas.

Figura 61: Mapa de caminhabilidade - identificação de riscos, sinalização e faixa de pedestre nas vias do entorno da Praça Ulysses Guimarães, bairro Santos Dumont. 680m;



Fonte: Google Maps, 2024. Adaptação da autora.

Figura 62: Mapa de caminhabilidade - identificação de riscos, sinalização e faixa de pedestre nas vias do entorno da Praça Luciano Barreto Junior, bairro Jardins. 850m;



Fonte: Google Maps, 2024. Adaptação da autora.

As vias que circundam a Praça Ulysses Guimarães, localizada no bairro Santos Dumont, revelam um panorama preocupante em termos de segurança viária e infraestrutura urbana. A ausência de faixas de pedestres e a falta de sinalização adequada transformam o trânsito local em um espaço hostil para quem se desloca a pé, especialmente crianças e outros pedestres vulneráveis. A carência desses dispositivos básicos não apenas compromete a mobilidade urbana, mas também cria um ambiente urbano excludente e insensível às necessidades da população mais vulnerável.

Mesmo diante dessa realidade, muitas crianças são obrigadas a percorrer essas rotas diariamente, seja para ir à escola, acessar espaços de lazer ou realizar atividades essenciais. A precariedade da infraestrutura urbana se revela em contraste direto com a inevitabilidade desses deslocamentos. Desde a primeira infância, as crianças da região se deparam com um espaço público inadequado e inseguro, que, em vez de protegê-las, as expõe a riscos constantes. A ausência de alternativas seguras, como calçadas em boas condições e travessias elevadas, amplia a vulnerabilidade das crianças, colocando em xeque seu direito à mobilidade e à segurança no ambiente urbano.

Por outro lado, ao comparar o entorno da Praça Luciano Barreto Júnior, no bairro Jardins, com a área ao redor da Praça Ulysses Guimarães, evidencia-se uma disparidade estrutural significativa. No bairro Jardins, as vias são regularmente asfaltadas, as calçadas encontram-se bem conservadas, e há faixas de pedestres demarcadas e sinalização de trânsito eficiente. Além disso, a manutenção contínua da infraestrutura e a presença de fiscalização garantem que motoristas respeitem as leis de trânsito, o que contribui para um ambiente urbano mais seguro e amigável. Esse cuidado reflete um espaço público melhor planejado, que incentiva a circulação de pedestres e promove o convívio social em condições adequadas de segurança.

A comparação entre essas duas realidades destaca a urgência de intervenções urbanas no entorno da Praça Ulysses Guimarães. A falta de infraestrutura básica, como sinalização e faixas de pedestres, não pode ser tratada como uma simples falha administrativa, mas como um obstáculo que inviabiliza a vivência plena do espaço urbano por parte das crianças e demais pedestres. A implementação de melhorias, como travessias elevadas, requalificação das calçadas e reforço na sinalização, é essencial para transformar as vias da região em locais seguros e acessíveis para todos. Essas ações, além de reduzirem a sensação de insegurança, promovem o uso do espaço público como um lugar de convivência e cidadania, onde as

pessoas, independentemente de idade, possam transitar com liberdade e tranquilidade.

8. Conclusão

Este trabalho destaca a importância de reconsiderar o papel das crianças no contexto urbano contemporâneo e a necessidade urgente de reimaginar as cidades como espaços inclusivos, que acolham e fomentem a presença infantil nos ambientes públicos. A partir das análises realizadas, compreende-se que a exclusão das crianças dos espaços públicos é um fenômeno multifacetado e preocupante, marcado por tendências de funcionalização, especialização e segregação espacial (Lefebvre, 1974; Lima, 1989). Tais práticas, embora frequentemente justificadas sob a premissa de segurança e organização, têm contribuído para a diminuição de oportunidades de interação e apropriação criativa do espaço pelas crianças, limitando, portanto, seu desenvolvimento integral.

O conceito de "cidade para as crianças" proposto por Francesco Tonucci (1996) e as contribuições de Jane Jacobs (1961) sobre a necessidade de espaços seguros ressaltam que a presença de crianças em áreas urbanas é essencial não apenas para o seu bem-estar, mas também para a vitalidade das cidades. As praças I e II do bairro Santa Maria, Ulysses Guimarães do bairro Santos Dumont e Luciano Barreto Júnior no bairro Jardins, analisadas neste estudo, revelam como a estruturação independente da classe social, ocasiona a exclusão parcial das crianças do espaço urbano e se apresenta como uma consequência direta da falta de planejamento público que privilegie a autonomia infantil. A ausência de políticas e infraestruturas que promovam trajetos e ambientes seguros, acessíveis e estimulantes resulta na limitação das oportunidades para que as crianças explorem e se apropriem dos espaços públicos. Esta carência de planejamento urbano inclusivo reflete uma visão mercadológica que negligencia as necessidades e os direitos das crianças, reforçando uma lógica de segregação.

A dificuldade de mobilidade autônoma, essencial para o desenvolvimento da independência e senso de pertencimento, é agravada pela

ausência de elementos como calçadas adequadas, sinalização, iluminação e travessias seguras, que permitiriam às crianças se deslocarem de forma livre e segura pela cidade. Esse quadro se intensifica pela falta de um planejamento participativo que considere as crianças como sujeitos plenos de direitos, capazes de contribuir para a definição dos espaços que habitam. Conforme enfatizado por teóricos como Francesco Tonucci (1996), é essencial que as cidades sejam planejadas a partir da perspectiva infantil, incorporando as vozes das crianças - como observado na entrevista com as irmãs Luiza e Nina sobre a cidade de Ludwigsburg -, para que o processo de desenvolvimento urbano construa um ambiente que atenda às necessidades.

Lefebvre (1974) argumenta que a apropriação do espaço urbano deve ser um direito de todos os cidadãos, e as crianças, como parte fundamental da sociedade, não podem ser excluídas dessa dinâmica. A segregação dos espaços infantis reflete uma forma de controle e padronização, conforme apontado por Lima (1989), que observa como a urbanização de áreas periféricas e a transformação das escolas em territórios isolados simbolizam uma sociedade que falha em reconhecer o valor integral das crianças como agentes sociais e cidadãos plenos.

A pesquisa também destaca como a cidade pode ser um espaço educacional, que contribui para o desenvolvimento da autonomia, da inteligência sensorial e das habilidades sociais das crianças (Tonucci, 1996). Quando as crianças são incluídas no processo de planejamento urbano, seus modos de perceber e interagir com o espaço oferecem subsídios para a construção de ambientes mais diversos e acolhedores. Isso se alinha ao conceito de "direito à cidade" de Henri Lefebvre, que defende a criação de espaços urbanos que promovam a inclusão, permitindo que todas as pessoas, independente de idade ou condição social, possam coexistir e interagir.

Dessa forma, o planejamento urbano deve adotar uma perspectiva que priorize a criação de espaços públicos que sejam seguros, acessíveis e flexíveis, capazes de atender às necessidades diversificadas das crianças. Mais do que projetar parques infantis e zonas recreativas especializadas, é necessário reestruturar a cidade de forma a integrar as crianças no tecido

urbano, reconhecendo-as como parte vital da comunidade. A inclusão das crianças no espaço público deve ser vista como uma política central para a construção de cidades mais democráticas e solidárias, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) e a Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas.

Assim, este estudo contribui para o campo de pesquisa ao reforçar a importância de um planejamento urbano que considere a cidade como um espaço de diversidade e coesão social, onde as crianças possam explorar, aprender e crescer. Ao mapear as condições das praças em Aracaju e propor diretrizes para uma infraestrutura urbana mais inclusiva, este trabalho espera inspirar políticas públicas que promovam uma nova visão de cidade — uma cidade que seja viva, acessível e que acolha a infância em toda a sua pluralidade. Assim, construir cidades mais inclusivas não é apenas uma questão de *design* urbano, mas uma ação política e social que define o futuro da convivência urbana e da cidadania.

A análise das duas praças em Aracaju, evidencia as profundas disparidades socioeconômicas que impactam a ocupação e o uso do espaço público por crianças e suas famílias. O levantamento das entrevistas com pais e crianças, aliado ao mapeamento da mobilidade urbana, revelou como as condições de infraestrutura e a percepção de segurança variam entre essas duas realidades.

A educação viária na infância é um elemento crucial para garantir a segurança das crianças no trânsito, mas é necessário ir além de abordagens convencionais que se concentram apenas em regras e sinais - deve-se oferecer caminhos para que elas mesmas percorram e seja permitida a autonomia com segurança. A crescente motorização nas cidades e a estrutura inadequada para a mobilidade ativa afetam profundamente a autonomia infantil e a ocupação dos espaços urbanos, especialmente em contextos como o de Aracaju, Sergipe, onde as desigualdades urbanas são evidentes através da análise da infraestrutura urbana e do quantitativo das respostas das entrevistas feitas nas praças.

Nos bairros de classe média alta, como o Jardins, a Praça Luciano Barreto Júnior tem uma boa infraestrutura, com calçadas bem cuidadas e áreas de lazer planejadas, atraindo investimentos imobiliários. No entanto, paradoxalmente, as crianças dessa área tendem a ser mais dependentes e a ocupar menos o espaço público de forma autônoma. São frequentemente acompanhadas por adultos, o que reflete uma preocupação exagerada com a segurança, mesmo em locais que possuem melhores condições físicas e urbanas. Essa especulação imobiliária - refletida na verticalização do espaço urbano, aliada ao controle social mais rigoroso -, restringe a liberdade das crianças para brincar e explorar o ambiente.

Por outro lado, em bairros mais marginalizados, como o Santos Dumont, onde se localiza a Praça Ulysses Guimarães, a realidade é outra. A infraestrutura é precária, com equipamentos públicos danificados, falta de manutenção e pouca ou nenhuma atenção por parte do poder público. Mesmo assim, as crianças desse bairro tendem a ocupar mais esses espaços sem a presença constante de adultos, muitas vezes sozinhas ou em grupos, mesmo que a criminalidade seja uma realidade. Isso reflete a necessidade de usar o espaço público como forma de lazer, interação e exploração, apesar das adversidades, algo que Milton Santos e Raquel Rolnik destacam ao discutir a exclusão espacial e a segregação urbana nas cidades brasileiras.

Milton Santos argumenta que a estrutura das cidades reforça a desigualdade social e limita o acesso aos espaços de lazer e mobilidade para as populações periféricas. A precariedade da infraestrutura em áreas como o Santos Dumont revela a diferença no modo como os direitos à cidade e ao espaço público são distribuídos. As crianças nesses contextos se adaptam à realidade do abandono, utilizando as praças como extensão de suas casas, explorando as áreas de forma mais livre, porém desprotegidas pelas políticas públicas e, muitas vezes, pelas próprias famílias, que enfrentam o desafio de equilibrar segurança e liberdade.

Nesse contexto, a educação viária não pode se limitar ao ensino das regras de trânsito, mas deve ser moldada por uma compreensão mais ampla

das formas de deslocamento infantis e dos riscos associados. Os dados oferecidos pelo DETRAN indicam que os acidentes mais comuns nessa faixa etária envolvem crianças como pedestres, ciclistas ou passageiros, reforçando a importância de promover intervenções que garantam a segurança no ambiente público e não apenas o conhecimento das regras de trânsito. As crianças precisam ter o direito de explorar seu ambiente e se deslocar de maneira autônoma, o que é crucial para seu desenvolvimento. No entanto, os riscos do trânsito frequentemente constituem uma barreira para essas oportunidades de exploração. Portanto, esse estudo também propôs diretrizes de requalificação urbana, conforme ilustrado nos quadros apresentados, que visam transformar o espaço público em ambientes mais acolhedores e seguros para as pessoas e conseqüentemente para circulação infantil. Entre as estratégias sugeridas, destaca-se a possibilidade de formas de estreitar as vias mais inseguras, por meio da inserção de canteiros, faixas elevadas e outros elementos de *design* urbano que priorizem o pedestre. Essas intervenções não apenas reduzem a velocidade dos veículos, mas também tornam o espaço urbano mais acessível e integrado, favorecendo a caminhabilidade e incentivando a mobilidade autônoma das crianças.

Ermínia Maricato, ao discutir a urbanização periférica no Brasil, ressalta como a ausência de investimentos em áreas de vulnerabilidade social cria um cenário de abandono que impacta diretamente o uso do espaço público. As praças em bairros periféricos são frequentemente negligenciadas, o que reforça a exclusão e a falta de acesso a serviços essenciais. No caso do Santos Dumont, a falta de manutenção da Praça Ulysses Guimarães é um reflexo desse abandono, onde a infraestrutura deficiente não apenas prejudica a segurança, mas também limita o brincar e a socialização das crianças. Isso contrasta com áreas mais abastadas, onde, mesmo com boa infraestrutura, a superproteção cria barreiras invisíveis que limitam a mobilidade e a autonomia.

Jane Jacobs, em sua obra *Morte e Vida de Grandes Cidades*, discute como os espaços públicos, especialmente as praças e ruas, devem ser vivos e ocupados para garantir sua segurança e vitalidade. No entanto, ela alerta que a ocupação desses espaços é desigual, e áreas marginalizadas, como os bairros

periféricos de Aracaju, acabam sendo subutilizadas ou mal geridas, o que agrava a sensação de insegurança. No entanto, em contraste, mesmo com a degradação, as crianças do Santos Dumont continuam ocupando a praça, transformando-a em um espaço de resistência e socialização, enquanto nas áreas mais ricas, como o Jardins, a ocupação é limitada pela superproteção e pelo controle familiar.

Para que essa exploração do ambiente urbano ocorra de forma segura, é fundamental que o Estado garanta ambientes urbanos apropriados para o uso multimodal e fiscalize o cumprimento das regras de trânsito. A infraestrutura urbana desempenha um papel essencial na garantia da mobilidade infantil, mas ela deve ser acompanhada de políticas que incentivem a autonomia das crianças, oferecendo-lhes oportunidades de exploração e desenvolvimento em ambientes seguros. Essa diferença na forma como as crianças ocupam os espaços urbanos em Aracaju demonstra uma divisão clara entre o modo de vida nas áreas ricas e nas áreas pobres. As crianças do Santos Dumont são obrigadas a se adaptar à falta de infraestrutura, utilizando a praça de maneira mais independente, o que reflete um senso de autonomia forçada pelas circunstâncias. Já as crianças do Jardins, com acesso a uma infraestrutura superior, têm sua mobilidade e exploração mais restringida por uma vigilância constante, o que reflete um padrão social em que o brincar é moldado pelo medo e pela necessidade de controle.

A ocupação das praças, portanto, não pode ser vista de forma homogênea. As condições estruturais e sociais afetam diretamente como as crianças experimentam o espaço urbano. No Santos Dumont, a praça é um local de liberdade, mas também de risco, enquanto no Jardins, ela é um local seguro, mas altamente controlado. Essas diferenças evidenciam a necessidade de políticas públicas que levem em consideração as desigualdades no acesso e na qualidade dos espaços urbanos, promovendo um ambiente que permita que todas as crianças, independentemente de sua classe social, possam explorar, aprender e brincar com segurança e autonomia.



Fonte: Frato (Francesco Tonucci), 1986.

9. Referências

AZEVEDO, Gisele Arteiro Nielsen. **Diálogos entre Arquitetura, Cidade e Infância: Territórios Educativos em Ação**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015;

BARROS, R. G. G. de. **Infâncias urbanas e experiências de cidadania a partir do espaço público**. 2023. 227 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000;

BETTELHEIM, B. **O Mundo Encantado: Uso, Importância e Significados - Psicanálise dos Contos de Fadas**. 19. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2006;

BRASIL. (1990). **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990;

BUITONI, Cássia Schroeder. **Mayumi Watanabe Souza Lima: a construção do espaço para a educação**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009;

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000;

DE BARROS, Robertha Georgya Galdino; MENDES, Gicélia. **Criança e cidade: possibilidades de cidadania infantil por meio do espaço público**. Observatório de la Economía Latinoamericana, v. 21, n. 9, p. 14369-14390, 2023;

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN). **Dados Estatísticos de Acidentes de Trânsito**. Disponível em: <www.denatran.gov.br> Acesso em: 20 ago. 2024.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FERREIRA, C., & COSTA, E. **O Impacto dos Jogos Sociais no Desenvolvimento Cerebral de Crianças**. Estudos de Desenvolvimento e Educação, 8(1), 45-58, 2015.

FERREIRA, Ana Cristina Maurício; RAIÁ JUNIOR, Archimedes Azevedo. **Análise das taxas de mortalidade por atropelamento em municípios paulistas**. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM TRANSPORTES, 22., 2008, Fortaleza. Anais [...] Fortaleza: ANPET, 2008.

FIORI, José Luís. **Para um diagnóstico da “modernização” brasileira**. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. Polarização mundial e crescimento. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 269–289.

FRANÇA, Sarah Lúcia Alves. **A produção do espaço na zona de expansão urbana de Aracaju/SE: dispersão urbana, condomínios fechados e políticas públicas**. 261 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2011.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves. Aracaju: **Estado & Metropolização**. São Cristovão: Editora UFS, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996;

GALTUNG, Johan. **A teoria da paz**. 1. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1975;

GEDDES, Patrick. **Cities in Evolution**. London: Ernest Benn, 1915;

Gergen, K. J. **O Eu no Mundo das Relações: Identidade e Conhecimento**. Editora Vozes, 2001.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. Espaço & Debates, 52(2), 41-49, 2008;

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA). **Estimativas de Mortalidade por Câncer e Poluição Atmosférica no Brasil**. Disponível em: <www.inca.gov.br> Acesso em: 20 ago. 2024.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida nas Grandes Cidades**. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1961;

LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCar). **Mobilidade Autônoma Infantil no Brasil**. Estudo de 2022. São Carlos: UFSCar, 2022.

LANSKY, Samy. **Na cidade, com crianças uma etno-grafia espacializada**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991;

LEITE, Augusto César. **A Memória dos Bairros de Aracaju**. Aracaju: Editora UNIT, 2010.

LIMA, Mayumi W. Souza. **Cidade e a Criança**. São Paulo: Editora Cortez, 1989;

LIMA, Mayumi W. Souza. **A Criança e a Percepção do Espaço**. Cad. Pesqui. 1979, n.31. Disponível

em:<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-15741979000400010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15 mar. 2024;

LIMA, Mayumi W. Souza. **Arquitetura e Equipamentos Sociais**. São Carlos: EESC-USP, 1992. p.57-58. Apud Buitoni, Cássia Schroeder. Mayumi Watanabe Souza Lima: a construção do espaço para a educação. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009;

MACHADO, Anselmo Belém. **O Bairro Jardins: Processo de Crescimento Urbano, Consolidação de Estrato Socioeconômicos e “Ilhas” de Segregação Social**. Scientia Plena, v. 6, n. 8, p. 1-14, 2010.

MARICATO, Emilia. **A Cidade no Capitalismo Global**. Editora Paz e Terra. 2002;

MARICATO, Emilia. **A produção do espaço urbano no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora Polis, 2010;

MARICATO, Emilia. **Construindo a Política Urbana**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001;

MARTINS, Priscila C.. **A Verticalização em Catalão (GO): os condomínios residenciais (1975 – 2005)**;

MASCARENHAS, G. **Contribuições da geografia ao estudo do lazer**. In: VII SEMINÁRIO LAZER EM DEBATE. Anais... Rio de Janeiro, 2006. CD-ROM;

NEWMAN, Oscar. (1972). **Defensible Space: Crime Prevention Through Urban Design**. New York: Macmillan;

NOGUEIRA, M. S. **Jovens e Tecnologia: Redes Sociais e Construção da Identidade**. Editora PUC-SP, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (1990). **Convenção sobre os Direitos da Criança**. New York: UNICEF;

QVORTRUP, Lars. **Death by a Thousand Cuts: Neuropolitics, Thymos, and the Slow Demise of Democracy**. London: Bloomsbury, 2014;

RISSOTTO, H., & TONUCCI, F. **Autonomy and Independence in Children's Daily Life: A Comparative Study of Italy and the United States**. *International Journal of Behavioral Development*, 26(4), 345-352, 2002.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e os direitos: cidadania, diferença e multiculturalismo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000;

SANTOS, Emanuela Carla. **Territórios e Territorialidades em Praças de Aracaju/SE**. 2016. 135 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

SANTOS, J., OLIVEIRA, M., & ALMEIDA, R. **Influência da Mobilidade Ativa na Concentração Escolar de Crianças Brasileiras**. *Revista Brasileira de Educação Física*, 15(3), 456-469, 2020.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo**. Edusp, 2005.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **O Espaço do Infância: Mobilidade e Urbanidade**. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, M. S. S. **A expansão urbana de Aracaju e a formação de favelas: o caso do Mosqueiro**. 145 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000;

SANTOS, Milton. **A Globalização e a Desigualdade**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003;

SANTOS, M. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SARAIVA, Marcus; SILVA, Luiz Pedro; BRAGA, Carlos Kauê Vieira; PEREIRA, Rafael H. M. **Transporte Urbano e Insuficiência de Acesso a Escolas no Brasil**. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). Brasília: Ipea, 2023;

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: CONTEXTO, 2007;

SERPA, A. S. P. **Parque público: um “álibi verde” no centro de operações recentes de requalificação urbana?**. Revista Cidades. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, v. 2, n. 3, 2005, pp. 111-141;

SILVA, A., LIMA, R., & PEREIRA, T. **Efeitos do Exercício Aeróbico na Função Neurocognitiva em Crianças com TDAH**. *Jornal Brasileiro de Psicologia Infantil*, 10(2), 123-136, 2019.

SILVA, F.B e FERREIRA, W. R.. **Parques urbanos de Uberlândia: estudo de caso no Parque Municipal Victório Siqueirolli**. II Simpósio Regional de Geografia “Perspectivas Para o Cerrado no Século XXI”. Universidade Federal de Uberlândia – Instituto de Geografia, 26 a 29 de Novembro de 2003;

SILVA, Robertha Georgya de Barros e; SILVA, César Henriques Matos e. **Caminhos da emancipação social e o espaço público urbano**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 19, n. 220.02, Vitruvius, set. 2018 Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/19.220/7124>>. Acesso: 27 mar. 2024;

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

SINGER, Paul. **Uso do solo urbano na economia capitalista**. In: MARICATO, E. (org.) A produção capitalista da casa (e a cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Omega, 1979;

SOUSA L. L., & Carvalho, J. B. M. de. **Uso abusivo de telas na infância e suas consequências**. Revista Eletrônica Acervo Saúde, 23(2), e11594. 2023. Disponível em <<https://doi.org/10.25248/reas.e11594.2023>>. Acesso em: 12 mar. 2024;

TONUCCI, Francesco. **La Ciudad de los Niños**. Barcelona: Editorial Graó, 1997;

TONUCCI, Francesco. **A escuta das crianças: uma metodologia para a pesquisa e a intervenção social**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015;

VILAR, J. W C. **La expansión del área de consumo: la vieja y la nueva centralidad intraurbana de Aracaju (Brasil)**. Tese de Doutorado em Geografia e Ordenamento Territorial. Universidade de Granada, 2000.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores**. Trad. Sérgio Alcock. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, Lev S.. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1986;

WARD, Colin. **A Criança e a Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1978;

WILSON, J. Q.; KELLING, G. L. **"Broken windows"**. The Atlantic Monthly, 249(3), 1982.

Anexos

Anexo 01 - Entrevista com Luiza e Nina Matos

29/08/2024

Qualidade do Espaço Urbano

Espaços Urbanos:

Pergunta: Como vocês descrevem a vivência na cidade alemã em comparação com Aracaju? Comparem sobre meio de transporte, passeio, calçadas, ruas e segurança.

Nina: Na Alemanha, há muito mais espaços verdes e parquinhos espalhados pela cidade, e eu posso ir sozinha a vários deles. Lá, os parquinhos são bem diversificados, com tirolesas, parques de skate e equipamentos diferentes. Em Aracaju, as calçadas são menos acessíveis, muitas vezes quebradas e cheias de carros que dificultam a travessia. As calçadas lá na Alemanha são niveladas e seguras, facilitando a caminhada.

Além disso, percebo que na minha cidade, as crianças têm voz ativa na comunidade. Fui convidada, junto com um amigo, para um evento organizado pela prefeitura, onde perguntaram o que gostaríamos de ver melhorado na cidade. E uma vez por ano, acontece um grande evento dedicado às crianças, onde podemos aprender sobre o cuidado com o espaço público e a importância da natureza. É uma festa organizada pela prefeitura que realmente valoriza a participação das crianças.

Luiza: Na Alemanha, o uso dos espaços públicos faz parte do nosso dia a dia. Diferente de Aracaju, onde o passeio mais comum entre meus amigos é ir ao shopping, lá isso é raro. O cinema, por exemplo, é de rua, e as pessoas quase não frequentam shoppings — na verdade, eles nem chamam as galerias de shopping como fazemos aqui. O que a gente mais faz é aproveitar parques e praças. Os encontros são em espaços públicos, como parques de skate ou grandes praças. Lembro que, recentemente, fomos ao Parque da Sementeira em Aracaju e, apesar de ver muitas pessoas caminhando, poucas estavam sentadas para um piquenique. Mesmo assim, aos sábados e domingos, o

parque ainda é bastante frequentado, mas meus amigos sempre falam sobre irmos ao shopping para nos encontrarmos.

Na Alemanha, eu me sinto segura para ouvir música na caixinha de som nos parques sem me preocupar com a possibilidade de ser assaltada. Também é muito comum viajarmos para outras cidades de trem. Quando estivemos em Berlim em 2016, passamos o ano inteiro sem carro, utilizando apenas metrô, trem e bonde. Tudo é muito limpo, e andávamos bastante de bicicleta. Lá, há muitas ciclovias e ciclofaixas, e mesmo quando estamos fora delas, os ciclistas são respeitados. Essa sensação de segurança e a facilidade de se locomover sem carro são coisas que realmente diferenciam a vivência urbana na Alemanha em comparação com Aracaju.

Sensação de Segurança

Segurança ao Caminhar:

Pergunta: Como vocês se sentem ao caminhar pela cidade em diferentes momentos do dia? A sensação de segurança muda dependendo do horário ou do bairro?

Nina: Em uma cidade pequena como a nossa, a sensação de segurança é bastante constante. À noite, parece que a cidade fica realmente tranquila, quase deserta, com poucas pessoas na rua. Durante a tarde, há mais jovens circulando. Moramos em um apartamento sem portaria ou playground, em um prédio de quatro andares com interfone. As casas são geminadas e é comum que as pessoas dividam casas por andares. Como não há esses serviços disponíveis nos prédios ou casas, o encontro para brincar com meus amigos é na praça pública.

Luiza: Para mim, a sensação de segurança ao caminhar pela cidade é muito boa. Nunca tive medo ou senti insegurança. As praças estão sempre movimentadas e é fácil encontrar meus amigos. Eu me sinto tranquila para caminhar pela cidade sem receio de assédio ou de ser assaltada, o que é uma grande vantagem em relação a outras cidades.

Segurança Viária**Travessia de Ruas:**

Pergunta: Como vocês avaliam a segurança ao atravessar as ruas da sua região? Existem semáforos ou faixas de pedestres suficientes para garantir a segurança?

Luiza: Na minha região, a segurança ao atravessar as ruas é bastante eficaz. Há muitas faixas de pedestres e semáforos bem distribuídos, e os motoristas costumam respeitar as regras e os sinais. Isso contrasta muito com a situação aqui, onde muitas vezes precisamos praticamente "forçar a barra" para que os carros parem e possamos atravessar. Na Alemanha, é comum que os motoristas parem para permitir a travessia dos pedestres, e quase não ouvimos notícias de acidentes de trânsito nas regiões.

Pergunta: Há alguma área específica onde vocês sentem que a travessia de ruas é mais perigosa?

Nina: Sim, há uma avenida na minha cidade que às vezes preciso atravessar e que não tem faixa de pedestre. É uma via principal, onde os carros costumam andar rápido. Embora os motoristas geralmente parem para permitir a travessia, e a avenida tenha semáforos em alguns pontos, minha mãe ainda prefere que eu evite ir lá sozinha devido à velocidade dos veículos e ao volume de tráfego.

Velocidade dos Veículos:

Pergunta: Como vocês percebem a velocidade dos veículos na sua área? Ela é adequada para garantir a segurança dos pedestres?

Luiza: No meu bairro, os motoristas respeitam os limites de velocidade. Existem placas sinalizando áreas onde as crianças costumam transitar com mais frequência, alertando para que os veículos reduzam a velocidade. As

pessoas realmente seguem essas sinalizações e evitam acelerar, o que contribui para a segurança dos pedestres.

Infraestrutura e Serviços Urbanos

Serviços e Comodidades:

Pergunta: Como vocês percebem a qualidade dos serviços, como transporte público ou escolas? Isso influencia na escolha de caminhos ou na frequência com que vocês caminham pela cidade?

Luiza: Eu me sinto segura em todos os caminhos que percorro e posso escolher rotas que são mais agradáveis. É muito mais prazeroso ir para a escola passando por um parque ou uma área verde do que pela rua. Ter a opção de escolher caminhos mais arborizados e bonitos torna a experiência mais agradável e segura.

Nina: Quando cheguei na minha escola, eu e minha mãe usávamos um caminho que era mais longo, ainda que seguro, havia travessias de rua com vários carros e várias travessias de rua. Era o único caminho que conhecíamos na época. Depois, minha mãe encontrou um caminho mais curto e seguro, que passa por dentro do bairro e é usado por todas as crianças. Esse novo caminho é mais direto e evita muitas travessias, o que torna a caminhada mais simples e rápida.

Autonomia e Permissões dos Pais

Autonomia ao Caminhar:

Pergunta: Como foi o processo de ganhar autonomia para andar sozinhas pela cidade? Quais foram os critérios dos seus pais para permitir isso?

Luiza: O processo de ganhar autonomia foi gradual e espontâneo. No caso da Nina, começamos com uma brincadeira chamada "Nina Sozinha", onde deixávamos ela andar de bicicleta ou caminhar à frente enquanto nós a observávamos de longe. Essa abordagem ajudou a construir a confiança dela

em saber o caminho e, eventualmente, nos sentimos seguros para deixá-la sair mais sozinha.

Para mim, com 9 anos, comecei a ir para a escola sozinha e depois dar uma volta de bicicleta no parque. Quando voltamos para Aracaju, essa autonomia acabou. Com 11 anos, passei a ser levada de carro para a escola e não saía mais sozinha para andar de bicicleta. Em 2016, quando chegamos na Alemanha em fevereiro, comecei a explorar sozinha no verão, e com o tempo, meus pais se sentiram mais confortáveis em me deixar ir sozinha, conforme eu me adaptava à nova cidade. Em cerca de cinco meses, a autonomia foi se tornando uma parte natural da minha rotina.

É interessante notar que, à medida que as crianças crescem, a proximidade das escolas em relação à residência muda. Quando você se matricula em uma escola, geralmente ela é próxima ao seu bairro, facilitando o acesso para crianças pequenas. No entanto, conforme as crianças crescem e avançam nas séries, as escolas nem sempre estão localizadas no mesmo bairro. Com o tempo, elas têm a liberdade de andar sozinhas e estudarem em escolas mais distantes, permitindo maior autonomia e acesso a opções educacionais mais diversificadas.

Diferentes Fases da Vida

Experiência ao Longo do Tempo:

Pergunta: Luiza, como sua percepção da cidade mudou desde que você tinha 9 anos até agora, com 18? E Nina, como foi a adaptação ao longo dos anos, desde que você tinha 6 anos?

Luiza: Desde que eu tinha 9 anos, minha percepção da cidade mudou bastante. A liberdade que eu experimentei na Alemanha fez uma grande diferença. Agora que voltei para o Brasil, algumas coisas começaram a me incomodar, como rampas de cadeirantes quebradas e o uso limitado dos espaços públicos. Sinto falta da forma como os espaços eram bem cuidados e utilizados na Alemanha. A experiência de viver lá realmente me fez perceber o quanto falta atenção e respeito pelo espaço público aqui em Aracaju, e eu não me vejo morando aqui novamente.

Nina: Eu sou muito feliz com a vida na Alemanha e adoro usar as praças e espaços públicos. A escola lá é excelente, e cresci aproveitando muito esses espaços. Quando venho para cá, sinto uma falta significativa de muitas coisas que experimentei lá e tenho uma reação forte ao lembrar do bairro em que vivia.

Pergunta: Como é a relação de vocês com a tecnologia na Alemanha?

Nina: Eu só uso o WhatsApp para me comunicar e Snapchat, nós brincamos com mais frequência.

Luiza: Na Alemanha, redes sociais como Instagram são populares entre os jovens da minha idade, mas aqui vejo que as pessoas estão constantemente mexendo no celular, até mesmo em restaurantes. Na Alemanha, as pessoas tendem a aproveitar mais o ambiente ao olhar pela janela do trem, enquanto aqui a atenção está frequentemente voltada para o celular.

Pergunta: Vocês usam muito carro de aplicativo?

Luiza: Na Alemanha, não há muita necessidade de usar carros de aplicativo, porque a cidade é muito bem planejada e o transporte público é eficiente e seguro. Aqui, no Brasil, é diferente, e a sensação de insegurança torna os carros de aplicativo uma opção mais comum. Nina, por exemplo, não manda mensagens para combinar encontros. Em vez disso, toco a campainha na casa dos amigos e vão a parques juntos. É muito tranquilo e calmo, diferente do que experimentamos aqui.

Anexo 02: Entrevistas aplicadas nas praças para responsáveis e crianças

QUESTIONÁRIO DAS PRAÇAS



Nome do Responsável: _____

Data: ____/____/____

 Mãe Pai Cuidador

Endereço: _____

 Outro: _____
Turno: Manhã Tarde Noite**1. Idade e Sexo da Criança:**

Qual é a idade e o sexo da criança?

 Feminino Masculino

 10 anos 11 anos 12 anos
2. Frequência de Uso da Praça:

Com que frequência a criança frequenta a praça?

 Diariamente Semanalmente

 Quinzenalmente Raramente Nunca
3. Meios de Deslocamento até a Praça:

Como sua criança normalmente se desloca para a praça?

 A pé, sozinho(a) A pé, acompanhado(a)

 De bicicleta, sozinho(a)

 De bicicleta, acompanhado(a)

 De carro

 Outro: _____
4. Motivo de Acompanhamento:

Se a criança vai acompanhado(a), qual é o motivo principal?

 Segurança no trânsito

 Medo de violência ou crimes

 Necessidade de supervisão

 Outro: _____
5. Horários Mais Comuns de Visitas à Praça:

Qual o horário e dia mais comuns para seu filho(a) frequentar a praça, seja sozinho(a) ou acompanhado(a)?

 Manhã Tarde Noite

 Durante a semana

 Nos fins de semana
6. Autonomia no Deslocamento:

Se seu filho(a) vai sozinho(a) à praça, por que você permite essa autonomia?

 Sente-se seguro(a)

 A infraestrutura é adequada

 Já possui independência suficiente

 Outro: _____
7. Opinião sobre a Praça:

Você considera a praça adequada em termos de infraestrutura para seu filho(a)?

 Sim Não

Por quê? _____

8. Segurança no Deslocamento:

Você acha seguro seu filho(a) se deslocar a pé ou de bicicleta para a praça?

 Sim Não

Por quê? _____

9. Melhorias para Autonomia:

O que poderia ser feito para que seu filho(a) pudesse ir à praça sozinho(a) com mais segurança?

 Melhorias nas calçadas e acessos

 Aumento da segurança pública

 Redução do trânsito

 Outro: _____

QUESTIONÁRIO DAS PRAÇAS

**Para as crianças:**

Idade: 10 anos 11 anos 12 anos

Sexo: Feminino Masculino

Responsável: _____

1. Sentimento de Segurança:

Como você se sente ao caminhar ou andar de bicicleta pela cidade/bairro, sozinho(a)?

Seguro(a)

Inseguro(a)

2. Desejo de Deslocamento Independente:

Você gostaria de se deslocar sozinho(a) pela cidade ou bairro?

Sim Não

3. Atividades com Amigos:

Você costuma se encontrar com amigos em locais públicos sem a supervisão de adultos?

Sim Não

Observações:

**Anexo 03 - Dados disponibilizados por acidentes de trânsito no DATASUS
- ABNET / DATASUS pelo Sistemas de Notificação de Estatísticas Vitais**

ÓBITOS POR CAUSAS EXTERNAS - BRASIL

Óbitos p/Ocorrênc por Unidade da Federação segundo Faixa Etária
 Grupo CID10: Pedestre traumatizado em um acidente de transporte, Ciclista traumatizado em um acidente de transporte, Motociclista traumat em um acidente de transporte, Ocupante automóvel traumat acidente transporte, Ocupante caminhonete traumat :
 de transporte terrestre
 Período: 2023

Faixa Etária	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR
TOTAL	438	94	429	146	1.577	79	558	1.424	1.008	1.347	395	835	1.457	570	439	2.753	3.137	792	1.616	4.735	2.355
Menor 1 ano	1	-	-	1	5	1	3	-	2	-	-	1	2	-	1	2	6	1	2	3	5
1 a 4 anos	6	1	5	2	15	1	4	17	2	6	1	4	12	5	1	26	16	5	6	20	18
5 a 9 anos	2	-	4	-	19	-	8	9	4	7	3	3	9	2	3	20	19	3	6	21	19
10 a 14 anos	1	1	4	2	27	-	12	18	14	14	5	9	14	2	4	25	32	8	19	49	28
15 a 19 anos	29	7	29	3	133	3	35	103	64	69	25	50	81	43	23	164	188	53	80	282	125
20 a 29 anos	92	25	107	37	358	17	127	311	216	294	71	180	341	138	99	569	596	176	398	1.071	526
30 a 39 anos	80	14	86	31	346	11	104	304	208	255	74	140	303	125	82	511	584	139	275	856	402
40 a 49 anos	70	12	68	30	275	14	90	252	180	235	80	168	248	88	84	537	552	152	281	812	400
50 a 59 anos	67	8	57	16	185	11	78	190	150	207	69	116	203	65	63	414	439	110	219	651	352
60 a 69 anos	56	11	42	9	109	13	58	122	96	132	43	94	129	58	45	259	358	88	161	496	259
70 a 79 anos	26	10	21	14	73	7	30	66	47	96	15	54	63	33	22	154	228	38	111	309	157
80 anos e mais	5	4	6	1	25	1	8	24	22	28	9	14	31	11	12	60	115	18	45	137	57
Idade ignorada	3	1	-	-	7	-	1	5	3	-	-	2	21	-	-	12	4	1	13	28	7

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Notas:

- Dados finais disponíveis até 2022 e preliminares referentes a 2023. Data da atualização dos dados 08/2024.
- Em 2011, houve uma mudança no conteúdo da Declaração de Óbito, com maior detalhamento das informações coletadas. Para este ano, foram utilizados simultaneamente os dois formulários. Para mais detalhes sobre as mudanças ocorridas e os seus Consolidado da base de dados de 2011".
- No dia 13/06/2019, os arquivos do SIM referentes ao ano de notificação 2017 foram atualizados, com alteração das causas básicas de 2 registros e exclusão de 1 registro.
- No dia 01/04/2020, os arquivos do SIM referentes ao ano de notificação 2019 foram atualizados, com alteração das causas básicas de 4 registros e exclusão de 1 registro.

Legenda:

- - Dado numérico igual a 0 não resultante de arredondamento.
- 0; 0,0 - Dado numérico igual a 0 resultante de arredondamento de um dado originalmente positivo.

[COPIA COMO .CSV](#)

[COPIA PARA TABWIN](#)